

FSV
200
PRETO

APRENDIZADO DA SOBREVIVÊNCIA
Trabalhadores Rurais de Araçuaí (MG)

Ana Maria Carneiro

APRENDIZADO DA SOBREVIVÊNCIA
Trabalhadores Rurais de Araçuaí (MG)

Ana Maria Carneiro

28

Dissertação submetida como
requisito para obtenção do
grau de Mestre em Educação

Orientador: Prof. Cândido Grzybowski

Rio de Janeiro
Fundação Getúlio Vargas
Instituto de Estudos Avançados em Educação
Departamento de Administração de Sistemas Educacionais
1986

Aos meus pais, Chico e Zinha
que também nasceram no Va-
le do Jequitinhonha.

Para realização deste trabalho, contei com a colaboração dos seguintes órgãos:

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior (CAPES)

Instituto de Estudos Avançados em Educação
(IESAE) da Fundação Getúlio Vargas

Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o resultado da participação e colaboração de inúmeras pessoas. Na impossibilidade de mencionar todas, destaco as que mais diretamente contribuíram.

Ao Cândido Grzybowski, que com muita dedicação e competência orientou-me na elaboração deste trabalho.

À Profa. Maria Julieta Costa Calazans, pela amizade e incentivo nas horas difíceis.

À Terezinha Edna Monteiro Peixoto, pela amizade, incentivo contínuo e acolhida carinhosa.

A meus irmãos, cunhados e sobrinhos, pelo carinho e força em todos os momentos.

À Anésia, Anamaria, Auxiliadora Machado, Cacá, Clemência, Cecília, Elza, Graça, Maisa, pela amizade, carinho, incentivo.

Aos Trabalhadores Rurais de Araçuaí que relataram as histórias de suas vidas e foram os principais colaboradores.

À Marlene Pereira Ramos, pela dedicação que demonstrou na datilografia dos originais.

Meus agradecimentos.

RESUMO

INTRODUÇÃO

1a. PARTE

SOLO RICO E VIDA POBRE: Formação e desenvolvimento de Araçuaí e do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais

CAPÍTULO I - Conquista da terra e extração mineral na história do Vale	8
1. Agentes da ocupação e povoamento	11
1.1 - Expedições dos portugueses em busca de ouro e diamante	11
1.2 - Indígenas e sua resistência aos exploradores	13
1.3 - Negros para o garimpo e minas	16
2. Formação da economia do Vale	20
2.1 - Auge e declínio da mineração	21
2.2 - Predomínio da pecuária extensiva	25
3. Araçuaí	30
3.1 - Fundação e ocupação de Araçuaí	31
3.2 - Formação da economia de Araçuaí	35
CAPÍTULO II - Situação econômica atual do Vale ...	42
1. Atividades econômicas principais: características e tendências de evolução	42
1.1 - Produção pecuária	43
1.2 - Agricultura e reflorestamento	51
1.3 - Garimpo e mineração	57
2. Organização social da produção	61
2.1 - Distribuição da terra	61
2.2 - Mudanças na forma de acesso à terra ...	66
2.3 - Formas de assalariamento	70

CAPÍTULO III - Jequitinhonha: política do Estado na região	73
1. O Vale no conjunto do Estado	75
1.1 - Desigualdade regional na evolução da e- conomia mineira	75
1.2 - Mudanças no perfil demográfico de Minas Gerais e do Vale	78
2. Política e programas de desenvolvimento ..	83
2.1 - Política de reflorestamento	83
2.2 - Projetos especiais e instituições gover- namentais envolvidas	89
2.2.1 - Ação da RURALMINAS	89
2.2.2 - Ação da CODEVALE	92
3. Reflexos da política adotada	96
3.1 - Expulsão e reintegração	97
3.2 - Empresas contra os garimpeiros autônomos	106

IIa. PARTE

LUTA PELA VIDA: Condições de trabalho, de organiza-
ção e educação dos trabalhadores rurais de Araçuaí

CAPÍTULO IV - Trabalhadores rurais na estrutura agrá- ria de Araçuaí	116
1. Posse e uso da terra	116
1.1 - Produção agropecuária e mineral	117
1.2 - Acesso e distribuição da terra	121
2. Estratégias de reprodução	127
2.1 - Pequenos proprietários	128
2.2 - Posseiros e "herdeiros"	134
2.3 - Parceiros ou meeiros	140
2.4 - Arrendatários	142
2.5 - Assalariados	144

	Pag.
CAPÍTULO V - Formas de organização.....	148
1. Sindicato de Trabalhadores Rurais	149
1.1 - Origem	149
1.2 - Limitações político-institucionais e pers pectivas	152
2 - Sindicato Regional dos Garimpeiros de Ara - çuai	156
3. Participação política	159
3.1 - Rupturas na organização política tradicio nal	159
3.2 - Organização do PT	160
3.3 - Aprendizagem política	163
CAPÍTULO VI - Educação na vida dos trabalhadores ru- raís	167
1. Caráter educativo do próprio trabalho	169
2. A busca da escola	173
2.1 - A escola como esperança	174
2.2 - Ler, escrever e contar: o saber da escola	180
3. Segregação dos trabalhadores através da ex - tensão rural	184
4. Educação para organização e participação so- cial	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS	196
BIBLIOGRAFIA	202
ANEXOS	212

LISTA DE TABELAS

	Pag.
ANEXO	212
Tabela 1 - Valor da produção animal e vegetal na microrregião Pastoril de Pedra Azul..	213
Tabale 2 - Variações no rebanho bovino 1974-1980	214
Tabela 3 - Áreas de lavoura - Vale do Jequitinhonha - Minas Gerais - 1970-1980	215
Tabela 4 - Áreas dos estabelecimentos segundo a utilização das terras - Município de Araçuaí	216
Tabela 5 - Vale do Jequitinhonha - Distribuição dos estabelecimentos por grupos de área 1970-1980	217
Tabela 6 - Área, densidade demográfica, população total, urbana e rural, do Vale do Jequitinhonha - 1980.....	218
Tabela 6a- Evolução da população do Vale do Jequitinhonha segundo municípios e censos demográficos	219
Quadro 7 - Vale do Jequitinhonha - Taxa de mortalidade geral - 1980	220
Lei nº 6.637, de 2 de outubro de 1975	221

RESUMO

O objetivo deste estudo é a análise da educação dos trabalhadores rurais de Araçuaí a partir de suas condições de trabalho e vida, bem como de suas representações.

A educação é enfocada como uma prática social - ação humana, social e historicamente determinada. Para tanto, analisa-se o meio em que estes trabalhadores rurais vivem, as suas condições econômicas e políticas, as relações sociais que estabelecem entre si e com as demais classes e as suas organizações.

A inclusão de todos estes aspectos tem por trás uma postura teórica, uma forma de perceber a realidade social. Trata-se de analisar o conjunto de práticas e representações dos trabalhadores rurais de Araçuaí como expressão de sua inserção numa totalidade concreta.

A educação existe dentro de todas estas relações. É determinada, em última análise, pelos interesses e pelas relações de força entre os diferentes agentes sociais nela envolvidos. Enfim, a educação dos trabalhadores rurais está ligada às suas lutas como uma classe face à outras classes da sociedade. É portanto, expressão do que eles são e de como lutam para defender seus interesses.

O estudo está dividido em duas partes, cada uma com três capítulos. Na primeira parte é analisado o contexto econômico e político, bem como a formação histórica de Araçuaí e do Vale do Jequitinhonha. Na segunda parte, a preocupação central são os trabalhadores rurais, suas condições de trabalho, organização e educação.

RÉSUMÉ

Cette étude a pour objectif l'analyse de l'Education des travailleurs ruraux de la région de Araguaí, à partir de leurs conditions de travail et de vie, bien comme de leurs représentations.

Ici on a pris l'Education pour une pratique sociale une action humaine et sociale, déterminée historiquement. Pour cela, on analyse le milieu dans lequel ces travailleurs, ruraux vivent, leurs conditions économiques et politiques les relations sociales qu'ils établissent entre eux et avec les autres classes sociales et leurs organisations.

L'introduction de tous ces éléments, présuppose une position théorique, une forme particulière de percevoir la réalité sociale. Il s'agit d'analyser l'ensemble des pratiques sociales des travailleurs agricoles et de leurs organisations à Araguaí comme l'expression de leur insertion dans un ensemble concret.

L'Education existe à la fois dans toutes ces relations. Elle est déterminée en dernière analyse, par les intérêts et les relations de force entre les différents agents sociaux concernés. Enfin, l'Éducation des travailleurs ruraux est liée à ses luttes en tant que classe sociale face aux autres classes de la société. Elle est donc l'expression de ce qu'ils sont et du comment ils luttent pour défendre leurs intérêts.

Cette étude, on l'a divisée en deux parties de trois chapitres chacune. Dans un premier lieu on étudiera le contexte économique et politique, aussi bien que la formation historique de Araguaí et de la vallée du Jequitinhonha. En second lieu, notre préoccupation sera y centrée sur les travailleurs ruraux, leurs conditions de travail, leurs niveaux d'organisation, et leur éducation.

INTRODUÇÃO

A escolha do tema de dissertação deve-se, em gran de parte, ao fato de já estar envolvida com a questão da Educação no meio rural, desde quando coordenava a equipe de Currículos e Programas da Diretoria de Ensino de 1º Grau da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.

Na época, o Ministério da Educação e Cultura pro pôs à Secretaria de Educação financiar um projeto sobre "Re formulação do Currículo para a zona rural". Porém, a rea lização do mesmo pela Secretaria dependia da aceitação de determinadas condições. Entre elas, estava a do prazo pa- ra a execução do trabalho, que se não fosse cumprido, im- plicava na devolução da verba ao MEC. Como a Secretaria ne cessitava de dinheiro, e levando em consideração que as es colas rurais de Minas estavam necessitando urgentemente de uma assistência, foram aceitas as condições impostas.

Isto se deve também ao fato de que a educação pa- ra o meio rural nunca foi considerada prioritária em ter- mos de execução, apesar de constar como tal nos planos na- cionais e setoriais de educação.

A Diretoria de Ensino do 1º Grau, então, resolveu elaborar uma sugestão de programas para as escolas do meio rural do Estado. Considerando que Minas Gerais é um Esta- do muito grande, onde as diversidades regionais são bem acen tuadas, seria necessário, no mínimo, fazer uma pesquisa pa- ra subsidiar a elaboração do material. No entanto, devido ao tempo isto não aconteceu. Os programas foram elabora- dos com a melhor das intenções, sem, porém, consultar os professores e sem ouvir e analisar as reivindicações da po pulação do meio rural, a quem se destinavam os programas. Apenas as Delegacias Regionais de Ensino foram ouvidas.

Como este projeto, vários outros são implantados e executados sem serem conhecidas as necessidades e aspira- ções da clientela a quem os mesmos pretendem atender. Com

base em minha experiência, posso afirmar que para o MEC o importante tem sido repassar a verba para ser gasta no período certo e, para a Secretaria de Educação aproveitar as ofertas, sem considerar se as condições impostas não acabam prejudicando a qualidade do trabalho.

Por isso, aproveitando o momento da dissertação resolvi analisar a educação tendo, como referência a população que dela participa.

Neste meu trabalho decidi fazer a pesquisa sobre a educação no meio rural a partir das condições de trabalho e vida e das representações de trabalhadores rurais de uma área determinada. Tal opção levou-me a analisar a educação no meio rural assim como Martins:

*"não ao nível da instituição escolar e sim ao nível da situação social"*¹.

Para realizar a minha pesquisa escolhi o município de Araçuaí, que está localizado no Vale do Jequitinhonha, a norte-nordeste do Estado de Minas Gerais. Esta região é considerada uma das mais pobres do Estado. A partir da década de setenta, o Vale vem sofrendo várias modificações em decorrência de ações governamentais que visam integrá-lo ao processo de desenvolvimento econômico do Estado e do País. Araçuaí é um município que tem uma área de 3.326Km² e uma população de 31.369 habitantes² sendo que, quase 59% desta população ainda está no meio rural.

Nesta pesquisa a educação é enfocada como uma prática social - ação humana social e historicamente determinada. A educação faz parte do modo de vida dos homens, en

¹MARTINS, José de Souza. A valorização da escola e do trabalho no meio rural. in: (org.) SZNRECSANY, Tomás & QUEDA, Orlowaldo. *Vida rural e mudança social*. Rio de Janeiro, Editora Nacional, 1981, p. 159.

²IBGE. IX Recenseamento Geral, 1980. Censo Demográfico, Dados Distritais. Minas Gerais, v. 1, Tomo 3, nº 14, p. 6 e 7.

quanto agentes sociais, que nas relações entre si, a criam e recriam, inventam, desenvolvem ou eliminam experiências educacionais, com intenções que ultrapassam sempre a própria experiência em questão.

Segundo Brandão:

*"... A educação é uma prática social cujo fim é o desenvolvimento do que na pessoa humana pode ser aprendido entre os tipos de saber existentes em uma cultura, para a transformação de tipos de sujeitos, de acordo com as necessidades e experiências de sua sociedade, em um momento da história de seu próprio desenvolvimento."*³

Para analisar as práticas educacionais dos trabalhadores rurais,⁴ as tensões e representações nelas contidas, fui a campo e realizei entrevistas, observei e fiz uso das publicações sobre a região, jornais, boletins e documentos. Estas entrevistas e observações permitiram-me colher elementos sobre os trabalhadores rurais de Araçuaí, o que pensam, como agem, o que aspiram, o que reivindicam, como se relacionam entre si e com os grandes proprietários, como se reproduzem socialmente, como se confrontam com as outras forças sociais e o Estado, como pensam, o que desejam em termos de educação e quais as dificuldades enfrentadas para conseguir a sua educação.

³ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 73-74.

⁴ Nesta pesquisa, quando menciono Trabalhadores Rurais, estou me referindo aos posseiros, pequenos proprietários, parceiros, arrendatários, assalariados permanentes ou temporários, que trabalham diretamente na produção agrícola. A este respeito existe um conceito mais elaborado de GRZYBOWSKI, Cândido, "Trabalhadores rurais e educação." In: DEPTº DE ECONOMIA RURAL-FCA, Botucatu. *A mão-de-obra volante na agricultura*. São Paulo, CNPq/UNESP/Polis, 1980, p. 307.

A inclusão de todos estes aspectos têm por trás uma postura teórica, uma forma de perceber a realidade social. Trata-se de analisar o conjunto de práticas e representações dos trabalhadores rurais de Araçuaí como expressão de uma totalidade concreta. A afirmação extraída de Marx sintetiza a postura que orienta a elaboração de minha análise:

*"O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral."*⁵

Dando conta do processo de produção e reprodução social será mais fácil compreender os problemas ligados à educação. No entanto, como afirma Sampaio, é importante entender que:

*"... a prática social dos homens não se limita à atividade de produção. Ela apresenta muitas outras formas: luta de classes, vida política, atividades envolvidas no domínio da ciência e da arte; em resumo o homem social participa em todos os domínios da vida prática da sociedade."*⁶

A participação social dos trabalhadores rurais pode assumir várias formas: lutas pelo salário, pela terra e pelo preço dos produtos, participação de sindicatos, eleições, festas, atos religiosos e luta por uma melhor educação, etc. A participação exerce grande influência na formação da identidade social dos trabalhadores e no desenvolvimento de sua cidadania.

A educação existe dentro de todas estas relações.

⁵MARX, Karl. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa, Editorial Estampa, 1971. Coleção Teoria nº 8, p. 29.

⁶SAMPAIO, Carlos Augusto (direção). *Filosofia de Mao-Tse-Tung*. Belém, Pará, Ed. Boitempo, 1979, p. 12.

É determinada, em última análise, pelos interesses e pelas relações de força entre os diferentes agentes sociais nela envolvidos. Enfim, a educação dos trabalhadores rurais está ligada às suas lutas como uma classe face às outras classes da sociedade.

Por isto, para ver como a educação acontece, foi necessário ver como é a totalidade em que se inserem os trabalhadores, como são as suas condições de vida, sua participação social e como a elas se articula a educação. Demonstrar essas relações todas, tendo como referência os trabalhadores rurais de Araçuaí e do Vale no meio em que vivem é a preocupação da minha dissertação.

Procurei antes de começar o trabalho em Araçuaí, conhecer vários dos municípios que formam o Vale do Jequitinhonha (viajei por mais de 20 municípios). Com isto me foi possível verificar que embora cada município tivesse a sua especificidade, a totalidade, no entanto, conservava a mesma característica, a grande pobreza da maioria da população. A viagem para o Vale foi um tanto difícil, pois nem todas as estradas são pavimentadas. Ocorre, inclusive, troca de ônibus em determinadas cidades quando acaba o asfalto e começa a terra. A região embora seca, na época das chuvas fica isolada pois as estradas ficam interditadas pelo barro. Outra dificuldade que encontrei foi a falta de estudos sobre o Vale e sobre Araçuaí. O que existe são materiais descritivos e dados estatísticos, não uma análise mais profunda da região. No que se refere à educação, principalmente enfocando o social, não encontrei nenhum material elaborado. Há alguns dados de determinados municípios, mas não de Araçuaí. Tudo isto dificultou a realização do meu trabalho, uma vez que não pude contar com outros estudos que me auxiliassem. Acho, portanto, que este trabalho pode ser utilizado, não só pela Secretaria de Educação, como por todos aqueles que se interessam em conhecer um pouco mais como vivem os trabalhadores rurais de parte do Vale e qual o significado e a importância que as várias práticas educa

cionais têm suas vidas.

Para facilitar a exposição do trabalho ele foi dividido em duas partes, cada uma com três capítulos. Na primeira, procuro caracterizar de maneira geral o contexto em que vivem os trabalhadores rurais de Aracuaí: formação histórica da região, tendências atuais de desenvolvimento e as ações governamentais no Vale de Jequitinhonha; Na segunda, o eixo da análise são os trabalhadores rurais de Araçuaí: as relações econômicas em que se inserem, as suas formas de participação social e política e como a educação acontece no meio rural de Araçuaí.

Tenho de salientar que o curso de mestrado foi muito importante para que pudesse realizar este trabalho, dando-me condições de ter uma visão mais crítica da nossa realidade. Antes, este trabalho não teria sido possível, não só pela minha própria visão de mundo, como também pela deficiência de minha graduação no curso de Pedagogia.

I PARTE

SOLO RICO E VIDA POBRE:

Formação e desenvolvimento de Araçuaí
e do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais

CAPÍTULO I

CONQUISTA DA TERRA E EXTRAÇÃO MINERAL NA HISTÓRIA DO VALE

O Vale do Jequitinhonha está localizada no Nor - te-Nordeste de Minas Gerais.⁷ Araçuaí é um dos municípios que integram este Vale, fazendo parte da microrregião Pastoril de Pedra Azul (ver mapa na página seguinte).

O rio Jequitinhonha, que dá nome ao Vale, tem uma extensão de 1.086Km ou 181 léguas das quais 103 navegáveis. Corta grande parte das chapadas e cerrados, transversalmente. Nasce na cordilheira do Espinhaço, na Serra da Pedra Redonda, no município do Serro. Banha o Nordeste do Estado de Minas Gerais, desembocando no sul da Bahia, na altura de Porto Seguro. Jequitinhonha é uma palavra de origem indígena: "jequi" significa cheio de peixe e "tinhonha" rio largo. Os primeiros colonos portugueses o conheciam em

⁷A área do Vale do Jequitinhonha, segundo a lei nº 9.481 de 1966, que define os limites de ação da CODEVALE - Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha - é de 85.027Km², o que corresponde a 14,48% da área do Estado de Minas Gerais, contando com 52 municípios e 66 distritos. Limita-se ao Norte com a bacia do Rio Pardo e com o Estado da Bahia; ao sul com as bacias dos rios Doce e Mucuri; a leste com o estado da Bahia; a oeste com a bacia do São Francisco - F.J.P./CODEVALE - 1975.

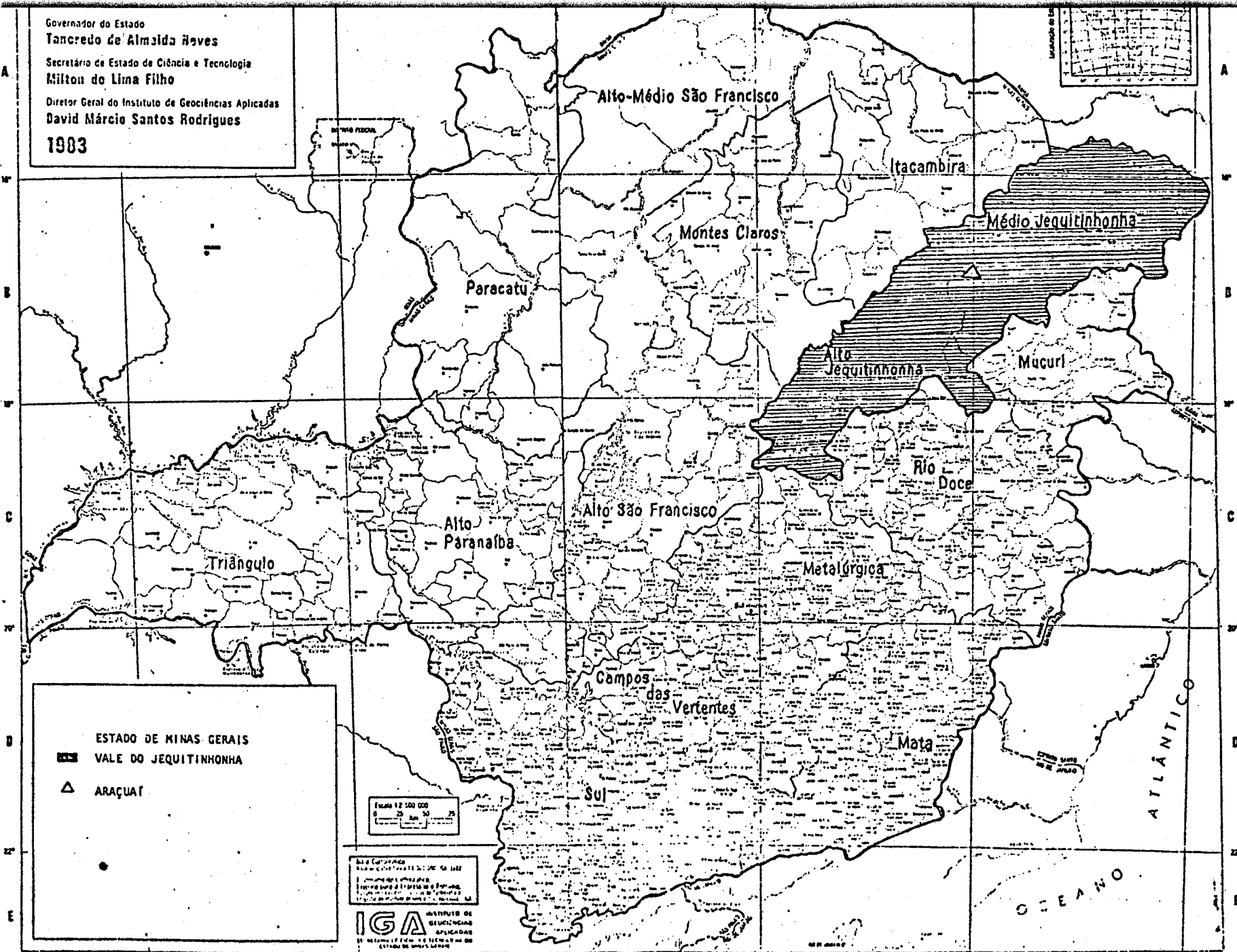
De acordo com a divisão territorial do Estado de Minas Gerais em zonas fisiográficas, a região é composta pelas do Alto Jequitinhonha, Médio Jequitinhonha e Itacambira - CETEC/1982. A classificação em microrregiões homogêneas, de acordo com o I.B.G.E., inclui cinco delas no Vale: Mineradora Diamantina, Mineradora do Alto Jequitinhonha Pastoril de Almenara, Pastoril de Pedra Azul e Alto Rio Pardo (com exceção dos municípios de Águas Vermelhas e São João do Paraíso). A microrregião Mineradora Diamantina corresponde a zona fisiográfica do Alto Jequitinhonha; as microrregiões pastoris ao Médio e as restantes, Mineradora do Alto Jequitinhonha e Alto Rio Pardo aproximam-se da área da zona de Itacambira. Ainda, a fim de atender a questão regional para Planejamento a SEPLAN/MG/SEI reagrupou em 8 (oito) as regiões de Planejamento que são definidas com base no critério de microrregiões homogêneas e que são: I. Metalúrgica e parte das Vertentes, II. Mata, III. Sul e parte das Vertentes, IV. Triângulo e Alto Paranaíba, V. Alto São Francisco, VI. Paracatu, Montes Claros e Itacambira-Noroeste; VII. Jequitinhonha, VIII. Rio Doce. CODEVALE, Programa de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. PLANRURAL, Belo Horizonte, 1979, p. 20.

Governador do Estado
Tancredo de Almeida Neves

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Milton de Lima Filho

Diretor Geral do Instituto de Geociências Aplicadas
David Márcio Santos Rodrigues

1993



sua foz, como "O Rio Grande."⁸

As informações históricas sobre o Vale do Jequitinhonha são poucas. Assim mesmo, acho importante tentar realizar um esboço histórico como parte de minha dissertação. Segundo Carr:

*"... O passado é inteligível para nós somente à luz do presente; só podemos compreender completamente o presente à luz do passado."*⁹

O passado, a forma de ocupação das terras e de povoamento do Vale do Jequitinhonha, são apontados quase sempre nos documentos oficiais como as causas da sua atual situação. A região, em Minas, é conhecida como "Vale da Fome", "Bolsão da Pobreza". Mas já foi um dos mais importantes centros de mineração colonial, especialmente Serro, Diamantina e Minas Novas.

Como quadro interpretativo mais geral, é necessário ter presente que o Vale do Jequitinhonha, enquanto uma região do ponto de vista econômico e social foi "produzido" pelo colonialismo mercantil dos séculos XVI a XVIII, ou seja, como uma região específica de exploração e acumulação primitiva do nascente capitalismo europeu.¹⁰ Atrás de sua especificidade como região existe, portanto, uma determinação geral. Mas sem dúvida, no quadro daquela determinação, homens concretos, com sua vontade, suas ambições, paixões e lutas, fizeram o passado do Vale. É isto que procuro caracterizar a seguir.

⁸ POEL, Frei Francisco Van Der. *O rosário dos homens pretos*. Edição comemorativa do centenário da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Araçuaí, Minas Gerais. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1981, p. 22.

⁹ CARR, Edward Hallet. *O que é história?* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 49.

¹⁰ NOVAES, Fernando A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo, CEBRAP/Brasiliense, 1974. (Cadernos CEBRAP nº 17).

1. Agentes da ocupação e povoamento

O Vale do Jequitinhonha foi a primeira região de Minas a ser pisada pelo colonizador. Foi explorada desde o final do século XVI, pelas Entradas em busca de ouro e pedras preciosas, e em meados do século XVII pela Bandeira Paulista de Fernão Dias, época do quinto e do dízimo pago à Coroa, dos escravos, da violência e dos quartéis.¹¹ Na caracterização do processo de ocupação do Vale, utilizei muito dos estudos feitos pela CODEVALE,¹² além dos autores já citados.

1.1 - Expedições dos portugueses em busca de ouro e diamantes

Os portugueses foram atraídos pelo grande volume de águas que o rio Jequitinhonha despejava no oceano Atlântico, perto de Porto Seguro. Organizavam várias expedições que tiveram como objetivo explorar a região na busca de riquezas minerais. Esta época, século XVI, foi considerada como sendo o ciclo das expedições baianas. Estas expedições vinham em busca de ouro e pedras preciosas, o que lhes proporcionaram um reconhecimento de grande parte da região, bem como o encontro com numerosos indígenas que habitavam esta área.

Como o El-Rei de Portugal havia recomendado para ... "não ir ninguém tratar pela terra a dentro sem licença da autoridade competente"¹³ acabou despertando ainda mais a cobiça dos donatários das Capitanias de Ilhéus e

¹¹Sobre a história, descoberta, colonização e ocupação territorial do Jequitinhonha, ver: CUNHA MATOS, Raimundo José. *Corografia histórica da província de Minas Gerais*, 1837, v. 1, Belo Horizonte, 1979. (Publicação do Arquivo Público Mineiro); SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. port. (1a. ed. 1830). Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975; SENNA, Nelson de. *A terra mineira*. Arquivo Público Mineiro, s. ed.

¹²CODEVALE. *Pré-diagnóstico do Vale do Jequitinhonha - o espaço físico e a realidade infra-estrutural*. Belo Horizonte, 1967 (mimeo).

¹³Id. ib. p. 11.

Porto Seguro, que enviaram expedições aleatórias à procura de riquezas minerais.

Ao se criar o Governo Geral, as expedições passaram a ser organizadas regularmente, pois as ordens da Coroa eram para desbravar as terras. Francisco Bruza de Espinosa, partindo de Porto Seguro em 1554, foi quem dirigiu a primeira expedição que penetrou mais profundamente no vale do Jequitinhonha.

Aos exploradores pouco importavam as dificuldades que iriam encontrar, como animais ferozes, a febre palustre que ocasionava a morte. O importante era descobrir esmeraldas ou as minas de prata, conforme havia ordenado o el-Rei. A Coroa prometia títulos, tenças* e foros de fidalguia. Como a expedição de Espinosa não foi bem sucedida, seguiu então a "entrada" de Sebastião Fernandes Tourinho, que partiu da costa do Espírito Santo e depois seguiu para o norte do país. Esta foi quem primeiro falou do Pico do Itambê. Ao achar o rio Jequitinhonha seguiu por ele até a costa da Bahia, passando por Araguaí,

... "onde achou as procuradas esmeraldas e safiras. Estas esmeraldas não eram senão as turmalinas verdes que em tanta abundância têm sido achadas ali ultimamente, e a safira, os berilos e águas marinhas..."¹⁴.

No século XVIII começa uma outra era; "... a era do diamante, surgindo então as primeiras habitações, a igreja, a cadeira, o pelourinho."¹⁵

O diamante foi descoberto no Tijuco e com isto intensifica-se a penetração por toda parte. Estradas são

¹⁴ PEREIRA, Leopoldo. *O município de Araguaí*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1969, p. 9.

¹⁵ CODEVALE. *Pré-diagnóstico do Vale do Jequitinhonha*, op. cit., p. 12.

*Pensão paga pelo Estado.

abertas ligando o norte de Minas com o sertão da Bahia. Niguém mais lembrou das pedras coradas. As esmeraldas, que faziam sucesso no distrito entre Araçuaí e Minas Novas, foram esquecidas completamente.

A Coroa monopolizou toda a extração e comércio dos diamantes, punindo com o degredo perpétuo os contraventores.

1.2 - Índigenas e sua resistência aos exploradores

Os Vales do Jequitinhonha e do Araçuaí eram habitados pelos indígenas. Por isso, foram criados vários destacamentos militares para combatê-los e ocupar as terras. Os documentos consultados sobre a história do Vale do Jequitinhonha e de Minas Gerais quase nada falam dos índios. O pouco que mencionam, diz mais da forma como os colonizadores os trataram do que da vida dos índios em si. Estas informações, no entanto, são muito importantes, uma vez que a nossa cultura tem as suas raízes nos indígenas e negros.

Os índios encontrados no Vale do Jequitinhonha foram os Trocórios, Botocudos e Tapuais divididos em nações e tribos diversas. Como eram muito numerosos, a ocupação do território pelos colonizadores deu-se através da guerra aos índios, especialmente no período de 1720 a 1735:

"... Sendo a vasta região de médio Jequitinhonha ocupada inteiramente pela numerosa tribo Botocudos, determinou o quarto Vice-Rei Vasco Fernandes César de Menezes, que continuassem as guerras então feitas ao gentio e abrissem estradas.

... Com a transferência do Vice-Reinado do Brasil, da Bahia para o Rio de Janeiro e a criação das governadorias provinciais continuaram estas guerras contra os Botocudos pa

ra a posse do Vale do Jequitinhonha. Foram fundados diversos destacamentos militares a fim de facilitar o domínio das terras ocupadas pelos Botocudos e outras nações existentes..."¹⁶

Outros documentos continuam a nos mostrar como os índios eram tratados:

"... a penetração do homem branco na região, feita pelos desbravadores José Pereira Freire Moura, Julião Fernandes Leão e outros, provocou a progressiva desaparição do índio, incapaz de competir com a superioridade da organização social e técnica do invasor..."¹⁷

Tem ainda uma outra citação que considero importante por mostrar mais do que nunca a influência deixada pelos portugueses na forma de ver e tratar o indígena no Brasil. O escritor Leopoldo Pereira em seu trabalho demonstra não só como vê o índio, mas assume e defende a posição dos portugueses:

"...estavam os indígenas por ocasião da invasão portuguesa no estado mais rudimentar da barbaria. Não tinham uma noção espiritual de Deus, adorando, por um sentimento vago, o sol. Os botocudos amavam a dança e o canto; mas sua dança consistia em pesados movimentos sem significação nem elegância, e o canto era uma modulação de sons fanhosos e monótonos acompanhando uma letra que nada tinha de poético. O único instrumento músico que conheciam era uma flauta, feita de um canudo de taquara. O nome de botocudos

¹⁶CODEVALE. *Pré-diagnóstico do Vale do Jequitinhonha*. Op. cit., p. 19.

¹⁷IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro, 1958, v. 24, p. 88.

lhes foi dado pelos portugueses, por causa dos adornos de pau que lhes metiam nos beiços, semelhantes aos botoques das pipas. ...Toda essa raça, porém, é ingrata, incontentável, perseguidora, desconfiada e traíçoeira; até hoje é preciso armarmo-nos contra seus injustos assaltos. Como poderemos condenar os portugueses por terem usado de armas, contra o selvagem, se nós mesmos ainda armamos contra eles no século XX? ...Os botucos colocados em frente dos invasores tinham de ser absorvidos. Raça pouco fecunda; intelectualmente inferior, desarmada dos recursos da civilização, feroz, e ao mesmo tempo retraída e tímida, não podia lutar em concorrência com o invasor, forte e côncio de seu valor."¹⁸

Em nenhuma das obras citadas encontra-se qualquer comentário sobre os indígenas como os primeiros habitantes e donos destas terras e que tinham todo um saber e uma cultura própria. Pelo contrário, são sempre mencionados como selvagens que têm de ser civilizados. Deviam os indígenas aprenderem a serem servís e atenderem aos desejos dos colonizadores. Estes viam neles a mão-de-obra gratuita para todos os serviços necessários. Como os índios não se submeteram, passaram a ser considerados inimigos ferozes que deveriam ser combatidos uma vez que não serviam para nada.

Na "produção" do Vale do Jequitinhonha, uma condição foi transformar as suas terras em "terras livres", livres para a exploração dos colonizadores, livres dos seus primitivos habitantes. O extermínio dos indígenas pela guerra e pela expropriação de suas terras e a sua transfor

¹⁸PEREIRA, Leopoldo. *O município de Araguaí*, op. cit., p. 15 a 22.

mação em mão-de-obra para os colonizadores foi, assim, uma forma de moldar o passado do vale.

1.3 - Negros escravos para o garimpo e minas

Mas não é só o índio que foi esquecido na história do Vale. Também os negros que juntamente com os índios foram personagens importantes na "produção" do vale.

Na história brasileira, os negros considerados uma mercadoria cara, vieram com os colonizadores para fazer os trabalhos na agricultura, começando com a cana de açúcar, o algodão, passando para as minas, nos garimpos do ouro e diamante.

Segundo Poel,

*"...Parece que o primeiro negro que chegou ao Brasil, veio na armada de Martim Afonso (1532). Negros e mulatos, uns ainda escravos, outros já foros, acompanharam o governador Tomé de Souza na edificação da cidade de Salvador (1549). Eram os precursores de milhões de negros africanos que durante dois séculos e meio foram carregados pelo tráfico para o trabalho na nova terra."*¹⁹

Para falar dos negros em Minas Gerais temos que falar do garimpo e das minas de diamante. Eles foram trazidos para trabalhar nelas, primeiramente.

Ao descobrir o diamante no Tijuco, a Fazenda Real concedeu amplos poderes ao Governador da Capitania, D. Lourenço de Almeida para regulamentar a sua extração. Para tanto, foi criada em 1734, no Tijuco, a Intendência dos Diamantes. A exploração das minas era feita por contratos, on

¹⁹ POEL, Francisco van der. *O rosário dos homens pretos*, op, cit. p. 97.

de os contratadores não deveriam minerar com mais de 500 escravos. Estes escravos teriam seus nomes registrados em livro próprio e a Coroa receberia de capitação* anual o valor de 230\$000 (duzentos e trinta mil réis). Esta determinação não era cumprida. Existiam minas em que os contratadores empregavam até mais de 4.000 escravos nos serviços.²⁰

Esses escravos recebiam os piores tratamentos. Este tratamento ainda era reforçado pela Corte com regulamentação específica, principalmente para o negro que fugia. Como exemplo transcrevo uma das regulamentações, o Alvará de 3 de março de 1971:

*"Eu El-Rei faço saber aos que este alvará virem que sendo-me presentes os insultos, que no Brasil cometem os escravos fugidos, a que vulgarmente chamam calhambolas, passando a fazer o excesso de se juntarem em quilombos, e sendo preciso acudir com remédios que evitem esta desordem: - hei por bem que a todos os negros que forem achados em quilombos, estando neles voluntariamente, se lhes ponha com fogo uma marca em uma espádua com a letra - F -, que para efeito haverá nas câmaras: e se quando for executar esta pena, for achado já com a mesma marca, se lhe cortará uma orelha; tudo por simples mandado do juiz de fora ou da terra ou do ouvidor da comarca, sem processo algum e só pela notoriedade do fato, logo que do quilombo for trazido, antes de entrar para a cadeia."*²¹

²⁰ MACHADO FILHO, Aires da Mata. *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, São Paulo Ed. da Universidade de São Paulo, 1985, vol. 88, p. 17, 18.

²¹ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia Ltda. Ed. da Universidade de São Paulo, 1976, v. 26, p. 80.

*Imposto pago pelo escravo para a Coroa.

A escravidão na Província de Minas Gerais, é um assunto pouco estudado. É interessante a obra de Libby²², que trata do assunto com um enfoque diferente, mostrando a capacidade do negro em adaptar-se a outros tipos de atividades não-agrícolas e manuais, mas também à tecnologias utilizadas nas minas de morro velho.

Os escravos como mercadoria, eram indicadores da importância de quem os possuíam. Quanto maior o número de escravos maior a importância do dono. As sesmarias eram distribuídas a quem possuísse mais escravos, pois escravo era o capital investido e que significava a capacidade de produzir.²³

Alguns documentos apresentados no livro de Poel²⁴ como certidões de batismo, documentos de venda de escravos, e uma lista de bens deixados de herança pelo Capitão Custódio, mostra que um escravo chegava a valer quase o preço de um terreno. Os documentos de venda só dão o nome próprio do escravo, a idade e a nação, pois era muito importante não ter escravos do mesmo lugar. Com isto impediria a união deles, se falassem a mesma língua. A idade era um fator importante no preço do escravo.

O negro não teve importância só nos trabalhos nas minas e garimpo, mas também, influenciou muito a cultura que se desenvolveu no Vale com suas tradições, crenças, feitiços, suas lendas, suas músicas, hábitos alimentares, etc. Segundo Mata Machado, os negros cantavam no serviço o dia todo. Tinham cantos especiais para a manhã, o

²² LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil - o caso de Morro Velho*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia Ltda, v.1, 1984.

²³ Sobre a importância do escravo na formação do capital ver importante estudo de MARTINS, José de Souza, *O cativo da terra*. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.

²⁴ POEL, Francisco van der, op. cit., p. 27 a 109.

meio-dia e a tarde. Para ele,

"...muito mais que o produto de três raças tristes, nossa música é o resultado da influência negra.

*A melodia das cantigas sertanejas, langorosa e lenta, é negra a mais não poder. E é de notar a influência visível que nelas os "vissungos" exercem. Esses cantos de trabalho ainda hoje são chamados "vissungos". A sua tradução sumária é o "fundamento", que raros sabem hoje em dia."*²⁵

Ainda hoje, em minas é comum cantar algumas canções que eram cantadas pelos negros, as quais revelam toda saudade da terra distante e dos entes queridos que lá ficaram. Mas, como disse Mata Machado muita gente canta a música do negro sem saber a sua origem.²⁶

²⁵MACHADO FILHO, Aires da Mata. *O negro e o garimpo em Minas Gerais*, op. cit., p. 65 e 67.

²⁶Id., ib., p. 27. São para mostrar o tipo de música vou transcrever alguns versos:

"Zum... Zum... Zum...
Lá no meio do mar...
É o vento que nos atrasa
É o mar que nos atrapalha,
Para no porto chegar...
Zum... Zum... Zum...
Já no meio do mar...

E ainda esta, onde há uma imagem inesquecível, pela grande eficácia de expressão:

Como pode o peixe vivo
Viver fora da água fria?
Como poderei viver,
Como poderei viver,
Sem a tua, sem a tua
Sem a tua companhia?...

Pelo exemplo vemos que continua viva a influência do negro na cultura brasileira, embora não tenha sido muito estudado.

Como os índios, também os negros foram um elemento importante da "produção" do Vale. Os escravos negros foram trazidos pelos colonizadores e por eles usados como força de trabalho na extração de riquezas minerais do rico vale.

2. Formação da Economia do Vale

Com o trabalho escravo nas minas foram sendo explorados o ouro, o diamante, as pedras preciosas. Toda esta produção mineral era levada para Portugal. A renda gerada que não era utilizada para compra de novos escravos, era investida em outras atividades, principalmente, no comércio de sedas, bebidas, louças e vários outros artigos que eram importados da Europa pelos habitantes das Minas Gerais. Com as compras já citadas, a exportação do ouro e pedras preciosas não só através da Coroa, como também dos contrabandistas e o comércio de escravos, levaram o Vale como economia colonial integrar-se no processo de acumulação primitiva do capital em benefício das burguesias européias. Isto teve a sua repercussão na região, impedindo-a de desenvolver-se internamente.

Estruturalmente, formou-se no Vale do Jequitinho uma economia de base primária, organizada em volta dos povoados e das minas e garimpos. A agricultura aí desenvolvida era uma atividade marginal e de baixa rentabilidade, quase não gerando excedentes, uma vez que a produção era organizada com base em pequenas propriedades e de forma muito rudimentar.

A região, porém, só passa a ter projeção no cenário econômico colonial no século XVIII, com a regulamentação da atividade da exploração mineral.

Foi na atual região chamada de Alto Jequitinho - nha que, no século XVIII, a atividade de mineração floresceu, chegou mesmo a absorver a quase totalidade da população que para lá dirigiu-se, formando os povoados, os quais

serviam como centros de prestação de serviços e comércio local.

2.1 - Auge e Declínio da Mineração

Com as notícias que se espalharam das riquezas minerais, várias estradas foram abertas. O Governador da Bahia mandou que abrissem uma estrada margeando o rio Jequitinhonha para não depender só da navegação. De São Paulo também foi intensificado o trânsito. O Vale do Jequitinhonha está estrategicamente situado entre o sul da Bahia, favorecendo a migração para o Vale, e o centro da província de Minas Gerais. No auge da extração o Vale do Jequitinhonha tornou-se passagem obrigatória de tropas e rebanhos provenientes do Nordeste e de São Paulo. Porém, o apogeu do ciclo minerador de fácil extração e esgotamento das ocorrências aluviais de fácil extração e sem terem sido feito investimento em novas formas de extração mineral, surge o declínio do ciclo minerador.

Para Saint-Hilaire as causas principais da decadência da Província das Minas foram:

"...Os mineradores, deslumbrados, acreditavam que essas miríficas jazidas eram inesgotáveis; despendiam imprevidentemente todo o ouro que extraíam, e rivalizavam em luxo e prodigalidade. O metal precioso, porém, não se reproduz como os frutos e os cereais; e, revolvendo imensas extensões de terra, despojando-as do seu humus pela operação das lavagens, esterilizam-nas para sempre. O ouro que se retira da terra não deve, por consequência, ser considerado como um rendimento, e sim como capital. Este ouro era necessário fazê-lo valer, sob pena de ter a sorte do proprietário que vende sua herdade por parcelas, e foi isso que aconteceu aos mineradores. Não conheciam mais que uma maneira de capitalizar: comprar, como meios de

*exploração, negros e burros, e esse emprego era precário."*²⁷

A forma pedratória da extração mineral da época, é a herança mais viva e mais visível ainda hoje no Vale. A riqueza do solo de ontem, explorada pelo colonialismo mercantil, legou para o futuro um solo pobre para a agricultura.

Com a organização deficiente, os mineradores acabaram destruindo o solo, tornando-o praticamente improdutivo. A agricultura já era bem insignificante, pois a alimentação para os trabalhadores das minas vinha de fora. Com os estragos causados, ficou ainda mais difícil de se plantar. Muitas famílias tiveram que sair à procura de novas terras para cultivar.

Mas, como bem lembra Saint-Hilaire, os mineradores foram sócios menores desta "produção" de ouro/destruição do solo, com base no trabalho escravo e no extermínio dos indígenas.

*"...À medida que o ouro era retirado da terra saía da província para nunca mais voltar, e ia enriquecer os comerciantes de Londres e de Lisboa: os pais viveram na opulência; os filhos são pobres."*²⁸

A destruição do solo não se deve somente à extração mineral. Apesar de economicamente ter sido uma atividade inteiramente secundária, a agricultura devido a sua forma rudimentar de produção, também contribuiu.

"... o sistema de agricultura adotado pelos brasileiros em geral e, em particular pelos mineiros, foi, certamente a causa que mais contribuiu para a ruína das zonas da

²⁷SAINT-HILAIRE, Auguste de, op. cit., p. 80 e 90.

²⁸Id., ib., p. 80.

*Província das Minas que primeiro foram habitadas por brancos. Todo o sistema de agricultura brasileira é baseado na destruição das florestas, e onde não há matas não existe lavoura. No Brasil, o terreno que se acaba de semear só apresenta a imagem da destruição e do caos; a terra está coberta de cinzas e carvões, de enormes galhos esparsos semi-carbonizados pelas chamas, e no meio deles se elevam troncos enegrecidos e despojados da cortex: espetáculo tanto mais pavoroso, quanto contrasta com as majestosas belezas das florestas circunjacentes."*²⁹

Os mineiros do Vale do Jequitinhonha, vendo que, de um lado as lavras estavam se esgotando e, de outro, a falta de alimentos, foram obrigados a se dedicarem à agricultura. Com isto tiveram que se espalhar à procura de terras para o cultivo, contribuindo desta forma para a ocupação de outras regiões do Estado. Com o declínio da economia alicerçada no garimpo e mineração outras regiões do Estado estavam expandindo-se, aproveitando a mão-de-obra vinda do Vale.

Segundo informações fornecidas pela CODEVALE, contidas no Pré-Diagnóstico do Vale do Jequitinhonha,

"...as Zonas da Mata e do Sul foram as que mais se beneficiaram com o afluxo de populações provenientes, em sua maior parte, das zonas de mineração. Encontramos, desse modo, explicações para o reduzido número de municípios criados na região do Vale em relação às outras regiões do Estado. Dos 124 municípios existentes em 1900, apenas nove com -

²⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste de, op. cit., p. 90.

*preendiam o Vale do Jequitinhonha mineiro. Realmente as Zonas da Mata e do Sul ofereciam melhores condições de fixação do homem. A primeira, favorecendo à penetração da cultura cafeeira, cuja expansão, iniciada em terras fluminenses, teve seu ímpeto nas fertilíssimas glebas que se desdobravam entre os rios Paraíba e Doce. A segunda, como caminho que havia sido à penetração dos bandeirantes paulistas, que aí também encontravam lavras auríferas ao lado de terras de alto teor de fertilidade, foi sobre modo propícia à formação de núcleos florescentes em condições de se constituírem em sedes municipais."*³⁰

Como se vê, enquanto o Vale ficou voltado basicamente para uma atividade econômica, com danos inclusive para o seu solo, outras áreas do Estado estavam se desenvolvendo e acabaram tirando proveito da queda da mineração, que passou a liberar a mão-de-obra necessária para a agricultura.

Diminuindo a produção mineral, a economia regional reorienta-se para a pecuária e a agricultura. Atividades estas, que, no entanto, não conseguiram restabelecer a vinculação com a economia de mercado na base anterior. Inicia-se, portanto, para o Jequitinhonha o longo período de ostracismo e mesmo "estagnação".

Nos Planos Nacionais, ao falar das regiões que são consideradas problemas no país, o Vale é denominado como "Bolsão de Pobreza."³¹ Mas por trás da pobreza, o Vale foi reinventado econômica e socialmente: tornou-se uma região de pecuária extensiva e de predomínio do latifúndio.

³⁰ CODEVALE. *Pré-diagnóstico do Vale do Jequitinhonha*, op. cit., p. 22.

³¹ CODEVALE. *Programa de desenvolvimento rural do Vale do Jequitinhonha-PLANRURAL*. Minas Gerais, Belo Horizonte, 1979, p. 35.

2.2 - Predomínio da Pecuária Extensiva

A medida que terminava a ação dos garimpeiros e faiscadores iniciava para o Vale uma outra fase, começava um outro tipo de atividade:

*"...as florestas passaram a ser abertas e se implantou na parte média, em princípios do nosso século, uma atividade inteiramente estranha ao meio: a pecuária extensiva."*³²

Também o jornal O Estado de São Paulo, faz uma síntese que define muito bem esta segunda etapa:

*"...Depois, veio o gado espalhado nos latifúndios que eram sesmarias, queimando as matas do médio Jequitinhonha - matas que já foram chamadas de Floresta Atlântica, um homem a tocar mil reses, a falta de empregos, a decadência, a miséria, o cerrado, a caatinga, o sertão virando deserto..."*³³

Como vimos pela descrição de Saint-Hilaire, também a agricultura mineira, principalmente, a do Vale foi baseada na destruição das florestas e não havia nenhum tipo de cuidado com o solo. Nestas condições não é de se estranhar que a agricultura fosse muito rudimentar. Para ele a criação do gado seria mais rendosa:

*"...numerosos chefes de família tinham renunciado à extração do ouro para se ocuparem com a agricultura, devia-se encorajar a criação de gado, tão importante e rendosa..."*³⁴

³² GUIMARÃES, Alisson P. *Estudo geográfico do Vale do Médio Jequitinhonha*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1960, p. 23.

³³ Série de reportagens sobre o Vale do Jequitinhonha-Jornal "O Estado de São Paulo" de 28.08.77 a 04.09.77, com o título: O Progresso Chegando ao Vale da Fome. Esta série foi publicada na íntegra, pela Igreja de Araçuaí, a pedido de diversos agentes de pastoral, em junho de 1978. p. 5.

³⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. cit., p. 51.

No entanto, ele mesmo reconhece que a região era promissora e que se fosse explorada, devidamente, ali tudo se encontraria:

"...Não só essa província é rica por seus diamantes e pedras preciosas, minas de ouro, ferro, chumbo, etc., como também pelas gordas pastagens, belas florestas e fértil território, que, segundo os lugares e altitudes, pode produzir a videira, a cana-de-açúcar e o café; o cânhamo e o algodão; a mandioca, o trigo e o centeio; mangas, pêsegos, figos e bananas. Se existe alguma região que possa dispensar o resto do mundo, será certamente a Província das Minas..."³⁵

Toda esta riqueza, porém, não foi devidamente explorada e a pecuária extensiva foi gradativamente ocupando as melhores terras com base nas grandes propriedades (antigas sesuárias), tornando-se dominante no final do século XIX e início do XX. A agricultura, marginalizada, passou a ser a atividade principal da população formada pelos trabalhadores egressos das minas, escravos libertos, dispersos ao longo dos vales dos rios Jequitinhonha e Araçuai. Aí fixaram-se ao redor das vilas e povoados, em pequenas propriedades e posses, dedicando-se à produção agrícola. Faltavam-lhes melhores condições técnicas e financeiras, além de terras, para desenvolver a agricultura. Esta agricultura dos pequenos estabelecimentos, era mais para a subsistência, baseada no trabalho familiar. No entanto, houve também tentativas e pequenos surtos de agricultura mercantil nos maiores estabelecimentos.

O cultivo do algodão foi uma das tentativas e, que não conseguiu êxito devido ao grande isolamento da região, que dificultava o transporte para a comercialização do pro

³⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. cit. p. 47.

duto. A distância dos centros comerciais elevava muito o preço do produto, não sendo possível competir com outras regiões produtoras.

Senna fala-nos sobre isto ao referir-se a Aracuaí:

*"...O plantio do algodão, muito grande na primeira metade do século XIX, foi quase abandonado durante muitos anos por falta de mercado para este produto."*³⁶

Não só Aracuaí, mas outras localidades também se dedicaram ao cultivo de algodão,

*"...em Minas Novas, a região, embora mais elevada que o Serro do Frio, passa por ser mais quente. Convém perfeitamente à cultura do açúcar e do café. Aí cultivava-se principalmente o algodão tido como igual em brancura e finura ao de Pernambuco, sendo transportado em lombo de burro ao Rio de Janeiro. Levam três meses e algumas vezes quatro para ir ao Rio, e outro tanto para voltar. Seu preço, neste distrito é o dobro do de São Paulo. As viagens são fatigantes e dispendiosas: é necessário comprar milho todos os dias para os burros, e apesar dos cuidados de que os cercam, muitos morrem, outros se estropiam, tornando-se inaptos para o serviço... o custo do transporte, por carga, do Rio de Janeiro a Minas Novas é de seis a sete libras esterlinas..."*³⁷

³⁶ SENNA- Nelson de. *Anuário de Minas Gerais*. Tomo I, v. 6, 1978, p. 448.

³⁷ MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia. Ed. da Universidade de São Paulo, 1978, v. 33, p. 164.

Com o início da navegação do Jequitinhonha, durante o século XIX, pensou-se que os produtos agrícolas, principalmente o algodão, poderiam reativar o comércio em alguns municípios. Porém este meio de transporte não se mostrou viável, devido à falta de regularidade na vazão do rio. Não seria, pois, com a navegação que o Vale conseguiria comunicar-se mais facilmente com os maiores centros comerciais.

Mais tarde, com o início da construção de ferrovias e rodovias ligando diretamente vários centros comerciais, sem, no entanto, passar pelo Vale do Jequitinhonha, isolou-se ainda mais a região.³⁸ Este isolamento inviabilizou a agricultura mercantil.

A pecuária tornou-se a maior responsável pela ocupação da parte média do Vale. E a esta expansão da pecuária correspondeu também determinada forma de organização econômica e social.

Segundo Guimarães³⁹, por volta de 1817, tendo recebido sesmarias nesta região estabeleceram-se o tenente Martiniano A. de Oliveira e o ajudante Manoel de Jesus Maria. Esses foram os dois primeiros latifundiários de extensa região.

³⁸Dados da Fundação João Pinheiro - FJP/CODEVALE, *Vale do Jequitinho - 1975*, Belo Horizonte, nos fala o seguinte: A estrada de ferro Bahia-Minas, construída em 1880 para colonização e escoamento da iniciante produção cafeeira da região de Teófilo Otoni, mantém apenas um ramal até Araçuaí no Médio Vale, no período de 1885 a 1924 e, somente em 1914 foi construído um ramal da Central do Brasil ligando Corinto à Diamantina, centro de microrregional do Alto Jequitinhonha. Até, então o escoamento da produção local era feito por tropas até General Carneiro, estação ferroviária da E.F.C.B., inaugurada em 1895 e depois à Curvelo com a criação de sua estação em 1905. Com a decadência da produção cafeeira do Vale do Mucuri (uma das 15 Zonas Fisiográficas) e Todos os Santos, e sua progressiva substituição pela atividade pecuária, a E.F.B.M. é desativada em 60, quando tem início a construção da BR/116, Rio-Bahia, que atravessa o Médio Vale e polariza o circuito mercantil para Teófilo Otoni, centro macrorregional da Zona do Mucuri. A rede de transporte permanece pouco desenvolvida e com exceção da BR/116, a única rodovia asfaltada é a BR/259 que liga Curvelo a Diamantina.

³⁹GUIMARÃES, Alisson P., op. cit. p. 22.

Com estas incursões no médio Jequitinhonha começava a delinear-se a estrutura fundiária da região e a ocupação permanente daquele solo. Já Saint-Hilaire no início do século XIX chamou atenção para o caráter destrutivo desta ocupação.

*"...os agricultores terminam na Província das Minas o que começaram os homens que iam à cata de ouro, a funesta destruição das matas... Diariamente árvores preciosas caem sem utilidade sob o machado do lavrador imprevidente."*⁴⁰

Assim foram sendo formados os pactos para a implantação da pecuária. Esta surgiu como a única atividade de caráter eminentemente mercantil, após o ciclo minerador. Por ser de baixo custo de produção e pelo fato de seu produto - o boi - ser auto-transportável para o comércio fora da região, foi consolidando-se em grandes estabelecimentos.

No entanto, nem mesmo esta atividade foi capaz de recuperar para a região o lugar que teve junto aos principais circuitos mercantis que foram se formando ao longo da história econômica do país.

A conjugação destes fatores - uma pecuária extensiva com uma agricultura de subsistência - têm aparecido como responsáveis pelo quadro de "estagnação econômica" existente ainda hoje na região.

Os fazendeiros, ocupando grandes áreas, e os pequenos produtores, com sua agricultura de subsistência, acabaram reforçando, pela própria situação, a forma de integração marginal do Vale do Jequitinhonha ao processo de desenvolvimento capitalista do período agroexportador. Sem dú

⁴⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste de, op. cit., p. 91.

vida, como diz Stavenhagen,⁴¹ a agricultura de subsistência é parcialmente responsável pela pobreza geral nas áreas rurais e sua marginalização. Mas esta agricultura e sua marginalização são produtos de um processo histórico e de relações econômicas que extrapolam a região.

Em seu conjunto, o breve apanhado do processo histórico de formação do Vale permite concluir que a estagnação econômica é o resultado de um grande desenvolvimento anterior e não um impecilio a ele. Só que o "boom" da extração mineral, no quadro da acumulação primitiva do capitalismo mercantil, além de sugar o trabalho escravo, destruiu na região, as suas riquezas naturais. Como resultado de um destruidor desenvolvimento para fora, houve um retraimento propício a expansão latifundiária da pecuária. A gênese da estagnação econômica do Vale portanto, é a estrutura de produção (posse e uso da terra) e as relações que a região estabeleceu com o resto da economia após o ciclo minerador.

3. Araçuaí

A inclusão de uma descrição histórica particular de Araçuaí deve-se ao fato de os trabalhadores rurais deste município serem a população escolhida como base do meu estudo.

Ao falar do Vale do Jequitinhonha, já estava falando de Araçuaí, que é um dos 52 municípios que o compõe. O objetivo comum que moveu a penetração do colonizador no interior das Minas Gerais foi certamente a procura do ouro, prata e pedras preciosas. Porém, a forma como cada município foi formado, reveste de particularidades ligadas à sua localização, facilidade ou não de acesso, minérios encontrados, etc.

⁴¹ STAVENHAGEN, Rodolfo. A comunidade rural nos países subdesenvolvidos. In: (Orgs.) SZMRECSAMJI, Tomás & QUEDA, Oriowaldo. *Vida rural e dança social*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979, p. 29.

No caso de Araçuaí foi exatamente a maior possibilidade de acesso que determinou a sua formação. Este município fica situado a nordeste do Estado de Minas e é banhado pelos rios Araçuaí e Jequitinhonha. "Arassuahy" é uma palavra indígena formada por aglutinação e significa "rio dos pássaros grandes". Teve como seus primeiros habitantes os índios Trocoiós e os Botocudos. As "entradas" de Francisco Bruza Espinosa e outros, percorreram desde 1554, as terras que hoje constituem o município de Araçuaí.

3.1 - Fundação e ocupação de Araçuaí

As primeiras sesmarias na região de Araçuaí e Minas Novas foram distribuídas em 1728, época em que aí foram descobertas as esmeraldas, turmalinas e águas marinhas. Depois, esta região, por causa da descoberta dos diamantes do Tijuco foi abandonada pelos mineradores, ficando na região os donos de terras, que chegaram a formar povoações. A ocupação volta a se intensificar mais tarde. Com isto, a fundação da sede de Araçuaí só vai acontecer por volta de 1830 e 1840, quando o padre Carlos de Figueiredo funda a aldeia do Pontal. Esta aldeia pertencia à paróquia de Calhau (nome de um rio da localidade), que por sua vez, fazia parte do município de Minas Novas. Em 1857, a paróquia do Calhau foi desmembrada do município de Minas Novas e a aldeia do Pontal foi elevada à categoria de vila. Em 1871 foi elevada à cidade recebendo o nome de Araçuaí. Está situada às margens dos rios Jequitinhonha e Araçuaí.

A povoação do município surgiu, espontaneamente, pela aglomeração de canoeiros do Jequitinhonha.

Segundo Pereira,

"...O padre Carlos de Figueiredo Murta, que depois foi nomeado bispo de Marianna e morreu antes de tomar posse de seu bispado, havia fundado no vértice do ângulo de confluência do Arassuahy e Jequitinhonha a aldeia do

Pontal. Esplendida perspectiva, terras férteis, os dois grandes rios a viração do valle que abate o calor, o fácil accesso às canôas, um conjunto de qualidades locais indicava aquelle logar para uma cidade. Mas o padre Carlos era excessivamente auctoritário e exigente.

Lançando os fundamentos de uma futura cidade, portou-se como senhor de alta e baixa justiça e uma de suas determinações foi que não se consentissem alli meretrizes nem bebidas alcoolicas.

As infelizes mulheres emigraram e, attrahidos por ellas, os canoeiros mudaram de porto.

Nesse tempo era proprietária da fazenda de Boa Vista da Barra do Calhau uma velha mulata de nome Luciana Teixeira, a quem A. de Saint-Hilaire se refere no seu livro de viagens. Esta boa mulher deu abrigo aos emigrantes do Pontal nas suas terras à margem direita do ribeirão do Calhau e Arassuahy. Tornou-se este o ponto de arribada das Canoas que subiam o Jequitinhonha. Começou alli a cidade de Arassuahy."⁴²

O fato de Saint-Hilaire ter mencionado em seu livro de viagens que se hospedara em julho de 1817, na Boa Vista, tem gerado a interpretação de que ali se desenvolveu a cidade de Araçuaí. Porém, a citação de Saint-Hilaire não fala em povoação ou vila como costumam mencionar. O que ele diz é o seguinte:

"...Pousei na casa de Boa Vista, talvez a mais agradavelmente situada de todas as que até esse momento vira. É construída sobre o

⁴²PEREIRA, Leopoldo. *O Município de Araçuaí*, op. cit., p. 23 a 50.

cume de uma colina isolada, em baixo da qual deslizam com lentidão as águas límpidas do Araçuaí, rio mais ou menos da largura do Loiret. ...Boa Vista era a residência de uma velha mulata chamada Luciana Teixeira..."⁴³

Esta citação não prova que tenha sido Luciana Teixeira a pessoa que fundou a cidade de Araçuaí. Ela teria permitido que em suas terras morassem as pessoas expulsas por Pe. Carlos da localidade, onde se formou a aldeia do Pontal e que, posteriormente, foi elevada à categoria de cidade.⁴⁴ Assim, concordo que o fundador da cidade de Araçuaí foi mesmo Pe. Carlos Pereira Freire de Moura, por volta de 1830 a 1840.

Luciana Teixeira teria sido expulsa da aldeia do Pontal juntamente com outras meretrizes, pelo Pe. Carlos, que se sentia dono do lugar. Com isto muitos canoeiros mudaram o seu local de arribação, acompanhando as meretrizes.

A população de Araçuaí foi constituída pelos índios que ali habitavam (embora tenham desaparecido devido ao grande combate dos colonizadores) pelos portugueses e pelos negros. Estes últimos vieram como escravos para trabalhar nas fazendas, conforme nos fala Guimarães:

"...Em 1834, chegou ao povoado, vindo da Bahia, o Pe. Manuel Fernandes e sua escravaria. Instalaram-se a agricultura e a pecuária."⁴⁵

⁴³ SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. cit., p. 238.

⁴⁴ POEL, Francisco Van der, em seu livro lembra que não há nenhuma menção nos documentos citados de que Luciana Teixeira ainda vivia em 1830. Ela foi citada por Saint-Hilaire como uma pessoa já velha. Op. cit., p. 32.

⁴⁵ GUIMARÃES, Alisson Pereira, op, cit., p. 102.

A população quando do declínio das minas saiu à procura de terras onde pudesse se dedicar à agricultura. Araçuaí por estar situada entre os vales dos rios Jequitinhonha e Araçuaí foi por muitos escolhida, uma vez que o solo ali prometia ser mais fértil.

Como vimos, anteriormente algumas sesmarias já haviam sido doadas a portugueses, que criaram as suas fazendas, aceitando parte da mão-de-obra liberada das minas para trabalhar como empregados, meeiros e mesmo arrendatários.

Outra parte da população, procurou formar as suas próprias roças fora do limite das fazendas, outros continuaram ainda a procura de ouro e pedras preciosas nas minas e garimpos da região.

Quanto aos índios existentes nesta região, conforme a história, eram numerosos, habitavam as matas e viviam da caça e da pesca. Mais tarde tem-se notícias de que algumas vezes vinham ao povoado com trabalhos por eles realizados em cerâmica, bambús e cipós para trocar por algum produto.

A marca da presença do negro é forte em Araçuaí, como em todo o Vale. A população do Vale tem a cor bem escura, tendo inclusive alguns municípios e distritos em que quase todos são negros ou mulatos.

No livro de Poel vamos encontrar algumas informações sobre o negro:

*"...Em Araçuaí a maioria dos escravos deve ter trabalhado nas fazendas, derrubando matas e lidando principalmente com plantação. A situação do negro do campo esteve mais que os outros sujeita a "caprichos" do senhor."*⁴⁶

⁴⁶ POEL, Francisco van der, op. cit., p. 105.

Mesmo com a abolição da escravatura pela Lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888, a situação do negro não melhorou muito. O fato de serem considerados como mercadorias, seres inferiores e incapazes, já havia ficado arraizado no conceito dos portugueses e brasileiros. Com todos estes preconceitos não foi fácil ao negro organizar a sua vida. Na verdade, o negro não sabia o que fazer ao ficar livre, uma vez que não possuía nada, nem dinheiro, nem casa ou terra para trabalhar. A mudança principal foi o de tornar-se um trabalhador assalariado, mas livre, podendo escolher onde e com quem trabalhar.

O negro continuou espalhando-se por todas as partes de Minas Gerais, quer no garimpo, nas minas, nas plantações para o comércio, nas roças de subsistência e nas fazendas de gado.

Assim não se pode negar como diz Mata Machado:

*"...o quanto é importante o papel de Minas na contribuição do elemento afro-negro para a formação nacional, nos mais variados aspectos."*⁴⁷

Pelo que foi visto, pode-se perceber que parte da população de Araçuaí, foi vítima direta da "produção" pedratória que se desenvolveu na região. Com o declínio da mineração viram-se completamente desprovidos de qualquer benefício. Tiveram que recomeçar tudo de novo. A outra parte era formada pelos donos das sesmarias, que já se achavam espalhados na região e que vieram formar as grandes fazendas de pecuária exploradas de forma extensiva.

3.2 - Formação da economia de Araçuaí

Pelo que já foi exposto pode-se perceber que também em Araçuaí a economia era alicerçada na agricultura de

⁴⁷MACHADO FILHO, Aires da Mata, op. cit., p. 59.

sobresistência, na pecuária extensiva, no garimpo e mineração.

A população de Araçuaí, principalmente os que vieram das minas, para sobreviver, começaram a cultivar a terra, plantando os produtos mais necessários à sua alimentação.

Saint-Hilaire fala do tipo de produtos que eram cultivados:

"...Quase todas as casas de Araçuaí pertencem a lavradores que aí só vêm aos domingos e dias de festa; e, durante os dias de trabalho, a povoação fica deserta... não são unicamente os algodoeiros que se cultivam nesse lugar. Produz também milho, feijão, pode-se plantar arroz à margem do rio, mas as estiagens prolongadas são frequentes, e, nesas ocasiões, as colheitas ficam prejudicadas."⁴⁸

A pecuária porém, é a que mais resistia e até hoje continua sendo a principal atividade econômica de Araçuaí. As fazendas foram aí implantadas devido ao grande espaço existente e à presença de salinidade no solo que favorece intensamente à criação de gado. O tamanho da área disponível pode ser percebido, pela medida de superfície usada na região (o alqueirão de aproximadamente 20ha.).

Sobre isto nos fala Guimarães:

"...A medida de superfície que vigora no mêdio Jequitinhonha ajusta-se perfeitamente às amplidões dos domínios pastoris, de léguas estiradas e vazios demográficos, onde distância e tempo se combinam sob a precariedade das vias de comunicação e meios de

⁴⁸SAINT-HILAIRE, Auguste de, op. cit., p. 282 e 299.

transporte. O alqueirão é a medida comum e usual. Corresponde a 4 alqueires mineiros ou geométricos de 48.400 metros quadrados, perfazendo, portanto, $193.600m^2$. Corresponde assim o alqueirão a 20ha., aproximadamente. Em Araçuaí, em manga (pasto) de colônião, quinze cabeças por alqueirão é um bom número para se manter permanentemente, mas que, considerados todos os tipos de pastagens, aquela zona não comportaria, talvez, mais que 8 cabeças por alqueirão."⁴⁹

Esta situação, a criação de gado de forma extensiva, a agricultura bem rudimentar parece que continuam até hoje em alguns lugares explorada pelos pequenos produtores, com a ajuda da família. A produção do solo era manifestada por eles como o que está nesta citação:

"...si o anno corre bem (na sua expressão), isto é, si ha chuva, colhem para o sustento; si falham as chuvas, a situação é angustiosa..."⁵⁰

O comércio desses produtos era feito principalmente com a Bahia:

"...Por esse tempo na costa da Bahia não se cultivavam cereaes. O fazendeiro da Bahia ocupava-se apenas com a cultura do fumo e do cacão, que exportava como matéria prima. Os víveres eram recebidos de Minas... Entre os generos de exportação, deve occupar o primeiro lugar o gado vaccum. Outro produto de grande exportação é o algodão."⁵¹

⁴⁹ GUIMARÃES, Alisson P., op. cit., p. 157 e 158.

⁵⁰ SENNA, Nelson. *Anuário de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Tomo 1, v.6, 1918, p. 444.

⁵¹ Id., ib., p. 444 & 445.

Mas como já vimos, em relação ao Vale, a dificuldade de transporte acabou prejudicando o comércio de Araçuaí. Esta situação tem sido até hoje uma das causas indicadas como responsáveis pelo declínio da região:

*"...Durante longo espaço do século passado foi considerável o movimento commercial do município de Arassuahy. Favorecia-o a navegação do Jequitinhonha, que permitia fácil comunicação com a costa da Bahia. Hoje já não é tão grande, decadencia que resulta de causas diversas. A cidade de Arassualhy era um grande entreposto de commercio. De todos os municipios vizinhos, num raio de mais de 50 leguas, convergiam para alli as tropas... O commercio de Arassuahy foi decaindo, e com elle a navegação do Jequitinhonha. No pequeno periodo de 1894 a 1898 pareceo que elle se ia reanimar, porém, não havia base segura para um reerguimento. A costa da Bahia já cultivava os cereaes, libertando-se assim, dos productores de Minas."*⁵²

Não só a falta de transporte, entre outros, como também, o fato da Bahia começar a cultivar os cereais, que antes eram comprados em Minas, contribuiu para a decadência do comércio de Araçuaí. Alguns municípios mineiros que antes levavam seus produtos para ali comercializar, também encontraram outros centros comerciais mais fáceis de alcançar.

"...A matta do Peçanha, de Ferros e Guanhães, achava mercados mais próximos e mais accessiveis para seus produtos. As tropas mudaram de rumo: já não era para o norte, mas para o sul, que ellas se dirigiam. A importação de mercadorias se deslocou de Mi -

⁵² SENNA, Nelson, op. cit., p. 446.

*nas para o Rio de Janeiro, a estrada de ferro Bahia e Minas transporta-os até Theophilo Ottoni, a trinta leguas de distancia, onde as tropas vão recebe-las. A cidade de Arrassuahy e os districtos adjacentes foram insulados, produzindo para si e cambiando entre si os seus productos."*⁵³

Esta é uma questão mais estrutural e que já dura várias décadas. Entretanto, nada foi feito para modificar esta situação.

Além da pecuária e agricultura, o município contava também em sua economia com a exportação de pedras preciosas. Desde 1728 a 1830 o Vale, e também Araçuaí estavam integrados ao comércio internacional, com o fornecimento de ouro e pedras preciosas. Os portugueses carregavam todo o ouro, diamante e demais pedras para a Europa. Lá vendiam conforme a cotação do mercado, enquanto as Minas Gerais, neste comércio, só tinha a perder, pois fornecia todas as riquezas para a acumulação do capital internacional. Com isto, as minas foram se acabando, as terras destruídas, restando ao Vale, o abandono e a pobreza.

Sobre a exportação das pedras preciosas especificamente em Araçuaí, há o seguinte depoimento:

"...O município é rico em mineraes, consistindo a sua maior riqueza na exportação de pedras coradas, principalmente na de turmalinas e aguas marinhas. Esta exportação é sempre superior a 500:000\$000, attingindo mesmo o movimento de compra e venda, annualmente, a mais de 800:000\$000.

...A principio, ninguem as conhecia alli, nem lhes sabia o valor, e as primeiras que appareceram, foram vendidas a 200\$ o kilo. Di -

⁵³ SENNA, Nelson, op. cit., p. 446.

*vulgada na Europa a notícia deste descobrimento, vieram da Allemanha alguns mercatores, que, porfiando em compra-las, foram levantado-lhes o preço e animando a sua extração. A cidade de Idar, na Allemanha, é o centro do commercio dessas pedras e dalli as nossas turmalinas verdes saem lapidadas e passam como esmeraldas de Madagascar e as vermelhas como rubis."*⁵⁴

Assim, como em outros municípios da região, Araçuaí teve também, o seu apogeu na mineração. Apogeu este, que produziu depois, o abandono e a destruição do solo.

x - x - x

A breve história que acabamos de ver, nos mostra a origem da "estagnação" em que o Vale do Jequitinhonha mergulhou após o apogeu da mineração. Até hoje produz os seus efeitos como uma consequência do processo de desenvolvimento da época. A "produção" do Vale era determinada pela Coroa, cuja ordem era extrair todas as riquezas minerais que fossem encontradas. Riquezas estas, que eram comercializadas na Europa, aumentando ainda mais a acumulação primitiva do então nascente capitalismo colonial. Para saciar a grande cobiça dos exploradores, o escravo era obrigado a trabalhar o máximo de suas forças, o que determinava a diminuição de seus anos de vida.

Os indígenas, que eram considerados impecílios à penetração dos colonizadores na região, foram exterminados para que a terra ficasse totalmente livre para ser explorada. E a exploração era feita de maneira predatória, o que vinha inutilizar todo o solo da região. Desta forma en

⁵⁴ SENNA, Nelson de. op. cit., p. 446 & 449.

quanto as riquezas eram levadas para fora do Vale, a região ia ficando cada vez mais pobre.

Com o declínio do ciclo minerador, o Vale encontrou-se completamente despreparado para enfrentar a situação. A população das minas viu-se obrigada a espalhar-se pela região à procura de terras para plantar, o que deu origem a uma agricultura bem rudimentar, produzindo mais para a subsistência. A única atividade econômica que logrou maior facilidade, foi a pecuária extensiva, ocupando grandes áreas, dando origem aos grandes latifúndios. Estes por sua vez foram os responsáveis pela determinação da estrutura fundiária estabelecida no Vale.

Portanto, pode-se concluir que um dos fatores que mais contribuiu para manter o Vale marginalizado do processo econômico mais geral foi esta estrutura de produção aí estabelecida.

Até hoje este passado está vivo na vida do Vale.

Outros fatores existem com certeza, influenciaram a "produção" do Vale, mas que a minha pesquisa não deu conta, por não ser o objetivo do meu trabalho. Com esta pequena síntese da história do Jequitinhonha, o objetivo buscado é entender mais o que está acontecendo no presente.

CAPÍTULO II

SITUAÇÃO ECONÔMICA ATUAL DO VALE

Neste capítulo analiso como se organizam as atividades, quais as relações dominantes e as determinações do processo, bem como as tendências de evolução mais recentes na região. As relações sociais aí estabelecidas, constituem o contexto mais imediato em que se inserem os trabalhadores rurais.

As condições de produção ali existentes, e que determinam toda situação econômica do Vale, acabaram levando o governo a definir uma política específica de desenvolvimento para ele. Esta política de desenvolvimento no entanto, tem tudo a ver com uma política mais ampla de governo, que estrapola a própria região. Esta matéria será tratada no capítulo 3.

Como síntese desta análise pretendo ver a problemática ligada à estrutura agrária, que vai afetar diretamente o trabalhador rural.

1. Atividades econômicas principais: Características e tendências de evolução.

O setor primário da economia tem predominância no Vale, sendo a indústria inexpressiva.

A pecuária extensiva é predominante, mas já se sente mudanças acontecendo na região, principalmente no setor agrícola. Estas mudanças estão ocorrendo por causa da expansão cafeeira em alguns municípios, como também pelo reflorestamento que vem tomando uma grande proporção, atingindo muitos municípios tanto da parte média, como alta do Vale. O garimpo e a mineração são também explorados. Na mineração vem sendo adotadas máquinas sofisticadas para a extração.

1.1 - Produção Pecuária

Pela história vimos que a pecuária é uma atividade econômica já bem antiga na região e que até hoje vem sendo desenvolvida. A pecuária foi a responsável pela de terminação da estrutura fundiária que se implantou na região, com o predomínio de grandes propriedades.⁵⁵ Além das razões econômicas, vários fatores técnicos são apontados como condições ao desenvolvimento da pecuária na região.

A pecuária, desde a época de sua implantação até hoje, é desenvolvida de forma extensiva, em sua maioria usando as técnicas mais simples e tradicionais. Devido à forma extensiva, a pecuária necessita de grandes áreas de terra. Assim, esta atividade, já exclui por si os pequenos produtores. Somente os grandes fazendeiros têm condições para desenvolver e expandir a pecuária.

As técnicas tradicionais de criação, aliadas às condições climáticas, ou seja, as secas constantes da região, fazem com que a capacidade média de suporte bovino das pastagens seja muito baixa, entre 0,54 unidades ani-

⁵⁵Guimarães destaca alguns deles: "A importância da pecuária se deve à sua melhor adaptação às condições climáticas e ao aproveitamento extensivo das pastagens, além do elevado teor de salinidade existente no solo. Devido à salinidade existente no solo, na estação seca esse teor aumenta e decresce na época mais úmida. Esse mecanismo, atua sobre a criação de gado. Na época das secas quando as pastagens diminuem, ou mesmo secam completamente, o que ocorre sempre por causa das secas prolongadas, o elevado teor salino do solo, nesse período é capaz de suprir o animal naquilo que ele não consegue tirar das pastagens. Se houvesse alguma umidade nesse período, as plantas forrageiras poderiam aproveitar para tirar do solo toda a sua riqueza de sais. Mas, com a estação da seca, há uma grande contradição, tem-se um solo rico em mineral e uma cobertura vegetal em carência. Em suma, o fator salinidade que é tão útil para a pecuária, atua muito contra o solo agrícola. Esse mecanismo de funções clima-solo-vegetação poderá ser apontado, possivelmente, como uma das causas das frequentes mortandades de rebanho do médio Jequitinhonha, pois, qualquer interferência, natural ou artificial, é suficiente para alterar a regularidade daquelas funções." GUIMARÃES, Alisson P. e Equipe de Geografia. *Estudo Geográfico do Vale Médio Jequitinhonha*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1960, p. 63 & 69.

mal/hectare (1970), e 0,58 unidades animal / hectare (em 1975).⁵⁶

Entre as várias atividades primárias, em termos de utilização de terras a pecuária é predominante, (ver Tabela 1) podendo-se notar inclusive incorporação de novas terras para pastagem no período de 1970 a 1975, passando de 2,2 milhões para 2,8 milhões de ha. (de 59% para 61% das terras dos estabelecimentos agrícolas). No período de 1975 a 1980, nota-se que mesmo predominando, já há uma perda relativa e absoluta de pastagens (em 1980, 2,7 milhões de ha. e 53% da área). É interessante notar que esta redução acontece justamente no período em que começam a ser implantados no Vale os projetos desenvolvimentistas. A entrada dos incentivos, principalmente para o café e o reflorestamento vem provocando uma série de mudanças na economia de todo o Vale.

Apesar disso, a pecuária continua a se desenvolver.

Conforme pode ser observado na tabela 2, o rebanho bovino do Vale acompanhou a tendência verificada nas pastagens com a incorporação de terras. Isto porque não houve alterações técnicas significativas, estando a pecuária dependendo da capacidade de suporte das pastagens.

⁵⁶ MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Ciências e Tecnologia. Instituto de Geociências Aplicadas. *Atlas Regional das Atividades Agropecuárias*. Região de Planejamento VII - Jequitinhonha. Belo Horizonte, 1981, p. 85.

Tabela 1

Terras com pastagens no Vale do Jequitinhonha por microrregião
1970-1980

Microrregião	1970		1975		1980	
	Total (ha)	% *	Total (ha)	% *	Total (ha)	% *
Alto Rio Pardo	290.206	47,46	417.644	42,35	489.605	42,22
Mineradora Alto Jequitinhonha	167.202	43,43	255.135	60,48	180.903	39,64
Mineradora Diamantina	221.883	45,97	375.463	50,60	314.781	33,52
Pastoril de Pedra Azul	581.801	57,68	719.421	62,61	641.749	55,97
Pastorial de Almenara	924.632	74,34	1.066.914	79,98	1.034.378	80,44
TOTAL	2.185.724	58,58	2.834.577	61,18	2.661.416	52,89

(*) Percentagem em relação à área total dos estabelecimentos.

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários - 1970, 1975, 1980.

Tabela 2

Rebanho bovino do Vale do Jequitinhonha, por microrregião
1970-1980

- Nº de cabeças -

Microrregião	A N O S		
	1970	1975	1980
Alto Rio Pardo	137.790	237.664	213.012
Mineradora Alto Jequitinhonha	35.709	53.808	50.168
Mineradora Diamantina	115.709	171.666	157.527
Pastoril Pedra Azul	295.785	445.818	381.400
Pastorial de Almenara	537.376	777.488	661.880
TOTAL	1.158.369	1.686.444	1.463.987

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários - 1970, 1975, 1980.

Entre 1970 e 1975, o rebanho apresentou um crescimento médio de 8,65% a.a., ou seja, de 1.158.369 cabeças, em 1970, passou para 1.686.444 cabeças, em 1975. No entanto, de 1975 para 1980, esta taxa progressiva não se repetiu, verificando uma queda no total de bovinos, passando para 1.463.987 cabeças.

Segundo informações do Instituto de Geociências Aplicadas, esta queda no rebanho bovino é o resultado de diversos problemas: *"Esta atividade econômica sofreu sérios prejuízos com as secas em 1975/76 e 1976/77, o que ocasionou uma diminuição na capacidade de suporte das pastagens, tendo em vista as deficiências nas práticas de conservação das mesmas no período de seca ou estiagem. Este fato se complicou com os reflexos da política de estabilização de preços, os quais sofreram um declínio acentuado a partir de 1975. Estas deficiências favoreceram um abate maciço, com perdas inclusive de matrizes, concorrendo para uma descapitalização do setor pecuário. Esta situação afetou diretamente a economia da região. Apesar disso, os preços médios recebidos pelos produtores desta região são elevados e, algumas vezes até superiores, quando comparados às outras regiões do Estado, devido à valorização do seu rebanho no mercado."*⁵⁷

Além das causas já mencionadas para justificar a perda que a pecuária vem sofrendo a nível regional é necessário apontar o aumento da área reflorestada:

*"...A queda na exploração da bovinocultura, é um indicador de mudanças na pauta produtiva regional, inclusive através de substituição de atividades."*⁵⁸

⁵⁷ MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Ciências e Tecnologia. Instituto de Geociências Aplicadas. *Atlas Regional das Atividades Agropecuárias*, op. cit., p. 85 & 86.

⁵⁸ *Subsídios para a elaboração de um programa de desenvolvimento regional*, op. cit., p. 81 & 83.

Algumas dessas modificações são analisadas mais abaixo neste capítulo. Sem dúvidas são frutos de mudanças da política governamental e em especial aos incentivos fiscais, questão que analiso no capítulo 3.

Infelizmente, os dados mais recentes sobre o rebanho bovino são os do censo agropecuário de 1980. Existem, porém, vários indícios de que a pecuária chegou ao seu limite de crescimento nos termos tradições (incorporação de novas áreas).

Bem, como se isto tudo não bastasse, no final de 1984 e em 1985, os jornais e televisão em Minas Gerais destacaram várias manchetes, durante muitos dias para informar que o rebanho bovino do Vale do Jequitinhonha estava sendo exterminado pelo morcego hematófago. O número de perdas chega a ser bem elevado e as vacinas existentes não estavam valendo mais, o que provocou uma grande revolta dos fazendeiros que reclamavam maior assistência do Estado.

O interessante, é que Saint-Hilaire em sua viagem pelas Minas Gerais já mencionava o morcego como um problema para a pecuária:

*"O gado tem no sertão um inimigo mais cruel ainda, os morcegos. Sugam-lhe o sangue, e-xaurem-no e matam-no. Os quirópteros foram a causa da ruína e do abandono de grande número de fazendas."*⁵⁹

Um outro aspecto a destacar é que a pecuária não se distribui igualmente em todo o Vale, tendo uma hegemonia incontestada na parte média do Vale nas microrregiões Pastoral de Almenara e Pastoral de Pedra Azul (nesta última se encontra Araçuaí). Na microrregião de Pedra Azul a pecuária representava 51% do valor da produção agropecuária,

⁵⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste de, op. cit., p. 316.

em 1980 (ver tabela 1, em anexo). Uma visão mais completa das variações ocorridas no rebanho bovino em todo o Vale do Jequitinhonha, por município no período de 1974 a 1980, é também apresentada na tabela 2 em anexo.

O rebanho bovino é voltado para o gado de corte com predomínio das raças zebuina, notadamente a Nelore e Indubrasil⁶⁰. Em 1970, 59% do rebanho era para corte, aumentando, consideravelmente, para 83% em 1975 e mantendo-se em 79% em 1980. (Ver tabela 3).

⁶⁰"A bovicultura de leite constitui uma tradição de alguns municípios do Alto Jequitinhonha. Considerando-se a introdução da pecuária leiteira ainda recente no Vale, a produtividade, isto é, relação entre o volume de leite obtido e o total de vacas ordenhadas, é ainda muito baixa. Isto se explica pelas próprias dificuldades do gado mestiço-holandês em se adaptar às condições climáticas da região, além da debilidade no tratamento e na alimentação deste rebanho, normalmente à base de capim, necessitando de uma maior utilização de rações e concentrados". Dados retirados do *Atlas Regional das Atividades Agropecuárias*. Região de Planejamento VII - Jequitinhonha. Op. cit., p. 85.

Tabela 3
Distribuição percentual do rebanho bovino do Vale do Jequitinhonha, segundo a sua finalidade e por microrregião
1970 - 1980

Microrregião	Corte			Leite			Corte e Leite		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980	1970	1975	1980
Alto Rio Pardo	57,95	80,95	79,47	28,28	7,59	14,17	13,76	9,33	4,86
Mineradora Alto Jequitinhonha	62,10	52,11	79,41	22,44	23,37	14,63	15,45	24,30	5,86
Mineradora Diamantina	15,59	45,48	52,48	76,53	35,46	36,39	7,86	17,93	10,73
Pastoril de Pedra Azul	49,40	80,96	71,35	32,65	7,42	18,55	17,93	11,58	10,22
Pastoril de Almenara	73,84	94,85	88,64	20,05	1,18	7,45	6,10	3,96	3,68
TOTAL	59,03	82,83	78,52	30,22	7,9	14,68	10,73	8,80	6,39

Cálculos a partir dos Censos Agropecuários - 1970, 1975, 1980 do IBGE.

A comercialização do gado bovino da região é feita, preferencialmente, com os Estados do nordeste do país. Este fato se explica por ser a região próxima da BR-116, que liga os Estados do nordeste.

Com a Bahia, o Estado com o qual o Vale tem o maior intercâmbio comercial, há um predomínio de venda de gado para engorda. Com os Estados de Alagoas, Sergipe e Pernambuco a venda se dá mais de gado para o corte. Outros Estados também comercializam com o Vale, principalmente, na compra de gado para engorda. São eles: Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás. Quanto ao comércio interno no Estado, este é feito, especialmente, com a região do Vale do Rio Doce, sendo a venda do gado para engorda a mais importante.⁶¹

Apesar das dificuldades que os fazendeiros estão tendo de enfrentar, a pecuária ainda continua como a principal atividade econômica da região. Dada a forma como a mesma é desenvolvida, são baixos os custos de produção. Somando-se a isto, existem outros mecanismos que são usados pelos fazendeiros, quando de seu interesse, como aceitar o trabalhador rural em parceria, arrendamento. Estas relações de produção ajudam cada vez mais o fazendeiro a tornar rentável a atividade pecuária, sem falar no fato que os assalariados nunca recebem o valor correspondente ao salário mínimo vigente.

No último tópico deste capítulo aprofundo esta questão.

⁶¹Dados retirados do *Atlas Regional das Atividades Agropecuárias*. Região de Planejamento VII - Jequitinhonha, op.cit., p. 86.

1.2 - Agricultura e reflorestamento

A agricultura no Vale é desenvolvida de forma bem rudimentar produzindo, basicamente, alimentos de subsistência, salvo em alguns municípios, onde estão sendo adotados métodos mais avançados de produção agrícola. A produção de alimentos na região é muito deficitária, tendo que importar, de fora, para abastecer o mercado regional. O milho, a mandioca, a cana, o feijão, o arroz são os produtos mais cultivados. Há diversidade entre os municípios no que diz respeito ao cultivo destes produtos, uns produzem mais o milho, outros, o feijão etc. Na última década, o café embora já existisse na região, teve a sua produção estimulada através de subsídios, aumentando a sua importância.

Assim, é que, enquanto em alguns municípios a produção da agricultura se faz com base nos processos técnicos avançados e relações de trabalho assalariado, em outros o cultivo ainda se dá em bases bem rudimentares e trabalho familiar. São formas de produção articuladas pelo desenvolvimento capitalista, convivendo em uma mesma região.

Para plantar o milho, o arroz, a mandioca, o feijão e a cana, o pequeno camponês ainda usa os mesmos métodos de antigamente como: o roçado, a queimada, tendo como instrumentos a foice e a enxada. E o plantio é feito por toda família, que jogam com as mãos as sementes na terra e cobrem a cova utilizando o pé.

Várias são as causas apontadas para justificar o atraso da agricultura camponesa no Vale, como:

- a mais importante é a precariedade do acesso à propriedade da terra, que surge como um obstáculo ao desenvolvimento da agricultura. Para se conseguir empréstimos bancários, ou mesmo incentivos, a condição primeira é de que o produtor seja proprietário;

- a estrutura fundiária existente, com o predomínio de grandes propriedades, os latifundiários;

- os pequenos proprietários, embora numericamente superiores, não detêm uma área de terra suficiente para conseguir também os financiamentos. Isto os impossibilita de melhorarem as suas condições de produção. As consequências são que por falta de recursos, os solos são usados continuamente até se exaurirem por completo, não conseguindo mais produzir satisfatoriamente. Isto faz com que os pequenos produtores não consigam um nível de renda suficiente para sair desta situação e, acaba se tornando um círculo difícil de ser rompido;

- uma outra causa apresentada é a qualidade do solo que, como vimos anteriormente, não é considerado bom para a agricultura, e sim para a pecuária. Ora esta justificativa é facilmente derrubada, tendo em vista a expansão do café em alguns municípios onde está tendo, segundo informações, uma ótima produtividade, devido à forma como está sendo cultivado;

- as secas continuadas na região, também são apresentadas como uma das mais importantes causas da baixa produtividade da agricultura no Vale.

Estas duas últimas causas, a má qualidade do solo e as secas, fizeram com que o INCRA definisse para esta região, norte de Minas, 100ha. como o módulo mínimo necessário para a reprodução de uma família.

A quase totalidade dos pequenos produtores da região, detêm uma área muito inferior ao módulo. Devido a estas condições todas, a população rural do Vale (quase 66% do total) tem um padrão de vida bem baixo.

O atraso da agricultura e o baixo padrão de vida dos camponeses do Vale porém, não podem ser vistos como resultado de isolamento ou de sua não incorporação ao mercado. Analisando a questão da agricultura camponesa em diferentes países latino-americanos, Stavenhagen dá elementos para uma compreensão mais adequada deste problema:

"...embora em todos estes países a maioria da população rural tenha um padrão de vida extremamente baixo e quase nenhum poder aquisitivo, seria um engano confundí-las simplesmente, como fazem alguns autores, com agricultores de subsistência de economias fechadas. Elas estão, pelo contrário, incorporadas a uma economia de mercado e respondem às suas pressões. Parte do produto agrícola sempre é trocado por bens manufaturados, e nem sempre o excedente se enca-minha para a economia monetária. Não raro, o camponês pobre vende alimentos de que necessita, para satisfazer alguma outra necessidade imediata, e, mais adiante na estação agrícola, compra de volta a comida por um preço consideravelmente mais alto... A agricultura de subsistência é parcialmente responsável pelo baixo nível nutricional e pela pobreza geral característica de áreas rurais atrasadas; mas por outro lado, sua substituição pela monocultura para exportação em muitos lugares tornou as coisas piores e as pessoas mais pobres".⁶²

A área destinada às lavouras no Vale, se comparadas com as pastagens, é insignificante. Embora com a implantação dos projetos de desenvolvimento na região, já tenha provocado algumas modificações, inclusive com a incorporação de novas áreas.

Em 1970, a área destinada à lavoura no Vale era de 236 mil ha., passando para 270 mil ha. em 1975 e para 315 mil ha. em 1980. Mas se observarmos na tabela 4 veremos que embora tenha havido um aumento absoluto da área nestes anos em termos relativos, ela permaneceu quase inal

⁶²STAVENHAGEN, Rodolfo. A comunidade rural nos países subdesenvolvidos. In: SZMNECSAMYI, Tomás & QUEDA, Oriowaldo. *Vida rural e mudança social*. São Paulo, Editora, Nacional, 1979, p. 29 & 30.

terada. O ganho absoluto em área ocorreu em todas as microrregiões.

Tabela 4

Terras com lavoura no Vale do Jequitinhonha por microrregião
1970 - 1980

Microrregião	1970		1975		1980	
	Total (ha)	% *	Total (ha)	% *	Total (ha)	% *
Alto Rio Pardo	55.868	9,13	58.339	5,91	78.794	6,79
Mineradora Alto Jequitinhonha	16.696	4,33	13.028	3,08	23.861	5,22
Mineradora Diamantina	66.026	13,68	89.201	12,02	94.222	10,03
Pastoril de Pedra Azul	70.289	6,96	79.963	6,95	84.216	7,34
Pastoril de Almenara	27.683	2,22	30.317	2,27	34.647	2,69
TOTAL	236.562	6,3	270.848	5,84	315.740	6,27

() Percentagem em relação à área total dos estabelecimentos.

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários - 1970, 1975, 1980.

Na tabela 3 (em anexo) pode-se observar que a expansão ocorreu principalmente nas lavouras permanentes, com um incremento absoluto de 35.185ha., representando um aumento de 153%, entre 1975 e 1980. Ao mesmo tempo, neste período, o número de estabelecimentos com culturas permanentes também aumentou em 6.378 unidades, significando um crescimento relativo de 51%.

Esta expansão nas lavouras permanentes é devida, fundamentalmente, à cultura do café, que está sendo imple -

mentada na região.⁶³ O café está sendo expandido em moldes capitalistas.

Por outro lado, as lavouras temporárias também tiveram um incremento neste período, tanto em termos de área cultivada (9%), quanto em número de unidades produtivas (8%). Porém se comparada com a permanente, o aumento foi menos significativo. Esses aumentos resultaram num crescimento relativo da área cultivada de (19%) e, no número de estabelecimentos de (8%), entre 1975 e 1980.

Em termos de uso das terras do Vale as maiores mudanças ocorreram com o reflorestamento. Entre 1975 e 1980, o reflorestamento teve um crescimento absoluto na região, de 273.502ha. e relativo de 559% (bem inferior à do Estado que foi de 204%.) Dados mais completos sobre o reflorestamento serão apresentados no capítulo 3, por se tratar de uma atividade diretamente ligada à política governamental para o Vale, através dos incentivos fiscais. Em termos de expansão da área de reflorestamento, o IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, em 1982, afirma:

*"...o reflorestamento continua em expansão no Vale, registrando para o período 1981/82 um acréscimo de área de 56.754ha. (...) A área reflorestada em 1975 era 48.884ha, passando para 379.140ha. em 1982, significando uma variação percentual expressiva de 675,61%, fato que ocorreu de forma concentrada a nível de municípios."*⁶⁴

⁶³"A área plantada com café, em 1975, era 7.246ha., enquanto que em 1979, passou para 15.996ha., ou seja, mais que duplicou". - Dados contidos no documento: *Subsídio para elaboração de um Programa de Desenvolvimento Regional*. Op. cit., p. 81.

⁶⁴Id. ib. p. 16 & 83.

Para concluir este tópico, ressalto que a proble
mática da agricultura do Vale está muito mais ligada à ques
tões estruturais do que propriamente climáticas, ou por
causa da qualidade do solo. Está ligado muito mais a es-
trutura agrária como veremos ao tratar deste assunto na se
gunda parte deste capítulo.

1.3 - Garimpo e mineração

A mineração e o garimpo constituem outro ramo da
atividade econômica primária desenvolvida no Vale do Jequi-
tinhonha, que merece destaque.

A sua produção está mais concentrada em 22 muni-
cípios que extraem principalmente: pedras preciosas, grani-
to, estanho lítio, potássio, sodalita, feldspato, grana-
da, quartzo, cianita, mica, granita, berilo, rutênio, man-
ganês, ouro, prata, caulim, diamante, águas, nióbio, grafi-
ta e minerais radioativas como o urânio.

A atividade é desenvolvida, tanto por traba-
lhadores rurais de forma bem artesanal, com o uso de pica-
retas, enxadas, pás, peneiras, gamelas, etc., como por com-
panhias mineradoras que já têm máquinas bem sofisticadas pa-
ra trabalhar. No rio Jequitinhonha são encontradas as duas
formas de exploração ao mesmo tempo.

As minas e lavras são encontradas em vários luga-
res, chegando mesmo a ter municípios com elevado número de
las. Destas minas são extraídas as águas marinhas e turma-
linas de todas as cores. Estas pedras são comercializadas
principalmente em Teófilo Otoni ou por meio de atravessado-
res que vêm nas bocas das minas para comprar e, posteriormente, revender.
Este comércio na boca das minas é um comércio clandestino,
que além de prejudicar ao vendedor também prejudica a re-
gião que perde no recolhimento do imposto com o registro

da venda das pedras, além de não se ter um quadro real do valor da produção das minas e lavras.

As companhias de mineração mais conhecidas no Vale são: Mineração Tijucana S/A, Dragagem Fluvial S/A, Empresa Mineradora Lagoa Seca Ltda., em Diamantina, Alba Cia. de Mineração (estatal) em Coronel Murta; Empresa Portuguesa em Berilo, Cia. Arquena de Minério e Metais Ltda. e a Jandspar Mineração Ltda. em Itinga e Araçuaí. Existem ainda outras companhias menos conhecidas na região. Todas elas porém tem como objetivo explorar ao máximo, as riquezas minerais existentes no Vale do Jequitinhonha. É a história se repetindo como no tempo colonial. A produção mineral também, é quase toda para exportação. As primeiras empresas mineradoras foram instaladas no Vale na década de 50, como parte dos primeiros projetos governamentais, para promoverem o desenvolvimento regional.

Para que as companhias pudessem se instalar na região, o governo concedeu incentivos, autorizou a sondagem e exploração em suas terras. Mas, não ficou só nisso. As companhias necessitavam vasculhar mais a área. Para isto conseguiram autorização do Conselho Nacional de Pesquisa Mineral, para pesquisarem o sub-solo. Só que este sub-solo muitas vezes estava dentro de propriedades privadas. Com isto, as companhias ofereceram aos pequenos proprietários arrendarem as suas terras por tempo indeterminado. Quando havia resistência propunham que o arrendamento fosse então, por prazo determinado. A pesquisa de sub-solo, no entanto, foi acabando com a já difícil agricultura existente, além de tornar o solo inutilizado para refazer as roças nestes lugares.

A quantidade de minério extraído e o valor da produção por minério, estão na tabela 6.

Devido aos problemas apontados, dificilmente se pode saber a quantidade exata e o valor real da produção mineral no Vale do Jequitinhonha.

Sabe-se, no entanto, que o volume de riquezas que são extraídas do Vale é imenso. Porém, é importante ressaltar que apesar de tanta produção, nos diagnósticos e estudos, a mineração não é apontada como uma atividade econômica importante na região.

Pode-se perguntar se não há uma semelhança entre a "produção" mineral de hoje com a da época colonial. A mineração continua voltada para fora, exaurindo a região sem desenvolvê-la.

Um último aspecto a ressaltar é que a atividade mineral produzida de forma artesanal é para muitos trabalhadores, que vivem na zona rural, a atividade econômica principal, responsável pela sua sobrevivência. Para as empresas a acumulação do capital torna-se cada vez mais fácil, uma vez que os gastos com a mão-de-obra são cada vez menores por causa das máquinas. Além disso, os que se integram como assalariados nas companhias de mineração, raramente recebem o salário mínimo.

Tabela 6

60

Produção Mineral. Valor físico e financeiro da produção dos municípios do Vale do Jequitinhonha - 1980

Municípios	Mineral Produzido	Quantidade Produzida	Valor de venda (Cr\$ 1,00)		Alíquota 1 (um) *	Valor arrecadado 1 (um) (Cr\$ 1,00)	
			Preço Médio	Da Produção		Total	Cota Parte** do Município
Almenara	033 - Granito (brita)	559.497,0 t	452	252.893	15	37.934	7.587
Araquai	017 - Estanho	2,8 kg	1.450	4.060	15	609	122
	021 - Lítio	1.091,5 t	13.335	14.555.187	15	2.183.278	436.655
	041 - Potássio	68,2 t	5.000	441.000	15	66.150	13.230
	066 - Sodalita	103,0 kg	650	67	15	10	2
	081 - Feldspato	303,2 t	1.897	575.153	15	85.273	17.255
	098 - Granada	-	-	67.200	01	672	134
	103 - Gema	-	-	5.372.300	01	53.723	10.745
	Total	-	-	21.014.967	-	2.390.715	478.144
Eocaiúva	102 - Quartzo	1.903,1 t	550	1.046.720	15	157.008	31.402
Capelinha	081 - Feldspato	14,9 t	1.897	28.327	15	4.249	850
	082 - Cianita	4,1 t	3.884	15.980	15	2.397	479
	101 - Mica	3,0 t	17.618	54.000	15	8.100	1.620
	Total	-	-	98.307	-	14.746	2.949
Carai	082 - Cianita	6,2 t	3.884	24.000	15	3.600	720
	103 - Gema	-	-	17.795.000	01	177.950	35.550
	Total	-	-	17.890.000	-	181.550	36.310
Coronel Murta	020 - Berilo	222,0 kg	56.712	12.580	15	1.887	377
	081 - Feldspato	616,1 t	1.897	1.168.713	15	175.307	35.361
	103 - Gema	-	-	5.603.400	01	56.034	11.207
	Total	-	-	6.784.693	-	233.228	46.645
Datas	102 - Quartzo	2.457,0 t	550	1.351.333	15	202.700	40.540
	120 - Rutênio	-	-	180.033	15	27.005	5.401
	Total	-	-	1.531.366	-	229.705	45.941
Diamantina	002 - Manganês	275,5 t	5.072	1.397.273	15	209.591	41.918
	022 - Ouro	119.997,3 g	1.840	220.795.000	01	2.207.950	441.590
	023 - Prata	4,0 kg	51.387	206.200	01	2.062	412
	059 - Quartzito	213,8 t	717	153.333	15	23.000	4.600
	080 - Caulim	20,9 t	7.500	157.046	15	23.557	4.712
	100 - Diamante	84.217,6 ct	8.700	732.692.800	01	7.326.928	1.485.355
	102 - Quartzo	7.330,2 t	550	4.031.640	15	604.746	120.549
	Total	-	-	959.433.292	-	10.397.834	2.079.566
Grão Mogol	113 - Águas	9.930,6 l	5	49.653	15	7.448	1.450
Itamarandiba	082 - Cianita	1.041,5 t	3.884	4.045.080	15	606.882	121.376
	101 - Mica	1,8 t	17.618	32.500	15	4.875	975
	Total	-	-	4.057.580	-	611.757	122.351
Itinga	004 - Nióbio	27.202,0 t	570	15.505.166	15	2.325.775	465.155
	017 - Estanho	12.825,6 kg	1.450	18.597.080	15	2.789.562	557.912
	020 - Berilo	0,85 kg	56.712	47.953	15	7.193	1.438
	021 - Lítio	744,5 t	13.335	9.927.566	15	1.489.135	297.827
	081 - Feldspato	2.001,3 t	1.897	3.796.520	15	569.478	113.896
	102 - Quartzo	101,8 t	550	56.000	15	8.400	1.680
	Total	-	-	47.930.285	-	7.189.543	1.437.308
Malacacheta	002 - Manganês	131,5 kg	5.072	667	15	100	20
	020 - Berilo	29,4 kg	56.712	1.666	15	250	50
	103 - Gema	-	-	43.393.500	01	433.935	86.787
	Total	-	-	43.395.833	-	434.285	86.857
Medina	103 - Gema	-	-	45.591.300	01	455.913	91.182
Novo Cruzeiro	102 - Quartzo	698,2 t	550	384.000	15	57.600	11.520
Padre Paraíso	098 - Granada	-	-	62.000	01	620	124
	102 - Quartzo	14,5 t	550	8.000	15	1.200	240
	103 - Gema	-	-	54.584.200	01	545.842	109.169
	Total	-	-	54.654.200	-	547.662	109.533
Pedra Azul	091 - Grafita	1.026,0 t	22.037	27.741.300	15	4.161.195	832.239
	103 - Gema	-	-	4.461.200	01	44.612	8.922
	Total	-	-	32.202.500	-	4.205.807	841.161
Porteirinha	036 - Areia	4,2 t	252	1.060	15	53	11
Rio Pardo de Minas	002 - Manganês	342,1 t	5.072	1.735.013	15	260.252	52.050
	103 - Gema	-	-	5.000	01	50	10
	Total	-	-	1.740.013	-	260.302	52.061
Salinas	008 - Titânio	-	-	133	15	20	4
	025 - Platina	-	-	27.200.000	01	272.000	54.400
	033 - Granito	317,1 t	452	143.353	15	21.503	4.301
	036 - Areia	215,0 t	-	97.200	15	4.860	972
	078 - Argila	6.553,1 t	308	2.018.340	15	302.751	60.550
	089 - Fluorita	-	-	5.500	15	825	165
	102 - Quartzo	1.941,3 t	550	1.067.700	15	160.155	32.031
	103 - Gema	-	-	10.459.000	01	104.590	20.918
	114 - Radioativos	-	-	12.667	15	1.900	380
	Total	-	-	41.003.893	-	868.604	173.720
Serro	102 - Quartzo	390,1 t	550	214.806	15	32.221	6.444
Virgem da Lapa	102 - Quartzo	92,7 t	550	51.000	15	7.650	1.530
TOTAL			1.279.257.361			28.321.565	5.664.312

FONTE: DNPM - Sínteses dos relatórios de atividade das empresas mineradoras, 1980.

DNPM - Setor de Economia Mineral.

CODEVALE/CID0, março de 1982.

* Um por cento do valor de venda da produção.

** 20% do valor arrecadado.

OBS.: A quantidade produzida foi calculada a partir do preço médio.

A substância Gema, engloba gemas de todas as pedras preciosas com preços médios individuais muito variados, sendo, por isso, impossível calcular a quantidade produzida.

Estes dados foram fornecidos pelo Centro de Documentação da CODEVALE.

2. Organização Social da Produção

O Vale do Jequitinhonha a partir da última década, vem sofrendo uma maior expansão do capitalismo, o que veio favorecer ainda mais a concentração da terra. Esta expansão tem ocorrido em áreas diferentes e sob formas diferentes. Em consequência tem havido transformações em sua estrutura produtiva e nas relações sociais de produção.

Nesta segunda parte do capítulo, analiso a distribuição da terra, o modo como se situam os pequenos produtores em relação aos latifúndios, como são as formas de trabalho assalariado na região.

O conhecimento da estrutura agrária do Vale do Jequitinhonha vai dar uma visão mais clara das condições de vida de seu povo. A análise da estrutura agrária é de fundamental importância para se entender as relações de produção que determinam as formas de trabalho e padrões de vida no meio rural do Vale. Como nem todos os trabalhadores rurais detêm a propriedade da terra, ou quando a detêm é uma parcela tão pequena, que se faz necessário considerar as relações estabelecidas com respeito a posse e uso da terra, principal meio de produção na região. A forma de acesso e uso da terra e dos instrumentos de produção define a forma de inserção dos trabalhadores rurais na estrutura produtiva regional e a sua condição de classe social.

2.1 - Distribuição da terra

Um primeiro aspecto a destacar é que o Vale apresenta uma estrutura de estabelecimentos altamente concentrada, mais que no próprio Estado de Minas Gerais.⁶⁵ Os es

⁶⁵A informação sobre a estrutura de estabelecimentos do Vale ser mais concentrada que o Estado de Minas consta do documento: MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Vale do Jequitinhonha. Subsídios para a elaboração de um programa de desenvolvimento regional - Diagnóstico. Belo Horizonte, 1983, p. 35.

tabelecimentos agropecuários do Vale do Jequitinhonha, de até 100ha. representam no período de 1970 a 1980, em torno de 83% do total e ocupam aproximadamente 20% da área total dos estabelecimentos. Por outro lado, os estabelecimentos com mais de 1000ha., que no mesmo período apresentavam aproximadamente 1% do total dos estabelecimentos, apropriam-se de 26% da área total em 1970, passando para quase 35%, em 1980. Pelos dados nota-se que a concentração na estrutura agrária do Vale não só é grande, mais se acentua na década de 1970 a 1980, acompanhando o que vários estudos apontam e o movimento sindical dos trabalhadores rurais denunciam como fenômeno no conjunto do Brasil.

Distribuição percentual dos estabelecimentos rurais
do Vale do Jequitinhonha, por estratos de área
1970 - 1980

Estratos de área (ha)	Estabelecimentos			Área		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980
Menos de 10	33,56	33,53	33,36	2,00	1,90	1,89
10 a menos de 100	48,30	49,42	52,92	19,80	18,10	18,06
100 a menos de 1000	16,98	15,82	15,56	52,20	46,70	45,49
1000 ou mais	1,16	1,23	1,16	26,00	33,30	34,56
TOTAL	100	100	100	100	100	100
	(41.919)	(49.559)	(52.989)	(3.731.166)	(4.632.707)	(4.987.087)

Fonte: IBGE - Censos agropecuários 1970, 1975, 1980.

Cálculos efetuados a partir dos dados absolutos. (Ver tabela 5 em anexo).

Pode-se constatar um aumento significativo no total da área incorporada pelos estabelecimentos de 1970 a 1975, houve um crescimento absoluto de 901.541ha. e de 1975 a 1980 o aumento foi de 354.380ha., o que significa considerável expansão da fronteira em uma década, ou seja 1.255.921 ha. Vale ressaltar que, dessa incorporação de novas terras, maior parte coube aos grandes estabelecimentos, com mais de 1000ha que, de 1970 para 1975, incorporaram 570.184ha e de 1975 para 1980, cresceram mais 180.184ha seguido dos médios estabelecimentos de 100 a 1000ha, que de 1970 para 1975, aumentaram as suas terras com mais 214626ha e de 1975 para 1980 com 108.064ha. (Ver tabela 5 em anexo).

Essas alterações, embora tenham ocorrido também, com a expansão da fronteira, não deixaram de ter reflexos intensos com significativas transformações estruturais. Primeiro, porque tal expansão não deixou de afetar a estrutura, no sentido de maior concentração da terra, vindo provocar alterações, inclusive nas categorias dos produtores.

Porém, esse padrão geral apresentado para a região esconde peculiaridades a nível de municípios, principalmente em razão das disponibilidades de terras inexploradas. Estas possibilidades podem ser observadas nas cinco microrregiões que formam o Vale.

Na microrregião mineradora Diamantina o número de pequenos estabelecimentos de menos de 10ha é mais elevado, 62% em 1975 e 52% em 1980. No entanto, na Pastoril de Almenara estes pequenos estabelecimentos representam em torno de 3% em 1975 e 6% em 1980. É curioso notar que estas porcentagens relevam a tendência da microrregião quanto à atividade econômica. A mineradora Diamantina fica na parte alta do Vale, onde a agricultura é mais desenvolvida que na microrregião Pastoril de Almenara, situada na parte média e se dedica, prioritariamente, à pecuária.

As demais variações ocorridas nas microrregiões podem ser observadas na tabela 8 na página seguinte.

Tabela 8

Vale do Jequitinhonha

Distribuição Percentual dos Estabelecimentos por Grupos de Área - 1970 - 1980

a) 1970

regiões	Total*		Menos de 10 (ha)		10 a menos de 100 (ha)		100 a menos de 1000 (ha)		mais de 1000 (ha)	
	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área
do Alto onha	100 (9.174)	100 (611.446)	24.85	2.11	60.83	30.29	13.66	49.79	0.64	17.79
	100 (2.825)	100 (384.979)	9.66	0.46	62.19	17.88	26.26	51.61	1.87	30.02
e Pedra	100 (17.320)	100 (482.505)	61.00	10.66	34.60	37.05	4.15	38.68	0.15	13.38
	100 (7.853)	100 (1.008.530)	10.18	0.46	58.86	18.96	29.41	60.56	1.52	20.00
e	100 (4.747)	100 (1.243.706)	3.01	0.07	48.34	9.31	44.00	51.89	4.63	38.71
	100 (41.919)	100 (3.731.166)	33.56	1.95	48.30	19.83	16.97	52.15	1.14	26.05

b) 1975

regiões	Total*		Menos de 10 (ha)		10 a menos de 100 (ha)		100 a menos de 1000 (ha)		mais de 1000 (ha)	
	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área
do Alto onha	100 (12.040)	100 (986.047)	25.43	1.80	61.81	22.34	11.86	36.58	0.88	39.26
	100 (2.894)	100 (421.794)	6.08	0.31	65.20	18.82	26.95	48.23	1.86	32.14
e Pedra	100 (19.465)	100 (742.012)	61.60	8.30	33.40	25.71	4.46	31.69	0.33	34.21
	100 (9.920)	100 (1.149.008)	12.41	0.62	60.50	19.75	25.72	59.51	1.35	20.10
e	100 (5.240)	100 (1.333.846)	2.76	0.07	50.41	9.00	41.98	50.79	4.82	40.08
	100 (49.559)	100 (4.632.707)	33.53	1.93	49.40	18.09	15.80	46.64	1.23	33.29

c) 1980

regiões	Total*		Menos de 10 (ha)		10 a menos de 100 (ha)		100 a menos de 1000 (ha)		mais de 1000 (ha)	
	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área
do Alto onha	100 (12.980)	100 (1.159.408)	21.27	1.37	63.88	20.92	13.79	37.65	1.05	40.05
	100 (3.264)	100 (456.313)	14.82	0.71	62.95	17.31	20.71	40.11	1.50	41.89
e Pedra	100 (19.552)	100 (938.982)	52.14	6.44	42.46	23.94	5.12	28.53	0.36	41.91
	100 (11.670)	100 (1.146.456)	20.20	1.12	57.28	20.47	21.36	59.25	1.10	19.20
e	100 (5.585)	100 (1.285.838)	5.94	0.14	49.05	9.33	40.94	54.58	4.00	38.26
	100 (52.989)	100 (4.987.087)	30.37	1.89	52.92	18.06	15.56	45.49	1.16	35.40

Pelos dados, apesar de não revelarem a estrutura de relações, nota-se o predomínio econômico e social dos grandes estabelecimentos. Sem dúvida, o latifúndio antigo - pastoril - ou moderno - reflorestamento e café - são a matriz social básica do Vale do Jequitinhonha.

As mudanças acima indicadas nas categorias de produtores não revelam, porém, a rigidez da estrutura agrária em seu conjunto.

Hoje, o Vale é incapaz de absorver o seu próprio crescimento demográfico. Entre 1970 e 1980, o Vale teve uma perda líquida de 200.000 habitantes aproximadamente.

Internamente, o fluxo migratório é no sentido rural urbano. Todos os municípios da região perderam população rural em termos relativos e absolutos na última década. A migração no Vale deu-se, em função da estagnação de subáreas típicas, que permanecem em uma economia de subsistência, bem como da expansão dos processos capitalistas de produção no meio rural em certas subáreas.⁶⁶

2.2 - Mudança nas formas de acesso à terra

Quanto às condições de posse e uso da terra, há um predomínio dos proprietários. Em 1970, 79% do total dos estabelecimentos eram de proprietários, aumentando para 88% em 1975 e 91% em 1980, conforme tabela 9.

Há uma instabilidade gerada pela forma de ocupação das terras quanto aos ocupantes. Um dado a ser considerado, pois há uma perda da participação deles em relação ao total dos estabelecimentos. Em 1970, são 17% do total dos estabelecimentos, passando para 6% em 1980 (de 7.293 para 3.302).

⁶⁶Dados contido no documento *Subsídios para a elaboração de um programa de desenvolvimento regional*. Op. cit., p. 2.

Estabelecimentos rurais do Vale do Jequitinhonha,
por microrregiões e condição do produtor - 1970 - 1980

a) 1970

Microrregiões	Total		Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Sem declaração	
	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área
Alto Jequitinhonha	9.174	611.446	8.470	595.546	32	2.363	92	1.879	580	11.658	-	-
	2.825	384.979	2.328	350.108	22	2.246	57	4.647	418	27.978	-	-
	17.320	482.505	14.110	442.720	309	9.268	459	5.276	2.442	25.233	-	-
	7.853	1.008.530	6.349	920.986	162	19.016	118	4.866	1.224	63.661	-	-
	4.747	1.243.706	2.074	792.125	30	5.936	14	2.926	2.629	442.720	-	-
	41.919	3.731.166	33.331	3.101.485	555	38.829	740	19.594	7.293	571.250	-	-
	100	100	79.51	83.12	1.32	1.04	1.76	0.5	17.39	15.3	-	-

b) 1975

Microrregiões	Total		Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Sem declaração	
	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área
Alto Jequitinhonha	12.040	986.047	11.529	971.631	13	374	17	378	481	13.664	-	-
	2.894	421.794	2.612	386.695	8	7.411	40	9.792	234	17.896	-	-
	19.465	742.012	15.666	680.540	84	12.138	720	6.152	2.995	43.182	-	-
	9.920	1.149.008	9.321	1.106.406	125	11.238	78	4.053	396	27.310	-	-
	5.240	1.333.846	4.932	1.266.958	36	5.888	4	535	268	60.465	-	-
	49.559	4.632.707	44.060	4.412.230	266	37.049	859	20.910	4.374	162.517	-	-
	100	100	88.90	95.24	0.53	0.79	1.73	0.45	8.82	0.03	-	-

c) 1980

Microrregiões	Total		Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Sem declaração	
	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área
Alto Jequitinhonha	12.980	1.159.408	12.548	1.144.300	59	3.253	43	1.656	344	10.198	21	5.808
	3.264	456.313	2.491	418.762	38	2.671	61	3.885	674	30.993	5	1.235
	19.552	938.982	17.597	790.907	592	14.868	146	31.618	1.152	101.588	65	112.477
	11.671	1.146.546	10.345	1.097.404	200	9.529	67	1.488	1.058	38.124	18	2.278
	5.585	1.285.838	5.394	1.264.755	104	10.115	13	2.131	74	8.836	12	1.902
	52.989	4.987.087	48.375	4.716.128	993	40.436	330	40.778	3.302	189.739	121	123.700
	100	100	91.29	94.56	1.87	0.81	0.62	0.81	6.23	3.80	0.22	2.48

O processo de mudanças estruturais, que os dados estatísticos indicam, atua no sentido da expropriação das aquelas categorias de pequenos produtores, que tem um acesso precário à terra. Este fenômeno particularmente claro no caso dos posseiros, ocorre também, mas de forma diferente, com arrendatários e parceiros.

As oscilações na participação de arrendatários e parceiros no conjunto dos estabelecimentos, pode ser indicativo das mudanças decorrentes dos momentos de expansão e retração da atividade pecuarista, dado os ciclos de formação e ocupação dos pastos requererem maior ou menor manutenção destes tipos de pequenos produtores.

Os parceiros em termos de números de estabelecimentos passam de 1,7% em 1975, para 0,6% em 1980. Mas aumentam em área, de 0,45% em 1975 passou para 0,8% em 1980.

Já o arrendatário teve um ganho bem significativo em termos de estabelecimento, de 0,50 em 1975, passou para 1,8% em 1980. Porém, o aumento na área foi insignificante.

Um fato também importante e que afetou principalmente, os pequenos produtores em sua estrutura produtiva é a expansão ou anexação de terras de chapadas, para atender aos projetos desenvolvimentistas. Estas frentes de expansão têm ocasionado uma redução na área destinada ao plantio, como também redução ou mesmo perda total da área coletiva da atividade econômica. Estas áreas coletivas, as chapadas, sempre foram uma fonte de renda para os trabalhadores rurais do Vale. As chapadas não pertenciam a pessoas, individualmente, mas sim a todos que delas precisassem. É um tipo de propriedade coletiva, sem cercas, aberta a todos. Muitos trabalhadores viviam só do que ali colhiam, outros utilizavam como complemento de suas rendas. Da chapada podia se colher o pequi (fruto muito vendido nas feiras, serve para comer, fazer licor e tirar o óleo), a mangaba, o murici, a gabioba, o cajú e muitos outros frutos. Além dos

frutos, na época das secas, os pequenos proprietários soltavam ali os seus gados para pastar sem que isso ocasionasse o menor problema entre eles. A terra era de todos e todos se respeitavam. A partir da última década a situação modificou, completamente, prejudicando os pequenos produtores que foram perdendo também as chapadas, que se integraram à área das grandes empresas.

2.3 - Formas de assalariamento

As tendências verificadas nas atividades econômicas do setor pecuário do Vale e nas formas de posse e uso da terra, além das consequências já apontadas, como a expulsão e o êxodo rural, provocam também, uma mudança nas formas de se integrarem na produção.

As relações de trabalho assalariado mudam de forma (menos agregados e mais trabalhadores temporários por exemplo), e de extensão (assalariamento generalizado no reflorestamento e no café).

Infelizmente, não me foi possível, e nem era meu objetivo principal de análise, aprofundar a questão assalariamento no conjunto do Vale. Na segunda parte deste trabalho trato deste aspecto na medida em que interessa para entender a população particular estudada: os trabalhadores rurais de Araçuaí.

Por isto, apresento aqui alguns elementos que permitem uma primeira visualização de como se inserem os trabalhadores rurais na estrutura agrária da região. Mas este é sem dúvida um tema para uma grande pesquisa.

Nos municípios em que estão instaladas as grandes empresas de mineração, o trabalho tem sido feito quase todo por máquinas, como é o caso de Diamantina. Em consequência a demanda de trabalho assalariado é mínima, uma vez que o processo de produção é mecanizado.

O garimpo, por ser ainda artesanal é feito, predominantemente, sob forma de trabalho autônomo pagando o garimpeiro, uma porcentagem ao proprietário da área. É necessário lembrar que no geral os garimpeiros são também pequenos produtores rurais.

O reflorestamento e cultivo do café, fazem uso intensivo de mão-de-obra assalariada, na sua maior parte em caráter temporário.

A pecuária por ser extensiva usa pouca mão-de-obra assalariada e mesmo assim, a maioria não paga o salário mínimo oficial. Como o trabalho no reflorestamento e na cafeicultura é temporário, os trabalhadores rurais têm que sair a procura de empregos em outras localidades, ou mesmo fora do Estado.

A maioria desses assalariados não têm nesse trabalho a sua única fonte de renda. Em sua maioria, os pequenos proprietários, os parceiros, os posseiros e arrendatários, se vêm obrigados a conjugar o seu trabalho nas roças de subsistências, com o assalariamento temporário. Assim, as pequenas unidades familiares passam a desempenhar novo papel no funcionamento do setor agropecuário do Vale, ou seja, o de servir também, como "viveiro" de mão-de-obra para os médios e grandes estabelecimentos.

A articulação das várias formas de se inserir na estrutura produtiva da região é determinada pelas atividades mais dinâmicas, mesmo que ainda não seja dominante.

A atividade em expansão mais significativa e a maior responsável pelas transformações que se processam no Vale do Jequitinhonha é sem dúvida o reflorestamento. Essa atividade, pelas suas características específicas, traz consigo transformações estruturais acentuadas na área em expansão.

Altamente subsidiada, através de incentivos fiscais, a sua expansão se dá em grandes extensões de terras contínuas, propriedades de empresas de grande porte, fortalecendo o processo de concentração fundiária.

A expansão do reflorestamento provoca uma valorização significativa das terras, reflexo da compra de grandes extensões por empresas de grande porte. Essa valorização faz com que pequenos e médios proprietários apressem a venda de suas terras por ofertas que lhes parecem elevadas e, ainda pela oportunidade de se assalariarem no reflores-

tamento ainda em expansão.⁶⁷

Mas a pecuária - as tradicionais fazendas com as dificuldades apontadas na primeira parte do capítulo, apresenta potencialidades e está em mudanças, afetando as relações com os trabalhadores. O agregado cede lugar ao vaqueiro e as pequenas roças, ao capim.

x - x - x - x

Minha preocupação, nesta parte referente à organização da produção foi apresentar algumas características da estrutura agrária, em especial a distribuição da terra entre estabelecimentos e categorias de produtores. Informações colhidas na região durante a pesquisa permitem concluir que as tendências de concentração reveladas a partir dos dados censitários de 70 a 80, estão se acentuando.

Infelizmente não são disponíveis os dados deste período mais recente.

De toda forma, não é propriamente uma análise exaustiva da situação econômica e da estrutura agrária do Vale que procurei desenvolver, mas simplesmente quis apontar alguns problemas de fundo, que condicionam as alternativas e possibilidades da população do Vale, em especial dos trabalhadores rurais.

⁶⁷*Subsídios para elaboração de um programa de desenvolvimento regional.*
Op, cit., p. 3.

A expansão do café e do reflorestamento, não é igual em todos os municípios, havendo predomínio do reflorestamento atualmente, nos municípios do Alto Jequitinhonha. Este fato pode ser um indicador da maior resistência dos fazendeiros de gado, da parte do médio Jequitinhonha, contra o reflorestamento. A área destinada às matas, terras em descanso e terra não utilizada, também têm crescido no total do Vale, no período de 1970 a 1980. No entanto, é interessante observar que na microrregião de Almenara, houve uma perda absoluta. Em 1970, com 200 mil ha., passou para 173 mil ha. em 1975, caindo para 153 mil em 1980, (de 17% em 1970 passou para 11% em 1980, em relação à área total dos estabelecimentos). Na microrregião de Pedra Azul, também houve perda relativa na área entre 1970 e 1975, recuperando novamente em 1980. Estas duas microrregiões fazem parte da parte média do Vale, onde a pecuária é preponderante. (Ver tabela 5).

Tabela 5

Terras com outras especificações (**) no Vale do Jequitinhonha
por microrregião - 1970 - 1980

Microrregião	1970		1975		1980	
	Total (ha)	% *	Total (ha)	% *	Total (ha)	% *
Alto Rio Pardo	181.709	29,71	424.224	43,02	512.164	44,17
Mineradora Alto Jequitinhonha	53.528	13,90	101.061	23,95	183.266	40,16
Mineradora Diamantina	125.480	26,00	213.379	28,75	445.304	47,42
Pastoril de Pedra Azul	279.359	27,69	280.757	24,45	357.712	31,19
Pastoril de Almenara	212.208	17,06	173.643	13,01	153.434	11,93
TOTAL	852.284	22,8	1.193.064	25,75	1.651.880	32,82

(*) Percentagem em relação à área total dos estabelecimentos

(**) Mata, terra em descanso, terra não utilizada.

Fonte: Censos Agropecuários - 1970, 1975, 1980.

CAPÍTULO III

JEQUITINHONHA: POLÍTICA DO ESTADO NA REGIÃO

A região do Vale do Jequitinhonha é considerada um dos maiores bolsões de pobreza absoluta e relativa do país. Os diagnósticos oficiais a definem como "economicamente deprimida" e "socialmente crítica". Para demonstrar esta afirmativa é só observar a participação do Vale no PIB total do Estado, com apenas 2,1% do total em 1972.⁶⁸

Para tentar resolver este problema, na última década, a região passou a ser foco de atenção dos governos Federal e Estadual, bem como de agências nacionais e internacionais. Era preciso integrar o Vale no processo de desenvolvimento do Estado e do País, pois há muito se achava estagnado. Tinha que levar o "progresso" à região e para tanto, foram elaborados projetos e planos. Incentivos foram criados para que as grandes empresas capitalistas promovessem o seu desenvolvimento.

Estes projetos foram definidos com a participação da classe dominante do Vale, não só dos donos dos latifúndios, como também dos representantes políticos da região, que aceitaram a política proposta pelo governo, visto que não ia prejudicar em nada seus interesses, pelo contrário só tinham a ganhar.

E, a partir de 1973/74, começou então, a descoberta do Vale do Jequitinhonha pela terceira vez.

Como diz Martins:

"... É preciso não esquecer de que a política de incentivos fiscais, não só na Amazônia, mas também em outros projetos oficiais, como

⁶⁸ GOVERNO DO ESTADO DE MINAS. *I Plano de desenvolvimento econômico e social*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1971. Período 1972-1976.

é o caso do reflorestamento, desvia dinheiro público para uso privado. Esse dinheiro deixa de ser utilizado efetivamente em obras e atividades de interesse público para ser desfrutado como coisa própria pela grande empresa capitalista. Esse ponto é muito importante porque nos revela o caráter do Estado em nossa sociedade: em nome de quem ele fala e age e em favor de quem atua. Embora seja amplamente reconhecido, pelo próprio governo, que a maior parte da alimentação em nosso país é produzida por pequenos lavradores e não por empresas capitalistas, até hoje não se produziu uma política de incentivos fiscais ou de transferência de renda para esses produtores. Aquele tipo de política denuncia claramente o Estado brasileiro como um estado de classe."⁶⁹

Essa análise de Martins, se aplica bem à política de desenvolvimento definida para o Vale a partir dos anos setenta.

Neste capítulo faço uma análise do Vale em relação às outras regiões do Estado, onde ficam evidenciadas as disparidades entre as regiões e que de uma certa forma foi tomado como indicador da necessidade do governo de interferir no Vale, para tentar resolver os seus problemas. São vistos, também, os vários programas em execução, os municípios com incentivos governamentais, as suas consequências para os trabalhadores rurais e o papel das instituições governamentais na implantação desses projetos.

⁶⁹ MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo, Editora Hucitec, 1980, p. 49.

1. O Vale no conjunto do Estado

Para se ter uma visão mais clara da posição que o Vale ocupa no Estado, é importante situá-lo em relação às outras regiões, o que permitirá perceber porque a região do Jequitinhonha é considerada "problema" pelos governos Federal e Estadual.

1.1 - Desigualdade regional na evolução da economia mineira

No período de 1970-1982, a expansão da economia mineira foi superior ao crescimento observado para o País, tendo como consequência uma maior contribuição do Estado à produção nacional. Observou-se uma clara defasagem entre o ritmo de crescimento em Minas e no Brasil, ao longo do período. No último biênio, o declínio do produto estadual foi acentuadamente superior ao do País, como se pode observar no quadro abaixo:

Tabela 10

Taxa de crescimento do produto real - Minas Gerais - Brasil

Período 1970 - 1982

(Porcentagem)

Período	Minas Gerais	Brasil
1970 - 82	8,8	7,2
1970 - 75	12,2	10,4
1975 - 80	9,4	6,4
1980 - 82	-0,8	-0,3

Fonte: GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. IV Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social. Imprensa Oficial. Belo Horizonte, Dezembro, 1983. Período 1984-87, p. 32.

O processo de crescimento foi impulsionado pela indústria de transformação, tendo aumentado sua participação no PIB real mineiro de 27,0%, em 1970, para 30,6% em 1982.⁷⁰

Porém, este crescimento foi bem diversificado entre as regiões de planejamento do Estado, como podemos verificar no quadro a seguir:

Tabela 11
Alguns indicadores econômicos por macrorregiões
Período 1970 - 82 em Minas Gerais
(Porcentagens)

Especificação	Estrutura da população ocupada na indústria de transformação		Estrutura do valor de transformação industrial		Estrutura do consumo industrial de energia elétrica		Estrutura de arrecadação do ICM	
	1970	1978	1974	1979	1970	1982	1970	1982
Região I	55,67	51,29	73,34	64,24	70,58	57,80	54,2	54,2
Região II	15,38	13,27	6,53	6,42	10,87	7,18	10,9	8,7
Região III	12,66	12,74	8,39	11,45	13,25	18,87	13,1	14,8
Região IV	5,94	6,47	5,51	10,24	1,87	4,19	9,4	11,1
Sub-Total	89,65	89,77	93,77	92,35	96,57	88,04	87,7	88,8
Região V	3,78	3,56	2,24	2,5	1,55	3,52	3,3	3,2
Região VI	1,73	2,23	1,61	1,91	0,72	7,21	3,6	3,2
Região VII	1,26	1,17	0,44	0,42	0,46	0,33	1,1	0,5
Região VIII	3,58	3,27	1,94	2,81	0,70	0,90	4,4	4,3
Sub-Total	10,35	10,23	6,23	7,65	3,43	11,96	12,4	11,2
Estado	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. IV Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, Dezembro 1983. Período 1984-87, p. 35.

⁷⁰ GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. IV Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social. Belo Horizonte, Imprensa Oficial. Dezembro, 1983. Período 1984-87, p. 33.

Os dados contidos nesta tabela demonstram a grande disparidade que existe entre a região VII - Vale do Jequitinhonha -, e as demais. Principalmente com as regiões Metalúrgica (I), Mata (II) e Sul (III). A disparidade é sobretudo na estrutura industrial. O ICM também caiu no período de 1970 a 1982, embora já se encontrassem implementados vários projetos na região.

Os serviços básicos tiveram uma expansão neste período, ao passo que as atividades agropecuárias e comerciais neste período retrairam-se, em termos de contribuição para o produto estadual.

Para a análise dessas mudanças ocorridas na economia mineira, bem como no comportamento demográfico do Estado, usei basicamente os dados contidos no IV Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social, já citado na página anterior.

A agropecuária reduziu sua participação na formação do produto mineiro de 18,3%, em 1970, para 10,9%, em 1982, ocupando um lugar secundário na economia mineira. Esta retração foi devida sobretudo ao desempenho da produção agropecuária nos primeiros cinco anos da década passada. A partir de 1975, a agricultura vem se recuperando com taxas de crescimento positivas. Isto se deve à manutenção da policultura e à novas áreas e atividades incorporadas à exploração, com destaque para o reflorestamento e, muito especialmente, para o desenvolvimento das áreas de cerrado, bem como do cultivo do café. A fraca diversificação da economia regional tem a ver com a própria estrutura econômica do Vale.

Os projetos, inclusive, não afetam os latifundiários pecuaristas.

1.2 - Mudanças no perfil demográfico de Minas Gerais e do Vale

As mudanças ocorridas no setor econômico, refletiram-se diretamente no comportamento demográfico do Estado. Neste período, 1970-1982, ocorreu importante transformação qualitativa no perfil demográfico em Minas Gerais. Em 1970, a população urbana do Estado superava a população rural em 5% e em 1982 superou em 39%. O processo de urbanização do Estado ocorreu de forma muito rápida, onde a migração rural-urbana é considerada como uma das principais responsáveis. A migração ocasionou profundas modificações na distribuição geográfica da população. A tabela apresentada a seguir nos dá uma visão mais clara do grau de urbanização a que chegou o Estado.

Tabela 12

População por situação do domicílio e grau de urbanização em Minas Gerais.

Período 1970-1982

Ano	Total	Urbana	Rural	Grau de urbanização (%)
1970	11.487.415	6.060.300	5.427.115	52,76
1980	13.378.553	8.982.134	4.396.419	67,14
1982	13.849.668	9.673.619	4.176.049	69,85

Fonte: GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. IV Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social. Op. cit., p. 39.

O crescimento da população urbana no Estado não seguiu padrões regionais homogêneos. Embora para ser observado um incremento geral no grau de urbanização, há grandes diferenças entre as várias regiões. Em seu conjunto as regiões Noroeste, Jequitinhonha e Rio Doce, ainda tinham, em 1980, 52,5% de sua população em áreas rurais, enquanto a

região Metalúrgica apresentava uma taxa de urbanização de 87%.

As taxas brutas de natalidade decresceram na década passada. No entanto, a queda mais acentuada aconteceu nas regiões que apresentaram as maiores taxas de crescimento da população urbana como a Metalúrgica e o Sul. As taxas brutas de mortalidade seguiram o mesmo padrão. O decréscimo mais significativo ocorreu nas regiões Jequitinhonha e Noroeste.

A tabela 13 dá uma visão mais ampla dos componentes do crescimento populacional em Minas Gerais, no período de 1950 a 1980.

Tabela 13

Componentes do crescimento populacional, segundo a situação do domicílio, em Minas Gerais
Período: 1950/80 (por mil)

Especificação	Taxa bruta de natalidade	Taxa bruta de mortalidade	Taxa de crescimento natural	Saldo líquido migratório	Taxa de crescimento - Total
<u>Total</u>					
1950/1960	48,72	13,27	35,45	-12,19	23,26
1960/1970	42,21	11,72	30,49	-14,60	15,89
1970/1980	32,02	9,46	22,56	- 7,20	15,36
<u>Urbana</u>					
1950/1960	-	-	-	-	-
1960/1970	38,41	12,15	26,26	19,17	45,43
1970/1980	29,58	9,45	20,13	20,00	40,13
<u>Rural</u>					
1950/1960	-	-	-	-	-
1960/1970	46,74	11,35	35,39	-44,14	-8,75
1970/1980	36,82	9,50	27,32	-48,16	-20,84

Fonte: GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. IV Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social. Op. cit., p. 39.

Nos dados apresentados podemos verificar pelo saldo líquido migratório que Minas Gerais é tipicamente expul

sora de população, embora essa tendência tenha sido menos acentuada na última década, em relação a 1960-1970.

Essa mudança na distribuição da população mineira, inclusive com a grande migração rural-urbana, e sobretudo a rural para outros Estados, refletiu diretamente na população economicamente ativa. O setor agropecuário, em 1970, ainda oferecia maior oportunidade de empregos. No entanto, os dados do censo de 1980 mostram que essa tendência mudou completamente, passando o setor não agropecuário a ser responsável pela maior demanda de empregos. Porém, a oferta não é suficiente para atender a demanda, o que implica num aumento gradativo da desocupação aberta que já atingiu em 1982 a 4,23% do total da PEA. Os dados apresentados na tabela ilustram bem a situação.

Tabela 14

População economicamente ativa, total e taxas de crescimento, segundo setores agropecuários e não agropecuários em Minas Gerais
Período 1970 / 1982

Especificação	A n o s			Taxa de crescimento populacional (%)		
	1970	1980	1982	1970/80	1980/82	1970/82
<u>Total</u>						
População Econ. Ativa	3.460.615	4.736.190	4.978.956	3,19	2,53	3,08
População Ocupada	3.395.928	4.626.016	4.768.346	3,19	1,53	2,87
Taxa de Desoc. Aberta (%)	1,87	2,23	4,23	-	-	-
<u>Agropecuário</u>						
População Econ. Ativa	1.717.333	1.529.845	1.484.202	-1,15	-1,50	-1,21
População Ocupada	1.714.109	1.518.442	1.455.966	-1,20	-1,08	-1,35
Taxa de Desoc. Aberta (%)	0,19	0,75	1,90	-	-	-
<u>Não Agropecuário</u>						
População Econ. Ativa	1.743.282	3.206.345	3.494.754	6,28	4,40	5,97
População Ocupada	1.681.819	3.107.574	3.312.380	6,33	3,24	5,81
Taxa de Desoc. Aberta (%)	3,53	3,08	5,22	-	-	-

Fonte: GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. IV Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social. Op. cit., p. 40.

A população economicamente ativa do setor secundário praticamente dobrou em números absolutos entre 1970/80. As oportunidades de emprego no setor secundário e terciário aumentaram no mesmo ritmo de crescimento da população urbana entre 1970 e 1980. Cabe registrar que o mercado de trabalho expandiu-se proporcionalmente mais para a força de trabalho feminina, cujo crescimento anual superou o da masculina em todas as regiões.

A população do Vale teve uma taxa média de crescimento anual, entre 1950/80, de 1,75%. Na última década, 1970-1980, cresceu a uma taxa de 1,55%, bem como a taxa do crescimento do Estado e inferior à taxa de crescimento natural. Esses dados revelam um lento crescimento demográfico, com perdas líquidas da população.

Em termos de densidade demográfica o Vale passou de 7,8 em 1950, para 10,84hab/Km² em 1980. Esse índice representa menos da metade do Estado de Minas Gerais em 1980.

A maioria da população do Vale do Jequitinhonha, ou seja, 66%, em 1980, ainda vivia no meio rural. Podemos observar, no entanto, uma perda relativa da população rural desde 1950, que era de 83,60%. Neste mesmo período, a população urbana vem aumentando em termos relativos e absolutos. Em relação ao Estado a população do Vale deve ser considerada fundamentalmente rural. Isto tem importantes implicações políticas para o Vale e para o conjunto do Estado, pois se tratava de uma população rural subordinada ainda a interesses latifundiários.

No entanto, apesar da maioria da população do Vale viver no meio rural, já existem alguns municípios em que a maioria vive no meio urbano. No município de Diamantina por exemplo, 74% da população, em 1980, era urbana. O mesmo verifica-se com o município de Almenara, onde 61% da sua população também vivia no meio urbano neste período. Esses dados podem ser indicadores da atividade econômica desenvolvida a nível de município.

Tabela 15
Evolução da população do Vale do Jequitinhonha
1950 - 1980

Ano	População do Vale do Jequitinhonha					
	Total	Urbana	%	Rural	%	Por Km ² %
1950	604.786	99.137	16,39	505.649	83,60	7,8
1960	693.643	139.932	20,17	553.711	79,82	9,32
1970	798.616	205.117	25,68	593.499	74,31	10,50
1980	922.430	314.279	34,07	608.151	65,52	10,84

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, Minas Gerais, 1950, 1960, 1970, 1980.
SEPLAN/MG/Superintendência de Estatística e Informações, 1983.

Em Diamantina, a atividade mineradora já vem se expandindo desde 1950. E em Almenara, a pecuária é a atividade econômica dominante. A distribuição da população do Vale por município, está na tabela 6 e 6a em anexo.

O índice de urbanização do Vale, (em 1970, 25,7%, em 1978 31% e em 1980, 47,5%)⁷¹ ainda está bem abaixo dos índices das outras regiões.

A população rural no Vale entre 1970 e 1980, aumentou, somente, 2,5% (0,25% a.a.), confirmando a ocorrência de um enorme processo de expulsão. As taxas naturais de crescimento somadas à situação econômica da região, favorecem a formação de mão-de-obra excedente, que, para sobreviver é obrigada a migrar para outros lugares, não só no Estado, como fora dele. Há uma correspondência entre o potencial de oferta da força de trabalho e a popula-

⁷¹Os dados desta análise da população, oferta potencial da força de trabalho, foram extraídos do Atlas Regional das atividades agropecuárias - Região de Planejamento VII - Jequitinhonha. Op. cit., p. 15.

ção que se encontra na faixa etária de 15 a 59 anos. Aproximadamente 53% da população total do Vale está dentro desta faixa etária o que significa um índice elevado de oferta de mão-de-obra ativa, sem condições de se integrar economicamente na região.

As mudanças no setor agropecuário da região favoreceram, ainda mais, a liberação da mão-de-obra rural para outros centros.

No perfil da população do Vale, as mudanças têm relação com a política e os programas de desenvolvimento do governo para a região.

2. Política e Programas de Desenvolvimento

A política estabelecida tanto a nível nacional como estadual para promover o desenvolvimento do Vale e tirá-lo da "estagnação" em que se encontra há vários anos, foi definida através de programas e projetos especiais.

Nos planos de desenvolvimento econômico e social dos governos, tanto Federal como Estadual, o Vale do Jequitinhonha é considerado como área das mais carentes do Estado e do País. Por isso terá atenção especial. O governo propõe minorar as "inaceitáveis disparidades regionais e pessoais de renda", através de vários programas especiais, onde o desenvolvimento será incansavelmente buscado. Além dos programas especiais a região do Vale do Jequitinhonha sofreu os impactos de políticas mais gerais, como a política agrícola (especialmente café e pecuária) e política de extração mineral.

2.1 - Política de reflorestamento

Entre os programas implantados o de reflorestamento é um dos que vem provocando maiores modificações nas

relações sócio-econômicas da região, dando nova dimensão às questões até então existentes.

O reflorestamento adquire uma grande importância, por ser uma das condições do processo de crescimento da indústria siderúrgica, dependente do carvão vegetal. Este fator teve um peso muito grande na definição da política a ser implantada no Vale. Atender à indústria siderúrgica, problema que estrapola a região do Jequitinhonha foi uma razão importante na definição da política de reflorestamento do governo. Outra razão foi atender a crescente demanda da indústria de papel.

Cabe questionar até que ponto esta política vem resolver a situação do Vale e não os problemas específicos das grandes indústrias.

O jornal *O Estado de São Paulo*, fez uma série de reportagens sobre o Vale, sendo que em uma delas ele comenta que a justificativa para a implantação da política de reflorestamento foi a seguinte:

"...O desmatamento começou em torno de Sete Lagoas. Ali se instalaram as siderúrgicas, após esgotadas as reservas de Governador Valadares e Teófilo Otoni. O progresso foi então subindo, consumindo as matas de Curvelo, Corinto, Várzea da Palma, Pirapora, Buriti - zeiro, São Romão, Coração de Jesus, Jequitai, Lagoa dos Patos. E como não havia mais de onde tirar a madeira, era preciso descobrir um bom lugar para plantar.

Teria que ser um lugar onde as terras e a mão-de-obra fossem baratas, de solo facilmente mecanizável e com matas naturais que pudessem alimentar as carvoeiras para atender as necessidades mais urgentes das siderúrgicas, enquanto as árvores plantadas não crescessem o suficiente para o corte.

...Agora a corrida é para as terras do Vale e o que sobrou de riquezas nelas. A nova conquista no entanto, se faz com poderosas máquinas, que tanto podem ser dragas revolvendo o rio Jequitinhonha em busca de minerais e pedras preciosas, como tratores D-14, também conhecidos como divisões panzer, rasgando as matas virgens para dar lugar às florestas de eucalipto.⁷²

Esta reportagem mostra-nos claramente, a relação entre reflorestamento e a expansão da indústria siderúrgica. Torna claro as características predatórias que acompanham o reflorestamento.

Mas não é só para produzir carvão para a siderúrgica que está sendo reflorestado o Vale. Existem poderosos interesses em torno da produção de papel e celulose, muitos articulados às próprias empresas siderúrgicas, que influem decisivamente na política do reflorestamento.

Por exemplo, a Florestal Acesita e a Florestal Rio Doce, com projetos no Vale do Jequitinhonha, estão associada à CENIBRA - Celulose Nipo Brasileira S.A. - e visam produzir e exportar a celulose e o papel. Aliás, trata-se de um grande complexo agroindustrial que está sendo montado, que com argumentos de "geração de empregos", "desenvolvimento regional" etc., prevê ocupar com reflorestamento cerca de 500 mil hectares do Vale, distribuído por 22 municípios.⁷³

⁷² "O Progresso chegando ao Vale da Fome". Este texto é parte de uma "série de reportagens sobre o Vale do Jequitinhonha - Jornal *O Estado de São Paulo* de 28/08/77 a 04/09/77", republicado pela "Igreja de Araçuaí para dar maior conhecimento ao povo do Vale da sua situação de abandono, de injustiça, de exploração; que tenha mais consciência dos seus direitos, seus deveres e suas possibilidades de libertação". Araçuaí, junho, 1978.

⁷³ Dados colhidos em matéria publicado no Jornal *Estado de Minas* em 23.06.1979 e 15.09.1979.

Coube ao Estado criar uma política de estímulo e facilidades fiscais para facilitar o reflorestamento do Vale. Por isso, o Vale foi integrado em dois grandes programas: o de Distritos Florestais e o Programa Nacional de Papel e Celulose.

A intervenção do Estado é bem nítida na região, favorecendo às grandes empresas, armando todo um arcabouço para permitir a implantação das mesmas sob a égide da lei. O instrumento principal da ação do Estado foi o incentivo fiscal.

Tudo começou em 1974, com uma grande propaganda das terras do Vale, como sendo próprias para o reflorestamento. Assim, teve início a venda de terras consideradas devolutas às companhias siderúrgicas e outras empresas interessadas na utilização das vastas chapadas do Alto Jequitinhonha e parte de Médio.

A tabela 16 nos dá uma visão da área reflorestada com incentivos por município.

Tabela 16

Área reflorestada com incentivos
Vale do Jequitinhonha - Minas Gerais

1975 - 1980

Municípios	1 9 7 5		1 9 8 0	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Berilo	-	-	1.595	0,49
Bocaiúva	6.484,39	13,26	50.300,34	15,60
Botumirim	-	-	9.897,58	3,07
Capelinha	-	-	7.153,98	2,22
Carbonita	1.757,57	3,59	10.101,45	3,13
Chapada do Norte	-	-	-	-
Cristália	-	-	-	-
Diamantina	810,00	1,65	7.259,15	2,25
Grão Mogol	15.227,57	31,14	41.238,67	12,79
Itacambira	2.527,05	5,16	14.228,2	4,41
Itamarandiba	18.715,28	38,28	39.258,47	12,18
Minas Novas	-	-	21.829,91	6,77
Riacho dos Machados	-	-	7.074,21	2,19
Rio Pardo de Minas	3.004,64	6,14	71.498,22	22,18
Salinas	-	-	10.704,75	3,32
Taiobeiras	-	-	10.364	3,21
Turmalina	362,31	0,74	17.387,17	5,39
Virgem da Lapa	-	-	2.500	0,78
Total da Região	48.883,81	100,00	322.386,09	100,00
Total do Estado	474.715,40	-	1.447.541,3	-
Participação da Região no Estado		10,29		22,27

Fonte: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).
Belo Horizonte, 1980.

Nos 18 municípios incluídos na tabela a área re-florestada com incentivos cresceu 273.502ha em cinco anos (1975/80), o que fez passar a participação da região na área reflorestada do Estado, de 10% a 22%. Mas o reflorestamento não se limita a estes 18 municípios.

O município Rubelita, por exemplo é um dos que não constam da tabela anterior uma vez que os projetos foram implantados a partir de 1984. É o que o Boletim da Igreja de Araçuaí informa:

*"...Rubelita era o único município do Norte de Minas livre da praga do eucalipto. Há 3 meses chegou a Florestaminas e comprou 9.000ha de chapada. Os primeiros que venderam foram grandes fazendeiros de Salinas e Rubelita. Muitos pequenos que não têm suas terras legitimadas, ou têm documento de uma área pequena, mas ocupam também as chapadas, estão sendo obrigados a vender pelo menos a chapada. Sessenta famílias já ficaram sem água, porque a firma cercou a água na chapada."*⁷⁴

A propaganda oficial sobre as potencialidades do Vale ainda continua. Foi realizado um simpósio em junho de 1981, em Belo Horizonte, cujo tema era "A outra face do Jequitinhonha" e que tinha como objetivo atrair os empresários mineiros para investirem no Vale. Nesta oportunidade o presidente da CODEVALE expôs as vantagens de se explorar a região do Jequitinhonha.

A respeito desta questão, é interessante o posicionamento do Jornal GERAES (jornal alternativo de um grupo do Vale):

⁷⁴ Boletim - Igreja Araçuaí. Nº 55 - set/out. 1984, p. 21.

"...O Governador Francelino Pereira, quer mudar a imagem que se tem do Vale do Jequitinhonha como uma das regiões mais pobres do país, para o "Vale da Esperança". Porém, uma preocupação fica para todos; e especificamente para a população do Vale.. Esta é a verdadeira solução para o povo pobre, o trabalhador do campo? A sua atuação tem de monstrado que não. Em nenhum momento do simpósio ele foi lembrado, a não ser como mão-de-obra para ser explorada.

...A política adotada pelo governo nunca solucionou nem vai solucionar os problemas do trabalhador do campo. Mas ao contrário só tende a agravar. A sua política é voltada para as empresas multinacionais e os gran-des proprietários de terra. Os incentivos sô favorecem essas empresas e não o trabalha -dor. Esse simpósio é um exemplo..."⁷⁵

2.2 - Projetos especiais e instituições governamentais envolvidas

Para planejar e organizar a implantação dos projetos especiais no Vale, a RURALMINAS e a CODEVALE tiveram um papel importante, como representantes do Governo.

2.2.1 - Ação da RURALMINAS

Para regularizar a situação jurídica das terras do Vale, o Governo do Estado de Minas, através da Lei nº 6.637, de 2 de outubro de 1975⁷⁶, autorizou o Poder Execu-

⁷⁵JORNAL GERAES. Vale do Jequitinhonha. Ano IV, nº 13, julho 1981,p.7.

⁷⁶Lei nº 6.637, de 2 de outubro de 1975, publicada no Minas Gerais -Diário do Executivo, em 3 de outubro, 1975. P. 5, col. 1 e 2. Governador e Sr. Antônio Aureliano Chaves de Mendonça.

tívo a alienar terras devolutas, de propriedade do Estado ao preço mínimo de Cr\$30,00 (trinta cruzeiros) o hectare.

A RURALMINAS foi acionada, uma vez que têm como objetivo: "realizar a colonização e o desenvolvimento rural no Estado de Minas Gerais". Segundo noticiário do Jornal o Estado de São Paulo:

"...o papel reservado à Ruralminas foi o de montar um arcabouço jurídico que permitissem repartir as terras entre as companhias interessadas. Abriram-se arquivos, revolveram-se papéis, a própria História do Brasil, das capitanias hereditárias às sesmarias, para se saber quais as terras confirmadas por seus donatários, por seus registros parciais após a independência. Advogados da Ruralminas foram até Portugal recolher os documentos necessários, que permitissem, no final, considerar terras devolutas do Estado, terras sem dono, praticamente todo o Vale do Jequitinhonha. Feito o mapa do alto e parte do médio Jequitinhonha para a divisão das terras entre os interessados, sendo o Estado através de sua delegada a Ruralminas, o único e legítimo proprietário. Surgiram assim, as novas sesmarias do Vale, repartidas entre 17 companhias, com áreas que variam entre 8 mil a 400 mil hectares..."⁷⁷

⁷⁷ Jornal O Estado de São Paulo, op. cit.

As dezessete companhias mencionadas nesta reportagem constam da Lei nº 6.637. Destas dezessete companhias, nove têm a sua sede em São Paulo. (Ver lei em anexo).

Carvalho - Projetos Consultoria Ltda.	8.000ha
Fábrica de Papel Sta. Terezinha S/A	62.500ha
Itapiva Florestal Ltda.	60.000ha
Acesita	143.200ha
Plantar	61.000ha
Vale Embaúba, Reflorestamento Ltda.	60.000ha
Ferragem Antônio Falci S/A	11.000ha
Movex S/A	12.500ha
Florestas Rio Doce S/A	108.080ha
Metalur Ltda.	25.000ha
Adiflor S/A	10.711,ha
Interflora	50.000ha
Condecure Ltda, S.C.	50.000ha
Florestaminas	70.000ha
Procel - Empreendimentos Florestais S.C.Ltda.	18.000ha
Planta 7	40.000ha
Replasa	50.000ha ⁷⁸

Para venda de terras devolutas acima de 3 hectares, o Estado necessitava de autorização do Senado (art. 171 da Constituição Federal). Por isso, as forças políticas da região foram acionadas, para apressar a tramitação dos papéis. Antes mesmo do pronunciamento oficial, as vendas foram sendo feitas. Apavorados, os pequenos produtores venderam as terras às companhias, aos intermediários e por fim aos grileiros. Estes vindos principalmente de São Paulo ficaram bem conhecidos na região pelas irregularidades, roubos e falsificações de escrituras. Compravam um pedaço de terra e ao passar a escritura a área era alterada, o que passou a se chamar na região de "escritura do abraço".

⁷⁸Lei nº 6.637 de 2/10/75. Op. cit.

Segundo alguns depoimentos, tudo isso causou o maior pânico, entre os pequenos produtores que ocupavam terras de chapadas na região, mas que nunca tiveram o papel que as legitimasse, perante a lei.

Foi divulgado na região que o governo se apossaria de todas as terras sem documentação, o que deixou ainda mais assustados os pequenos produtores rurais. Estes por saberem que a Ruralminas estava organizando a venda das terras, não tinham a quem reclamar. Ela, enquanto órgão do governo responsável pela colonização estava na realidade, favorecendo a desocupação das terras para entregá-las "livres" às grandes empresas.

2.2.2 - Ação da CODEVALE

A CODEVALE - Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, foi criada em 1965 com o objetivo de promover o desenvolvimento do Vale, "região problema do Estado".

Esta Comissão é representante do governo do Estado, incumbida de planejar e acompanhar todos os programas executados na região. Tem a sua sede em Belo Horizonte, e a partir de 1983, abriu um escritório em Araçuaí.

Atualmente a CODEVALE está implementando um amplo programa de colonização e desenvolvimento através dos projetos de desenvolvimento integrado do Vale do Jequitinhonha. Alguns destes programas já estão implementados a partir de 1976. Têm como objetivos gerais:

- *"melhoria das condições de vida da população local, através do atendimento ao setor*
- *de saúde, saneamento, educação e transporte,*
- *desenvolvimento integrado das populações de baixa renda,*

- . organização do setor produtivo rural, através de assistência técnica ao pequeno produtor, crédito rural, armazenagens, organização do sistema de comercialização, incentivo ao associativismo, etc.,
- . a eletrificação rural será também desenvolvida, propondo-se atingir as sedes distritais e povoados que ainda não recebem energia elétrica e levar este benefício às propriedades rurais."⁷⁹

A CODEVALE em seu relatório de 1982 afirma que os programas especiais como o PRODEVALE - Programa de Desenvolvimento Regional Integrado do Nordeste de Minas, o PLANRURAL - Programa de Desenvolvimento Rural do Vale do Jequitinhonha, o PLAMEC - Plano de Apoio e Promoção do Menor e da Comunidade Rural do Vale do Jequitinhonha estão:

"...compreendendo ações nos campos econômico e social e atendendo prioritariamente a uma sub-região do Vale, (os municípios de Araçuaí, Coronel Murta, Malacacheta, Novo Cruzeiro e Virgem da Lapa) os programas já começam a apresentar efeitos positivos, traduzindo incipientes transformações que indicam o acerto de suas estratégias, que privilegiam como clientela básica os pequenos produtores rurais, a busca da promoção social via incremento da produção e a ação comunitária, em que se destacam os conceitos de participação social e emancipação".⁸⁰

⁷⁹ MINAS GERAIS. Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral. Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. Programa de Desenvolvimento Rural do Vale do Jequitinhonha - PLANRURAL - Belo Horizonte, 1979, p. 44.

⁸⁰ CODEVALE. Relatório anual de atividades. Belo Horizonte, 1982, p. 4.

As melhorias e modificações mencionadas no relatório, não foram detectadas nas localidades rurais de Araguaí em que foram realizadas as entrevistas como: Barra da Barriguda, Curuto e Gravatá. Tanto é que muitos dos entrevistados dizem que não conhecem a CODEVALE e nem a EMATER - órgão responsável pela operacionalização dos projetos no meio rural. Alguns trabalhos iniciados pela EMATER referem-se aos já conhecidos Clubes 45, trabalho com as donas de casa ensinando a fazer doces caseiros, que a maioria disse já conhecer ou então que não pode fazer por falta dos produtos. Mas estes trabalhos não têm logrado modificar os hábitos, atitudes, ou os modos de produção dos pequenos produtores para melhorar suas condições de vida, nas localidades visitadas.

Encontramos ainda entre os objetivos do PRODEVALE, no mesmo relatório o seguinte:

- . "...promover a integração econômica e social das áreas do Vale do Jequitinhonha com a região central do Estado;
- . aumentar e consolidar a infra-estrutura regional, através da construção e melhoria de trechos rodoviários vitais para o escoamento da produção regional, e da ampliação do sistema de eletrificação rural;
- . fornecer condições para o aumento da produção e da produtividade do setor agropecuário, através da assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária;
- . criar condições para amenizar o problema da baixa renda da população e, através de oferta de emprego e formação de mão-de-obra, reduzir seu êxodo para outras regiões;
- . ampliar a oferta de serviços sociais básicos, visando à melhoria das condições da po

pulação."⁸¹

Pelas minhas visitas e entrevistas, pude constatar que é muito precária a eletrificação do Vale, mesmo nos núcleos urbanos. Nas zonas rurais é praticamente inexistente. Ao mesmo tempo há um reconhecimento de que existem investimentos nesta área, porém, com sérios problemas. Já em 1979, um prefeito lembrava que as prefeituras do Vale estavam endividadas até o ano 2000 e concluía: "...o Rondon Pacheco (Governador de Minas na época) *eletrocutou o Vale*"⁸². E ainda um técnico agrícola de Salinas, sobre o mesmo assunto, fez o seguinte comentário: "... a luz só veio para iluminar a miséria."⁸³

Pode-se perceber pelas informações apresentadas que os programas de desenvolvimento para a região são muitos. Mas, como vimos entre os indicadores econômicos da região, em 1970 a percentagem de arrecadação do ICM no Vale em relação ao total do Estado, foi de 1%, caindo para 0,5 em 1982, período em que estes projetos já se achavam implementados. Isto nos leva a concluir que em termos econômicos para a região houve uma queda e não um aumento da produção.

Resta saber a quem interessam esses programas e quais os seus reflexos a nível da maioria da população.

⁸¹CODEVALE. Relatório anual de atividades, op. cit. p. 9.

⁸²Série de reportagens do Jornal O Estado de São Paulo, op. cit.

⁸³Id., ib.

3. Reflexos da Política Adotada

Para entender as ações do Estado no Vale é necessário ter claro as relações e a estrutura de poder político ali existentes. Mas esta questão não foi matéria específica de minha pesquisa. Na construção de um quadro geral sobre o Vale, como venho realizando nesta primeira parte da minha dissertação, é possível indicar alguns traços mais importantes da problemática.

Embora alguns dos fatores que pesaram na definição da política adotada para a região, estar fora dela, não quer dizer que as lideranças políticas e os interesses dos grupos dominantes do Vale não tenham sido ouvidos. Tanto é que os dados sobre a distribuição das terras no Vale indicam que houve incorporação das mesmas pelos grandes e médios estabelecimentos. Evidenciam também os dados que na parte média do Vale, onde o latifúndio pecuário é predominante, o reflorestamento é menor. Isso nos leva a concluir que os fazendeiros ainda têm muita força política na região, embora aceitem os projetos desenvolvimentistas, não abrem mão de suas situações. Pelo contrário, é de interesse deles manter a estrutura existente no Vale, porque assim, garantem a continuidade de seu poder. Poder este, não só econômico, como também político, gerando daí, o autoritarismo, a violência, relações paternalistas, que preservam os seus interesses pessoais. Outro indicador deste poder dos fazendeiros, é a lenta diversificação das atividades econômicas na região. Tudo isso, vai prejudicar diretamente aos trabalhadores rurais que não têm opções de trabalho, ficando muitas vezes dependendo dos fazendeiros para ter acesso ou não à terra. A dependência e insegurança do acesso à terra, aumenta ainda mais a fragilidade dos trabalhadores, que não raro sentem-se devedores dos fazendeiros. É mais um ponto para aumentar o poder dos fazendeiros, que acabam controlando a política da região, pois têm o domínio do voto do trabalhador, que se sente fraco para protestar. Atualmente no Vale há uma conjugação de in-

teresses desses grupos latifundiários regionais, com as grandes empresas. É também do interesse dos fazendeiros a implantação destes projetos desenvolvimentistas, na região, pois estão valorizando cada vez mais as suas terras.

Além dos fazendeiros, a liderança política da região, tanto a nível estadual como federal, devem ter sido ouvidas na definição dessa política, pois para vender as terras devolutas do Vale o Senado Federal teve que se pronunciar. Nesse momento os representantes políticos da região que também representam os fazendeiros foram contactados pelo Governo do Estado para agilizarem a tramitação dos papéis que autorizavam a venda das terras no Vale. Desta associação de forças, cada uma com suas armas, quem sai perdendo é sempre a classe mais fraca, a dos trabalhadores rurais. Esta questão é que procuro aprofundar mais neste tópico.

As consequências maiores para os trabalhadores rurais estão exatamente na expropriação e expulsão de sua terra.

Os projetos que mais causaram impactos na região, foram, em primeiro lugar, a retomada das companhias mineradoras na década de 50 e novamente na década de 70. Depois foi o reflorestamento, devido à grande extensão de área que está ocupando.

A pecuária, atividade mais antiga na região, não está incluída nestes últimos projetos desenvolvimentistas, mas também tem os seus efeitos sobre os trabalhadores rurais.

3.1 - Expulsão e reintegração

Sem dúvida, o governo com os seus programas conseguiu o objetivo de integrar cada vez mais o Vale no processo de desenvolvimento. Mas é importante deixar claro, trata-se do desenvolvimento capitalista em sua versão específica numa

região agropecuária com domínio de latifundiários. O caráter excludente, que marcou o desenvolvimento brasileiro, acentuou-se mais na região do Vale.

Para entender como vivem os trabalhadores rurais no Vale, é preciso compreender de que forma está sendo processado a integração do Vale no desenvolvimento capitalista. De um lado, as grandes empresas expulsando e expropriando os trabalhadores rurais, aumentando cada vez mais a concentração fundiária, os fazendeiros aumentando os pastos, os incentivos sendo conseguidos, os minérios sendo exportados e lucros sendo apropriados por um pequeno número de privilegiados. Do outro lado, o que me interessa, há a integração também do trabalhador no desenvolvimento capitalista, diretamente na região através do seu trabalho, trabalho assalariado e barato que é utilizado temporariamente. Estão mais integrados também, na medida que migram para outras regiões em busca de trabalho, fazendo parte do "exército industrial de reserva", do desenvolvimento capitalista brasileiro. Outros pequenos produtores estão se integrando mais na medida em que são levados a vender mais. Finalmente, há ainda, aqueles grupos de trabalhadores que são expulsos e excluídos do processo para que tal desenvolvimento aconteça.

O presidente da Fetaemg, comenta a respeito das consequências advindas com o reflorestamento, para os trabalhadores rurais do Vale. Para ele, a implantação das grandes áreas de reflorestamento tem expulso um grande número de camponeses. *"Deslocou posseiro, pequenos proprietários e parceiros, transformando-os em assalariados."* Justificou ainda que na fase de implantação do reflorestamento as companhias admitem grande número de empregados. Todavia na fase de crescimento do eucalipto durante 7 anos, elas dispensam os trabalhadores deixando inúmeros desempregados. Soma-se a isso, as pressões que os trabalhadores rurais so

frem no meio rural, fruto de uma política concentracionista."⁸⁴

O Vale sempre foi considerado como uma região que expulsa trabalhadores rurais, mas a partir da década de setenta, o fluxo migratório tem aumentado consideravelmente. A migração em caráter sazonal para outras regiões e Estados, tem sido um dos mecanismos empregados pelos pequenos produtores para manter a sua lavoura sem precisar vender suas terras ou posses. A semelhança do que acontece no nordeste do País, no Vale também são encontradas localidades só com mulheres. Os maridos e filhos mais velhos saem de suas casas à procura de emprego, indo principalmente para São Paulo, na região de cultivo da cana

No jornal Estado de Minas, uma matéria sobre o êxodo, em maio de 1985, diz o seguinte:

*"Durante os meses de abril e maio, estão deixando Minas Gerais cerca de 50 mil trabalhadores rurais, que vão trabalhar, como bôias-frias, nos canaviais de São Paulo. A maioria é do Vale do Jequitinhonha. A informação é do Secretário Adjunto do Trabalho e Ação Social, Paulo Juvenal Rogedo. Segundo ele, o maior problema enfrentado por esses migrantes é a contabilização dos ganhos e gastos. A contabilidade é feita pelos "gatos", como são chamados os intermediários que levam o trabalhador até os donos dos canaviais, que fornecem moradia, alimentação, cigarros e outros artigos, que são descontados nos salários. Em setembro, a maioria retorna quase sempre com pouco dinheiro."*⁸⁵

⁸⁴ Informações retiradas de uma matéria publicada no Jornal Geraes. Vale do Jequitinhonha. Ano IV, nº 13. Julho, 1981, p. 6.

⁸⁵ Jornal do Estado de Minas. Êxodo, matéria publicada em 11.05.85, p.9.

É exatamente na década de setenta, quando o governo implantou na região vários programas, para promover o seu desenvolvimento, que a expulsão e a migração tornaram-se mais gritante no Vale. Isto demonstra o caráter do desenvolvimento proposto e a quem beneficia, uma vez que os trabalhadores rurais têm que sair para conseguir sobreviver.

O Secretário do Planejamento de Minas Luiz Alberto Rodrigues, em uma entrevista concedida em julho de 1985, aponta a perda de população, ao mesmo tempo em que aumentou a urbanização na região, "...havendo municípios que triplicaram a sua população neste período... É importante destacar que as áreas onde os novos projetos foram implantados tiveram um crescimento populacional urbano de 5 a 10% ao ano, na década de 70, agravando o problema de infra estrutura social básica."⁸⁶

O crescimento da população urbana nas áreas onde foram implantados os novos projetos, e que o Secretário de Planejamento destacou como importante, é preciso ser visto pelo outro lado, ou seja, o dos trabalhadores rurais. A taxa de crescimento urbano de 5 a 10% ao ano significa a expulsão do homem do campo. São os posseiros, pequenos proprietários, arrendatários e meeiros, que perderam a sua terra e hoje dependem de um trabalho assalariado para sobreviver.

A Igreja da região está muito preocupada com o nível de migração a que chegou a população do Vale. Para tentar conhecer a situação dos migrantes em São Paulo, foram enviados padres e até mesmo o Bispo. Este se deslocou para ver o que pode ser feito pela população flutuante, junto com a Igreja de São Paulo.

⁸⁶Parte da entrevista publicada no Jornal Estado de Minas, em 09.07.85, p. 10.

O Pe. Pedro del Fabbro, vigário de Minas Novas, em sua viagem, entre vários depoimentos dos trabalhadores, ouviu este:

*"...Os usineiros gostam que os mineiros sejam acompanhados pelos empreiteiros patri-
cios que são menos esclarecidos do que os de
São Paulo. Eles não sabem cobrar da firma.
Afirma não dá chance para ganhar então eles
exploram dentro da turma, na comida, no pe-
queno comércio, nas passagens. O problema é
este dos empreiteiros. (gatos)"⁸⁷*

Para tentar esclarecer os trabalhadores rurais e levá-los a discutirem os seus problemas, os sindicatos de Trabalhadores Rurais da região com o apoio da Comissão da Pastoral da Terra de Minas e de São Paulo, FETAEMG e Secretaria do Trabalho-MG, decidiram realizar o "Primeiro Encontro de Migrantes do Vale do Jequitinhonha", em março de 1984. Este encontro reuniu em Araçuaí, Berilo e Minas Novas, mais de quatro mil trabalhadores, representando 10 Sin- dicatos dos Trabalhadores Rurais da região. Como resulta- do deste encontro foi elaborado um documento contendo as denúncias e propostas dos trabalhadores e que foi entregue ao Governador de Minas. Antes de tudo, os trabalhadores a firmam um direito:

*"Os trabalhadores propõem soluções: Nós tra-
balhadores do Vale, achamos que deveríamos
ter o direito de ficar em nossa casa e em
nossa terra. Por enquanto, o jeito é mesmo
migrar, pois aqui não tem condições. Mas es-
sas condições tem de ser criadas! Então nos-
sas famílias vão poder trabalhar aqui. - Co-
mo criar essas condições para ficar no Va-
le?"⁸⁸*

⁸⁷ Migração. Matéria publicada no Boletim Diocesano - Igreja Araçuaí. Se- tembro/outubro, 1983, nº 50, p. 15.

⁸⁸ Encontro de Migrantes do Vale do Jequitinhonha. Boletim Diocesano- Igreja de Araçuaí. Março, abril e maio de 1984, nº 53, p. 14.

E fazem propostas concretas:

(...) Construir açudes, barragens, poços para combater a estiagem. Melhorar e construir estradas e pontes, para dar saída aos produtos da lavoura. Garantir preço bom aos produ^{to}s. Favorecer a produção de açúcar, rapadura, farinha de mandioca e também produtos de olaria - coisas que o povo já sabe fazer. Fornecer máquinas agrícolas e sementes aos trabalhadores, através do sindicato e comunidades, a preço baixo. Dar crédito agrícola com melhores condições, em caso de perda da colheita. Criar cooperativas para os pequenos agricultores. Socorrer o povo em épocas de seca, com frentes de trabalho e cestas de alimentos a baixo preço. Mudar o modo de agir da Polícia Florestal. Solucionar os conflitos de terra a favor dos posseiros e pequenos produtores. Criar fundo para cobrir despesas com a legalização da posse da terra. Distribuir terras devolutas aos querem trabalhar."⁸⁹

(...) Fiscalizar o cumprimento das leis trabalhistas. Criar indústrias para transformar aqui mesmo nossas riquezas naturais e haver mais empregos. Enfim dar mais apoio e atenção ao Vale do Jequitinhonha, aos trabalhadores rurais, aos seus sindicatos e associações comunitárias, tornando realidade: A AUTONOMIA SINDICAL E REFORMA AGRÁRIA!"⁹⁰

⁸⁹ I Encontro de Migrantes do Vale do Jequitinhonha, op. cit., p. 15.

⁹⁰ Id., ib., p. 16.

Este encontro tem um significado muito grande para os trabalhadores do Vale. Eles começam a se conscientizar e a se organizar para resolver seus problemas.

O Bispo de Araçuaí, Dom Enzo, faz um depoimento do que viu em Jaboticabal-SP. Ele foi ver como vivem os migrantes do Vale e discutir com o bispo de lá, algumas propostas, visando dar ao migrante, nos próximos anos, uma assistência continuada durante toda a safra. Dom Enzo divulga uma carta no Boletim Diocesano, para contar a todos do Vale o que viu em Jaboticabal, e uma parte dela é a seguinte:

"...Depois de ter visitado durante seis longos dias vários alojamentos nas imensas fazendas-usinas, posso-lhe dizer que os cortadores de cana vivem um verdadeiro drama. É antes de tudo um drama humano. Os alojamentos que reúnem até várias centenas de homens, novos e velhos, casados e solteiros, parecem campos de concentração: homens amontoados, despersonalizados, obrigados a seguir um horário duro. A maioria vive numa situação angustiante por se sentirem longe do aconchego de suas famílias. Não se encontra nos alojamentos o cuidado com a pessoa. O indivíduo, desprovido de cuidados e de carinhos, desapareceu numa massa humana amorfa. Em segundo lugar é um drama social... Aproveita-se o fato de que cortar cana é um trabalho sazonal, rápido, de poucos meses para sugar do trabalhador e máximo de sua força de trabalho..."⁹¹ (grifos do autor).

⁹¹ Boletim Diocesano - Igreja Araçuaí. Julho/Agosto 1984, p. 3. Julho / Agosto, 1984, p. 3.

Não são apenas os projetos novos que causam a expulsão no Vale. Sem dúvida alguma eles agravaram mais uma situação que já se repetia há anos e que tinha na pecuária a fonte de expulsão. Esta é uma atividade antiga, uma vez que se trata de uma pecuária desenvolvida de forma extensiva, ocupando assim grande extensão de terra. É a forte concentração fundiária, onde poucos fazendeiros ocupam grandes áreas e os pequenos produtores tem pouca ou quase nenhuma terra para trabalhar.

As denúncias dos migrantes são contínuas a este respeito:

*"...Como poucas terras estão disponíveis para o lavrador que não tem terra e depois de alguns poucos anos, quando a terra está macia e boa para plantar, o fazendeiro dispensa o meeiro pois quer que agora só cresça capim. Isto aumenta o mercado de desempregados, facilitando qualquer mercador que ofereça condições de trabalho. E nisto "os gatos" são artistas e oportunistas."*⁹²

A migração tem tomado tamanha proporção que segundo notícias publicadas em jornais falam que não só o Governo de Minas, mas também o de São Paulo, estão preocupados.

A notícia publicada no "O Estado de São Paulo" comenta o trabalho desenvolvido pelo Governo de Minas junto aos migrantes, que tem tomado uma grande proporção. Segundo estimativa, quase 100 mil trabalhadores⁹² rurais deixam

⁹² | Encontro de Migrantes do Vale. Boletim Diocesano - Igreja Araçuaí. Abril/Maio, 1985, nº 58, p. 14

⁹³ | Informação contida na matéria - Acompanhamento na migração de rurais, no jorna O Estado de São Paulo em 31.03.85.

anualmente o Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais.

A Secretaria do Trabalho de Minas Gerais na tentativa de conter a migração que a partir de 1975, intensificou-se mais, está procurando aconselhar os trabalhadores rurais das dificuldades que vão enfrentar, bem como fiscalizando nas barreiras a saída de veículos com estes trabalhadores levados pelos "gatos". Em sua maioria eles têm ido para a região de Ribeirão Preto, trabalhar no corte da cana. Mas, enquanto não forem tomadas medidas concretas que viabilizem a permanência destes trabalhadores no próprio Vale, dificilmente este processo será contido.

São conhecidas todas as causas da migração, como se pode notar nesta passagem de uma entrevista concedida em 31.03.85, pelo então Secretário do Trabalho de Minas Gerais:

(...)O fluxo migratório é composto basicamente de trabalhadores de 18 a 40 anos, que não tem condições de sobreviver na região de origem, por causa da seca que destrói as lavouras, da falta de terra ou de condições para fazê-la produzir. Há ainda no entender da Secretaria do Trabalho, problemas de grilagem e expulsão feitas por grandes latifundiários. Com esses problemas, os trabalhadores costumam sair do Vale em março e abril, deixando para trás as "viúvas de marido vivo", mulheres de migrantes que ficam sem os seus maridos durante pelo menos sete meses por ano, trabalhando com artesanato primário para sobreviver. Zonas rurais de várias cidades como Araçuaí, Minas Novas, Chapada do Norte, Berilo, Capelinha, Itamarandiba, Virgem da Lapa e outras, ficam habitadas quase que unicamente por mulheres, sendo frequente a fome e doenças como chagas, verminose e tuberculose, além de prostituição de

meninas de 12 a 15 anos, por falta de trabalho, renda e comida."^{9 4}

Este depoimento nos mostra que o governo está ciente do que vem acontecendo no Vale. O interessante é que entre os vários motivos apontados para a migração acontecer, não foi mencionado como uma das causas, a política de desenvolvimentista implantada na região.

3.2 - Empresas contra os garimpeiros autônomos

A retomada da mineração no Vale, fez parte dos primeiros projetos governamentais, para promoverem o seu desenvolvimento. Para a análise dos reflexos da mineração na região siga basicamente o estudo de Paula Delsy Gonçalves, professora da PUC/Belo Horizonte.

A volta das empresas mineradoras deu-se na década de 50 e intensificou-se na década de 70 com autorização do Departamento Nacional de Pesquisas Minerais, para realizarem pesquisas e explorarem minérios industriais no subsolo. Estas licenças não concediam autorização para explorar pedras preciosas e semi-preciosas. Porém, estas pedras podem ser encontradas nos mesmos locais onde se extrai o minério industrial.

As companhias entraram e depararam com uma comunidade que ignorava totalmente seus direitos. Seguer sabiam o que significava arrendamento por prazo indeterminado e determinado. Desconheciam que deveriam receber uma indenização pelos estragos e danos causados pela pesquisa e exploração do minério. Ignoravam também, que deveriam receber 10% sobre o minério extraído de suas propriedades. Se quer imaginavam que homens tão letrados, com aparência tão

^{9 4} Informação contida na matéria - Acompanhamento na migração de rurais, no jornal O Estado de São Paulo em 31.05.85.

honestas fossem capazes de propor alguma coisa que fosse prejudicá-los.

Aproveitando-se desta situação as Companhias, já nos primeiros contatos com os proprietários, levavam um documento para que fosse assinado por eles. Tal documento era um contrato de arrendamento do terreno por prazo indeterminado. A maioria assinou sem saber as implicações que adviriam daí. Estavam muito confiantes, pois as promessas eram de progresso, melhoria, empregos etc... Poucos foram os que desconfiaram da situação e resolveram consultar um advogado.

Estes, devido às explicações dadas pelo advogado consultado, não aceitaram o arrendamento por prazo indeterminado e conseguiram vender o seu terreno.

O pessoal que arrendou o seu pedaço de terra, apesar de ser dono desta, vive na mais completa miséria: agora já não pode mais plantar, trabalhar nas lavras, criar suas poucas cabeças de gado. O seu terreno já não lhe assegura a sua subsistência. Os buracos são enormes, (mais ou menos 1 metro de largura, por mais ou menos 5 metros de profundidade) inviabilizando tanto o plantio como a cria-ção de gado.

Quanto às indenizações por esses estragos, que são previstas em lei, não se tem conhecimento de que algum proprietário tenha recebido. Eles não conseguem impedir às companhias de continuarem em suas propriedades.

A Companhia Arqueana de Minérios, a mais impor-tante da região de Araçuaí e Itinga, explora algumas la-vras (minério), enquanto mantém outras fechadas para impedir o garimpo autônomo dos trabalhadores rurais na extra-ção de pedras preciosas e semi-preciosas. Ao mesmo tempo, continua com a pesquisa do sub-solo em outras áreas. Sobre estas pesquisas e suas consequências, a professora Delsy Gonçalves comenta:

"...Desta vez a Companhia não propõe nem arrendamento, nem a compra do terreno. Invadem a terra, ignorando a presença de seus proprietários, bem como as benfeitorias ali existentes.

A legislação sobre o problema prevê o seguinte: - deverá haver acordo entre a Companhia e os proprietários no sentido de avaliação do terreno e da indenização a ser paga pelos estragos e danos; - não conseguindo entrar em acordo recorre-se à justiça que deverá decidir sobre os mesmos. A Arqueana não faz acordo em nenhum lugar.

Chega com um documento contendo sua avaliação e indenização que considera justa, já para ser assinada pelos proprietários. Em Taquaral a população se recusa a assinar, mas propõe a discussão em cima do documento.

O proprietário da Arqueana, Sr. Kalil não comparece a nenhum encontro marcado - joga a decisão para a justiça, pois ele sabe que vai se beneficiar, em primeiro lugar porque nenhum advogado da região pega causa em favor dos trabalhadores e a demora da justiça favorece, porque neste tempo ele entra no terreno, inclusive culpando os proprietários de não fazerem o acordo. Mas é também importante situar o comportamento da (justiça). Na medida em que o Sr. Kalil joga para a justiça, esta tem que fazer com que a população fique ciente do processo. Isto não ocorre. O oficial de justiça, não entra em contato com eles - falsifica as assinaturas (de 15 proprietários). Posteriormente a decisão da justiça confirma o que foi determinado pela Arqueana. A população não tinha conhecimento de tal pro

cesso." ⁹ 5

E assim, o pequeno proprietário vai sendo expulso, expropriado e lesado em seus direitos, sem ter muitas vezes a quem recorrer, uma vez que a própria justiça está atuando contra eles. Com isso cada vez mais, sobreviver em suas próprias terras vai se tornando impossível, e eles acabam fazendo a vontade da Companhia, vendendo suas roças, para irem engrossar mais a fila dos desempregados ou se tornam bôias-frias temporários em outros Estados.

Quanto ao fechamento das lavras dos garimpeiros autônomos - embora não seja legal, uma vez que aí eles tiveram pedras preciosas e semi-preciosas -, se dá porque a turmalina se encontra nos mesmos locais onde existem os minérios. Para extrair a turmalina muito minério é desperdiçado, daí a proibição da empresa.

Há ainda, uma outra reportagem que mostra o drama dos garimpeiros do Jequitinhonha e a ação da companhia Arqueana na região:

"...O problema começou no dia 1º de junho, quando advogados da Arqueana de Minérios e Metais Ltda., começaram a percorrer a região, exigindo que os garimpeiros assinassem um "Termo de Advertência" que depois de várias ameaças, termina dizendo: "Assim fica V. Sa. devidamente advertido das proibições e consequentes penas, caso não cumpra essas leis. Com base nisso é que a ARQUEANA DE MINÉRIOS E METAIS LTDA., não tolerará essas irregularidades nas suas áreas de autorização de pesquisa ou concessão de lavra. Sabendo das proibições, V. Sa. deverá PARAR

⁹ 5 PAULA, Delsy Gonçalves. *A ação das companhias mineradoras na região de Taquaral e arredores e os problemas sociais gerados*. Belo Horizonte (mimeo), 1981, p. 5 e 6.

*IMEDIATAMENTE OS TRABALHOS DE LAVRA CLANDESTINA E DE GARIMPAGEM, afim de evitar medidas enérgicas para o fiel cumprimento desses preceitos legais mencionados. Caso interesse a V. Sa. trabalhar em nossa empresa, poderá se dirigir aos nossos escritórios, para ajustar as condições, já que estamos em franca expansão e carentes de mão-de-obra."*⁹⁶

Esse termo de advertência levou o pânico às famílias. Além do mais, o número de empregos oferecidos não atenderia a décima parte das pessoas que trabalhavam nas minas e no garimpo. A área que estava sendo requisitada no dizer dos garimpeiros levaria mais de cem anos para mineração tudo que existe. A companhia tem autorização para pesquisar o subsolo, mas, necessita de licença do proprietário para entrar no terreno. Mas ela não se preocupa com isso e de maneiras arbitrárias, muitas vezes usando de violência, invade o terreno e fica por isso mesmo.⁹⁷

Em protesto quanto ao "Termo de Advertência" o Delegado Regional do Sindicato Regional dos Garimpeiros - Delegacia Regional de Araçuaí, enviou um ofício em 17 de julho de 1977 ao então Governador de Minas, o Dr. Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, nos seguintes termos:

"...Respeitosamente levo ao conhecimento de V. Excia. a ocorrência que está acontecendo no nosso Vale do Jequitinhonha no município de Itinga e Araçuaí, que é sediada uma firma de mineração cujo nome Arqueana de Minérios e Metais Ltda., cujo a mesma disse que tem mais de 20 mil hectares que por ela foi

⁹⁶ Série de reportagens do jornal O Estado de São Paulo. Op. cit.

⁹⁷ Em 1981, o jornal GERAES, em seu nº 13, faz referência a uma matéria publicada em seu nº 11, onde os moradores de Taquaral, município de Itinga, denunciavam a Arqueana Minérios e Metais, pelas irregularidades que a empresa vinha cometendo na região. A invasão de terras e falsificação de documentos. GERAES. Vale do Jequitinhonha. Ano IV, nº 13. Julho, 1981, p. 7.

requerido o subsolo e no momento deu termo de advertência para todos os garimpeiros e proprietários da região que trabalham nesse setor.

Sr. Governador, se tal coisa acontecer, conforme a intenção da referida firma a situação do nosso Vale do Jequitinhonha vai tornar-se em calamidade pública, pois o que vem aguentando a nossa região é realmente a área da garimpagem, que produz pedras coradas e minérios industriais que aguenta quase com a metade da nossa comunidade, pois é ali que os mesmos, homens, mulheres e crianças, é que defendem o seu pão semanal para o seu sustento..."^{9 8}

Segundo depoimentos, as medidas por parte do governo não foram tomadas e em consequência, a mineradora fechou todas as lavras da região, mesmo dentro do terreno do camponês, além de proibirem a garimpagem no rio Jequitinhonha. Para sua garantia contam com jagunços para fiscalizar as áreas invalidadas.

A livre ação das empresas mineradoras vem prejudicando os trabalhadores rurais, que tinham na lavra e no garimpo, as suas fontes de renda. Era delas que tiravam o seu sustento, além de dar trabalho a homens, mulheres e crianças. Com isto muita gente tem que sair do Vale ou se integrar como assalariado das próprias empresas que saloparam as suas condições de salário autônomo.

Quando da apresentação do "Termo de Advertência", a empresa disse que estava oferecendo emprego a quem quisesse. Bem, uma carta de um empregado da companhia, denuncia as condições de trabalho na Arqueana. Esta carta foi

^{9 8} Este ofício do qual citei partes, foi transcrito no Jornal GERAES. Vale do Jequitinhonha. Ano IV, nº 13. Julho, 1981, p. 7.

escrita em Araçuaí, a 30 de abril de 1981, por João de Deus, dirigida ao responsável pela setor de Fiscalização do Ministério do Trabalho - Setor Minas Gerais, da qual transcrevo alguns trechos que mostram o alto grau de exploração a que são submetidos os empregados, bem como as péssimas condições em que os mesmos trabalham:

"...Tomo a liberdade de denunciar, em nome de todos os operários da Arqueana de Minérios e Metais, atualmente com 186 operários, esta empresa de mineração, criada em 1973 não tem observado o estrito cumprimento das leis trabalhistas, no tocante a feriados e segurança no trabalho. A empresa nos obriga a trabalhar durante os feriados, sob pena de perdemos o repouso semanal (domingo), sem remuneração, ou seja, o feriado é tido como um dia normal de trabalho.

...quando temos necessidade de faltar um dia de trabalho, mesmo pedindo licença, perdemos este dia e mais o domingo, o que não deixa de ser uma injustiça.

...A empresa não fornece os necessários equipamentos de prevenção de acidentes e nem fornece a devida assistência quando eles ocorrem. O pessoal trabalha usando "chinelos de dedo", o que submete os homens à possibilidade de sofrerem cortes e contusões...

...Em muitos casos, o operário nem participa o acidente sofrido, pois as horas que ele gasta para se dirigir até o escritório são cortadas pelos cabos de serviço..."⁹⁹

Há uma série de outras denúncias na carta, mostrando em que condições os trabalhos são realizados. Daí, pode-se perceber como as empresas acumulam. Além de explorarem o máximo do trabalho dos operários, ne-

⁹⁹ Esta carta foi transcrita na íntegra no Jornal GERAES. Op.cit.,p.7.

gam-lhes os direitos mínimos previsto em lei. Aliás, fazem as suas próprias leis e quem não se submete que caia fora, pois, existe um batalhão de desempregados na região, que eles mesmo fizeram.

O garimpo também no Rio Jequitinhonha tem sido proibido e a desocupação está cada vez maior. Na região de Diamantina, a Mineração Tejucana tem causado problemas aos garimpeiros. Ela já faz a extração do minério e pedras preciosas de forma mecanizada, usando dragas (máquinas próprias para garimpar), acabando com quase todo o garimpo artesanal que ainda é a principal fonte de renda de boa parte dos habitantes do Alto e Médio Jequitinhonha.

Um geólogo da USP em sua tese de doutoramento a firma que nunca se extraiu tanto ouro e diamante do Jequitinhonha como atualmente. Segundo ele, as áreas mais ricas e fáceis estão realmente exauridas, mas que elas representam apenas 20% das reservas existentes. Os 80% restantes ainda não foram explorados, pois dependem de mecanização dos garimpos. Ele afirma que:

... "No ano passado (1976) a média da produção de diamantes da Tejucana foi de 6 mil quilates - um terço da produção nacional - um recorde, graças a experiência com um desvio do rio." ¹⁰⁰

Por estas informações pode-se prever que o futuro para o garimpo autônomo no Vale não é nada promissor, pois cada vez mais as máquinas das empresas o vão substituindo. E do ponto de vista das empresas, a acumulação se torna mais fácil, uma vez que os gastos com mão-de-obra são cada vez menores.

O desvio feito no rio, além da acumulação desordenada de entulhos, tem também trazido consequências para

¹⁰⁰Série de reportagens do jornal O Estado de São Paulo. Op. cit.

a população ribeirinha, pois na época das chuvas o rio pas sou a transbordar, provocando enchentes, que antes não ocorriam, levando casas, plantações e animais dos pequenos produtores.

x - x - x - x

Neste capítulo, ficou evidenciado que os projetos implantados na região provocaram o desenvolvimento, mas um desenvolvimento capitalista excludente, incapaz de criar condições de produção que eleve o padrão de vida da maioria da população rural.

As propostas de desenvolvimento não afetam a es trutura agrária e os interesses dominantes na região, pelo contrário, com eles se articulam. Na verdade, este ti po de desenvolvimento está provocando maiores problemas para os trabalhadores rurais. A expropriação e expulsão, bem como as mudanças introduzidas na agropecuária da região, causaram o desemprego e o êxodo de grande parte da população rural.

II PARTE

LUTA PELA VIDA:

Condições de trabalho, de organização e educa
ção dos trabalhadores rurais de Araçuaí

CAPÍTULO IV

TRABALHADORES RURAIS NA ESTRUTURA AGRÁRIA DE ARAÇUAÍ

Conhecer os trabalhadores rurais de Araçuaí é o tema central de minha pesquisa. Neste capítulo analiso como eles se inserem na produção agropecuária, suas condições de acesso à terra e a diversificação de suas atividades em fim a base material de suas vidas.

Para facilitar a apresentação, divido este capítulo em duas partes. Na primeira parte, uso dados censitários e de documentos oficiais sobre o município de Araçuaí, que permitem uma melhor compreensão do meio imediato em que vivem os trabalhadores rurais. Na segunda parte uso fundamentalmente os dados que obtive através de entrevistas, os quais revelam um pouco a história de suas vidas e as diversas atividades que desenvolvem para poder sobreviver.

1. Posse e Uso da Terra

Para entender a estrutura agrária de Araçuaí, é necessário ter presente a evolução da sua população. A maioria da população de Araçuaí vive no meio rural (59% em 1980). De 1950 para 1980, porém, tem havido uma perda relativa da população rural de Araçuaí, sendo que de 1970 para 1980, houve não só perda relativa (-9,34%), como perda absoluta. Este período corresponde exatamente à época da implantação dos projetos de desenvolvimento do Vale, que também tiveram os seus efeitos naquele Município. A tabela 17 nos dá uma visão mais geral da evolução da população de Araçuaí, onde se pode notar que a população urbana, no entanto, cresce em termos absolutos e relativos.

Tabela 17

Evolução da população rural e urbana em Araçuaí
1950 - 1980

Ano \ População	Total	Rural		Urbana	
	Número de habitantes	Número de habitantes	%	Número de habitantes	%
1950	33.842	18.332	76,88	4.639	23,11
1960	27.773	20.312	73,13	7.461	26,86
1970	30.280	20.387	67,32	9.893	32,67
1980	31.394	18.481	58,86	12.913	41,13

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1950, 1960, 1970, 1980 de Minas Gerais.

Cabe destacar que a distribuição demográfica de Aracuaí, acompanha a tendência geral do Vale (como foi visto no item 1.2 do capítulo 3).

Os mais de 18 mil habitantes que viviam na área rural do município, em 1980, economicamente estavam condicionados pelo espaço ocupado e pelas formas de organização da produção das fazendas e empresas de mineração.

1.1 - Produção agropecuária e mineral

A economia de Araçuaí está baseada principalmente na pecuária dos grandes fazendeiros, na agricultura dos pequenos produtores e na mineração e garimpo das companhias e de alguns trabalhadores autônomos. Destas atividades porém, a pecuária é a que tem maior importância em Araçuaí, acompanhando assim, a tendência geral do Vale e mais especificamente da parte média, onde a pecuária para corte é predominante.

Para se ter uma idéia da importância da pecuária, é só observarmos, através dos dados censitários, a área que

ela ocupa em relação à área destinada às lavouras. (Tabela 18). A pecuária em Araçuaí não foge às características da produção no Vale. Ela é também explorada de forma extensiva e tem se expandido como se pode observar pelos dados. Em 1950, a área ocupada com pastagens era de 29% do total dos estabelecimentos. Em 1975, passou para 62%, sendo que em 1980, os dados registram uma perda na área, passando para 51%.

Tabela 18

Percentagem da área dos estabelecimentos segundo
utilização das terras* - Município de Araçuaí-MG

1950 - 1980

Anos	Estabe- cimentos	Área Total 100	Lavouras	Pastagens	Matas	Terras em descanso pro dutivas e não utiliza das
1950	1.138	217.778	7,91	29,37	12,35	43,22
1960	1.268	158.203	9,40	49,01	17,49	17,26
1970	805	160.171	4,83	56,80	15,80	15,75
1975	1.406	190.355	6,32	62,12	17,06	8,24
1980	1.626	170.552	6,75	51,28	18,38	17,85

Fonte: IBGE. Censo Agrícola de Minas Gerais, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980.

*Os dados absolutos das áreas podem ser verificadas na Tabela 4. em anexo.

Deve-se levar em consideração que há instabilidade em termos de área total dos estabelecimentos de Araçuaí de 1950 até 1980. Isto nos leva a questionar até que ponto houve uma perda real da área ou se é um problema de coleta de dados. De qualquer forma é incontestável o predomínio da pecuária nas terras utilizadas de Araçuaí. É interessante registrar também, que as pastagens artificiais são superiores às naturais, com exceção de 1975 (ver tabela 4 em anexo). A expansão das pastagens artificiais nos

fazendas, articula-se com a produção agrícola de pequenos parceiros e arrendatários, que limpam a terra, desenvolvem lavouras temporárias e deixam no fim, o capim semeado.

O crescimento da pecuária pode se ver também, com a evolução do rebanho em Araçuaí. Em 1950, tinha 34.251 cabeças, passando para 66.760 cabeças, em 1975. Pelos dados houve uma perda no rebanho de 1975 para 1980, de 15.631 cabeças.

Tabela 19
Bovinos existentes no Município de Araçuaí-MG
1950 - 1980

Anos	Total de cabeças
1950	34.251
1960	33.555
1970	50.729
1975	66.760
1980	51.129

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário - Minas Gerais. Anos 1950, 1960, 1970, 1975 e 1980.

Apesar dos problemas estatísticos anteriormente lembrados, é necessário mencionar que os estudos oficiais falam em perda real do rebanho devido à seca e aos preços (ver item 1.1 do capítulo 2).

A área destinada à agricultura, em 1950, era de apenas 7,9%, caindo para 6,75% da área total dos estabelecimentos, em 1980. Estes dados indicam a insignificância da agricultura. As lavouras permanentes praticamente não existem. Em 1950 a área com lavouras permanentes era 0,34%, contra 7% das lavouras temporárias. Em 1980, as primeiras passaram a ocupar 0,40% da área, o que é muito insignificante, enquanto as temporárias caíram para 6%. É ne-

cessário registrar que a área de reserva (terras em descanso e produtivas não utilizadas) dos estabelecimentos agrícolas de Araçuaí é muito superior à área de lavouras. Também a área de matas é muito superior. Este fato deve-se provavelmente ao predomínio dos latifúndios na região.

Em Araçuaí cultiva-se principalmente o milho, o feijão, a mandioca, a cana, o arroz, que são para o consumo próprio, sendo os excedentes vendidos no mercado local. Acontece muitas vezes que tal produção não é suficiente para atender a este mercado.

O predomínio da pecuária também pode ser verificado pelos dados de valor da produção.

Pela tabela 20 pode-se observar que em 1980, a pecuária representava mais de 74% do valor total da produção agropecuária de Araçuaí, podendo ser percebido uma queda em relação a 1980, o que acompanha também, a perda do rebanho.

As lavouras embora apresentem um aumento relativo entre 1975 (quase 16% do valor total da produção agropecuária) e 1980 (23,58%), ainda está bem abaixo do valor da produção animal.

Tabela 20
Percentagem do valor da produção animal
e vegetal no Município de Araçuaí - MG
1970 - 1980

Anos	Valor da Produção				
	Total	Animal	Vegegal		
			Lavouras	Silviculturas	Extração Vegetal
1970	100	70,75	26,79	-	2,44
1975	100	81,42	15,97	-	2,59
1980	100	74,33	23,58	-	2,07

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário. Minas Gerais, 1970, 1975, 1980.

A porcentagem do valor da extração vegetal é bem insignificante no total da produção agropecuária do município.

Quanto à produção mineral em Araçuaí, não obtive os dados. Mas segundo informações do Delegado Regional do Garimpo, existem muitas lavras clandestinas e que não se tem um controle da sua produção. Além disso, existem também os atravessadores que compram as pedras diretamente nas lavras, vindos de Governador Valadares e Teófilo Otoni.

As pedras preciosas como águas marinhas, são tidas como as melhores do país. As turmalinas de várias cores também tem um grande valor no mercado de pedras. O ouro e diamante são encontrados em Araçuaí, embora com menor frequência.

Conforme informações contidas no estudo da profa. Gonçalves, um técnico alemão considerou Araçuaí *"como um dos lugares de maior concentração de minérios do mundo, não só em quantidade, como em qualidade."*¹⁰¹ Esta citação pode nos dar uma idéia de que a produção mineral tanto das companhias como dos garimpeiros autônomos deve ter um grande valor.

1.2 - Acesso e distribuição da terra

Os dados apresentados acima mostram-nos a superioridade da pecuária sobre a agricultura. Se levarmos em consideração que a agricultura é desenvolvida principalmente pelos pequenos produtores, e que eles são maioria, podemos antever as suas dificuldades, para ter acesso ou não à terra, bem como às lutas para sobreviver.

¹⁰¹ PAULA, Delsy Gonçalves. *A ação das companhias mineradoras na região de Taquaral e Arredores e os problemas sociais gerados*. Outubro, 1981. (mimeo), p. 1.

Antes de falar sobre a distribuição dos estabelecimentos por grupos de área em Araçuaí, cabe mais uma vez lembrar a inconsistência dos dados. Não houve desmembramento, no entanto, a área dos estabelecimentos aumenta e depois diminui. Não se sabe concretamente se é um problema na coleta de dados, ou se é um problema real.

Houve uma quebra de quase 25% dos estabelecimentos entre 1960 e 1970, depois os mesmos voltam a aumentar. Por causa disso, a análise deve ser indicativa de tendências e não conclusiva. Considero contudo importante apresentar os dados, porque são os que existem.

Araçuaí, também apresenta uma estrutura bem concentrada da terra.

Os estabelecimentos que possuem menos de 10ha, eram apenas 30 em 1970. Aumentaram mais do dobro em 1975 (64 estabelecimentos), chegando em 1980 (a 253 estabelecimentos). A área também aumentou nestes anos. Mas se observarmos, no conjunto, tanto os estabelecimentos com menos de 10ha, como os que têm de 10ha a menos de 100ha, dão um tamanho médio de aproximadamente de 42ha., o que está bem abaixo do padrão definido pelo INCRA para a região (o módulo médio é 100ha).

Os estabelecimentos de 10ha a menos de 100ha em 1975 eram 402, aumentando para 895 em 1975, e chegando em 1980 com 974 estabelecimentos (quase 60% dos estabelecimentos em 1980, ocupando apenas 20,8% da área). No período de 1970 para 1975, a área destes estabelecimentos cresceu (de 19.065ha para 35.706ha), mas em 1980, houve uma perda da área.

Os estabelecimentos de 100ha a menos 1000ha, tiveram um aumento de 1970 para 1975 (343 estabelecimentos passando para 421). Em 1980, há uma perda de 49 estabelecimentos. A mesma evolução acontece em termos da área de 1970 para 1975. Há um aumento, sendo que, em 1980, registra-se uma perda de 9.112ha.

Os estabelecimentos com mais de 1000ha pelos dados, vêm perdendo não só estabelecimentos, como área entre 1950 e 1980. Cabe destacar que os dados mostram avanços e recuos neste período. No entanto, mesmo com estas perdas, em 1980, os estabelecimentos com mais de 1000ha são apenas 21 (1,3% dos estabelecimentos), e ocupam quase 16% da área total. (Ver tabela 21).

No que se refere às possibilidades de acesso ou não à terra, vamos observar que em Araçuaí o predomínio, pelos dados, é de proprietários (92% em 1980), tendência que vem se acentuando de 1970 para cá.

Tabela 21

Área dos Estabelecimentos distribuída por
Grupos de Área do Município de Araçuaí - MG

Totais		Menos de 10 ha		De 10 ha a menos de 100 ha		De 100 ha a menos de 1000 ha		De 1000 ha a menos de 5000 ha	
Estabele cimentos	Área (ha)	Estabele cimento	Área	Estabele cimento	Área	Estabele cimento	Área	Estabele cimento	Área
1.138	217.778	26	156	635	30.687	442	123.159	35	68.776
1.268	158.203	116	953	830	36.526	305	92.787	17	27.937
805	160.171	30	196	402	19.065	343	99.975	30	40.936
1.406	190.355	64	409	895	35.706	421	115.454	26	38.786
1.626	170.552	253	1.373	974	35.610	372	106.342	21	27.220

IBGE. Censo Agropecuário de Minas Gerais anos: 1950, 1960, 1970, 1975, 1980.

Os arrendatários e parceiros apresentam pelos dados, números bem insignificantes, conforme a tabela 22. Pelo que pude observar no entanto, pelas minhas entrevistas parece haver maior número destas categorias do que apresentado pelos Censos do IBGE.

Na verdade, quanto à forma de acesso à terra, a realidade é mais complexa e talvez devido à forma como é feita a coleta dos dados estas especificidades não aparecem. Por exemplo, muitos dos pequenos proprietários são ao mesmo tempo arrendatários em fazendas e ou parceiros. Os "herdeiros", quando entrevistados, por já estarem há muito tempo em terras de herança, consideram-se proprietários, no entanto, não têm os títulos de propriedade das mesmas. Por isso considero esses dados não revelam bem a realidade.

Depois dos proprietários, os ocupantes são os que possuem mais estabelecimentos, mas representam apenas 6,9% do total desses estabelecimentos.

É preciso ressaltar que ser parceiro ou arrendatário é uma situação muito instável em Araçuaí devido, principalmente, à pecuária dos quais são dependentes. A necessidade ou não do fazendeiro aumentar, renovar ou limpar os pastos, é que vai condicionar o tempo que estes produtores vão poder ocupar determinada área de terra, em qualquer uma das situações.

Todas estas situações vão influir, diretamente, nas condições de vida do pequeno produtor, determinando a necessidade de diversificarem cada vez mais as suas atividades para poder sobreviver. É o que veremos a seguir.

Tabela 22

Condição do Produtor de Araçuaí

Ano	Total		Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)
1970	805	160.171	702	151.852	4	85	2	88	97	8.146
1975	1.406	190.355	1.275	164.842	8	2.693	2	619	121	9.444
1980	1.626	170.552	1.508	161.534	2	395	2	10	113	8.613

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário de Minas Gerais, 1970, 1975 e 1980.

2. Estratégias de reprodução

A análise das condições de produção agropecuária e mineral bem como, da distribuição da terra em Araçuaí oferece-nos uma visão da estrutura agrária mais imediata na qual estão inseridos os trabalhadores rurais.

Neste tópico, analiso as estratégias utilizadas pelas várias categorias de trabalhadores rurais e sua luta para produzir e obter seus meios de sobrevivência. Para isto utilizo os relatos obtidos, que contam um pouco a história de suas vida e as dificuldades enfrentadas para conseguir viver.

Vale ressaltar, no entanto, uma nota metodológica.

Para a realização da minha pesquisa preocupei-me mais em recuperar um pouco da história da vida dos trabalhadores rurais de Araçuaí, e não catalogar situações. Devido às minhas condições, não pude ver todo o meio rural de Araçuaí, o que é um limite do meu trabalho. Visitei somente três localidades: Curuto (20 famílias), Barra da Barriguda (22 famílias) e Gravatã (18 famílias). As situações de vida apresentadas pelos trabalhadores rurais dessas localidades são representativos em termos de qualidade, mas o meu trabalho não dá conta de todas as situações existentes em Araçuaí. Pelos depoimentos que são apresentados, dá para ter uma idéia geral da necessidade que têm os trabalhadores rurais, de lançar mão das mais variadas formas de atividades para completar a renda familiar.

Uma das localidades que visitei, Gravatã, encontrei umas dez mulheres de pequenos proprietários que haviam ido para São Paulo, trabalhar como assalariado da cana e que deveriam voltar naqueles dias (fim de outubro) para fazer o plantio de suas roças. Assim, as situações apresentam-se mais variadas. Infelizmente não me foi possível ver todas.

A maioria dos entrevistados são pequenos proprieu

tários, como se verá, embora seja difícil classificá-los, pois na prática, os trabalhadores concretos combinam diferentes formas de se inserir na produção. O campesinato de Araçuaí tem no acesso à terra a referência básica de sua reprodução econômica e de sua identidade.

2.1 - Pequenos proprietários

Pelos dados apresentados no tópico anterior, vimos que a maioria dos produtores, em Araçuaí, é de pequenos proprietários. Vimos também, que embora numericamente superiores ocupam uma área bem inferior, se comparada com a área ocupada pelos médios e grandes proprietários. Devido à precariedade de seus meios de trabalho e sistema de cultivos, num quadro natural de secas repetidas, mesmo sendo proprietários, estes pequenos camponeses têm que lançar mão de outras atividades econômicas, para garantir a sua reprodução e de sua família. Estes produtores para poderem continuar como camponeses proprietários, têm que se assalar temporariamente.

A pequena propriedade é baseada no trabalho familiar e como demonstra Martins, é diferente da propriedade capitalista,

"...A propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem; é propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista; é propriedade do trabalhador. Seus resultados sociais são completamente distintos, porque nesse caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade do lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. O trabalhador e lavrador não recebem lucro. Os seus ganhos são ganhos de seu

trabalho e do trabalho de sua família e não ganhos de capital, exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho..."¹⁰²

E, é exatamente isso que vamos constatar pelos depoimentos a seguir:

"...Tenho terra própria, não é muito grande. Trabalho nela com a minha família. Tenho onze filhos. Planto: arroz, milho, feijão, cana pra fazer rapadura e a manioba (mandioca). Na limpa e na roçada do terreno, quando tenho dinheiro pago "camarada"¹⁰³ a dia; nos outros serviços pra ajudã, a gente faz a troca de serviço com o vizinho. do que planto mal dá pra despesa. Só a farinha(feita da mandioca) é que sobra pra vendê. Faço também a farinha a meia que é pra ajudã. Aqui, água é de chuva e quando ficou muito difícil a EMATER trouxe água de pipa pra beber e cozinhar..."(pequeno proprietário do Curuto).

Fica claro que o trabalho é feito pela família, com a ajuda dos vizinhos pelo sistema de troca de serviços. Esta é uma prática muito comum entre eles. O pagamento de trabalho a dia, que acontece quando podem pagar não tem um caráter de explorar o trabalho do "camarada"¹⁰³, mas sim, o de ter mais uma pessoa para ajudar a família.

Estes proprietários lutam com muita dificuldade para conseguir tocar as suas roças. São muito pobres e por isso, mesmo excluídos dos créditos e facilidades governa

¹⁰²MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. Op, cit., p. 59.

¹⁰³Termo regional usado para designar o trabalhador contratado para trabalhar a dia nas roças.

mentais. Muitos não têm a terra em tamanho suficiente para preencher as condições impostas pelo Banco, como garantia para pagar o empréstimo. As condições da terra não são seguras para garantir o retorno do dinheiro investido nas plantações, principalmente com as secas consecutivas.

No que se refere à qualidade do solo, embora sempre digam nas publicações oficiais que as mesmas não são próprias para a agricultura, o pequeno produtor sempre diz o contrário. Para ele, a terra é boa, o problema é que não chove. Mas de qualquer forma, a má qualidade da terra é sempre usada como justificativa para a implantação do reflorestamento no Vale. Só que essa justificativa, acaba caindo em contradição, quando os próprios órgãos governamentais como o IBC divulga a produtividade do café no Vale, como sendo uma das maiores do Estado.

Na verdade, o que há, é uma manipulação de informações, conforme os interesses dos grupos que estão investindo no Vale para receber os incentivos.

No relato a seguir podemos ver como o pequeno proprietário vê a terra que trabalha e como combina as diferentes culturas e suas estratégias de reprodução:

"...Tenho terra própria. Comprei do meu irmão. Planto mandioca, milho, arroz, feijão catador e feijão de arranca. Dá pra vendê. Tem de vendê o que dá primeiro pra atendê a precisão.¹⁰⁴ Vendo mais a farinha, é o que dá mais venda. Planto na terra pura. Nunca usei o adubo, ou outra coisa qualquer. Nem conheço adubo. A terra é boa, se chove dá, quando não chove, não dá. Não

¹⁰⁴"Precisão", termo usado para designar as necessidades mais imediatas como: remédios, sal, roupa, querosene, etc.

tem água prá molhá nem fazer horta. Usei trator pela primeira vez. (1983) - A roça queimada fica mais limpa, (custa a nascer o mato) do que com o trator. Tã até parecendo fim de mundo, pois o governo nunca mandou arado prá cá. E a tenda de fazê farinha..." (pequeno produtor Curuto).

O trabalho nas roças é manual ou com o auxílio do boi e do burro. Parece até que o tempo parou naquelas localidades. Ao ver as condições primitivas de trabalho ainda hoje desenvolvidas por lá, senti como que dando marcha-ré no tempo.

Na localidade em que moram estes pequenos proprietários, Curuto, as casas estão espalhadas no meio do mato (aproximadamente 20 famílias). Quem chega quase não percebe a primeira vista que ali moram pessoas.

As condições de vida destes pequenos proprietários são precaríssimas. A forma de produção deles retrata bem as suas condições de vida.

Não têm água. Já tentaram construir sisternas e poços para conseguirem água mas não deu certo. A água que usam é da chuva que fica estagnada no chão. Como a natureza do solo nos vales é argilosa, a água permanece estagnada nos lugares baixos. Desta água eles bebem, usam para cozinhar e lavar roupa. Em algumas localidades os animais existentes na roça também bebem da mesma água. Não têm meios para melhorar as suas condições de saúde e higiene. Por isso a taxa de mortalidade é grande.¹⁰⁵ Existe a esquistossomose, doença parasitária que mais se desenvolve e se difunde nas extensas áreas subdesenvolvidas, por existirem nelas condições de transmissão e por lhes falta

¹⁰⁵ Em Araçuaí a taxa de mortalidade é de 5,2 em cada mil habitantes, sendo que em alguns municípios, a taxa é maior, chegando a 10,2 em cada mil. (Ver quadro nº 7 em anexo).

rem meios para o seu combate e profilaxia. As águas estagnadas ou de baixa correnteza, com leito raso, lodoso ou rochoso, com vegetação enraizada ou flutuante mais próxima das margens, são o "habitat" do "schistosoma mansoni".

Como as casas são bem precárias, é também grande o número de pessoas portadoras da doença de chagas. Suas habitações não oferecem a menor segurança. Não existe qualquer infra-estrutura sanitária. Não têm sequer uma fossa. As casas são em grande número de taipa e sapê, com piso de terra batida, condição ideal para o alojamento do "barbeiro". Nessas casas ele encontra o abrigo da chuva, da umidade, do frio, além de ter alimento farto e constante, que é o "sangue humano".

A falta de saneamento básico, de educação sanitária e as condições de produção, somadas às condições naturais de transmissão, mantêm e faz expandir estas endemias sem falar nas consequências destas doenças no trabalho. Elas incapacitam uma considerável parte da população produtiva, principalmente na zona rural, onde é exigido dos trabalhadores rurais, um grande esforço físico.

Não possuem energia elétrica. Usam ainda a lamparina e o lampião de querosene. Os que têm mais "posse", como eles dizem, têm um lampião a gás, mas é a minoria.

A descrição da situação do Curuto é comum, em seus traços principais, a todas as localidades que visitei, independente dos produtores serem ou não proprietários.

É um povo muito unido, todos ajudando-se mutuamente. São muito católicos e quase todas as localidades têm uma capela onde o Padre celebra missa uma vez por mês. Nos demais domingos é feito um culto por pessoas preparadas pela igreja.

Embora vivam em casas espalhadas no meio do mato, têm uma vida social definida por suas práticas e nor-

mas habituais, como: a ajuda mútua, a solidariedade, o compadrio, a vizinhança, as festas religiosas e folclóricas. Não vivem isoladamente, muito pelo contrário.

As suas relações com a cidade se dão através do mercado para a venda e compra de produtos.

Interessante notar que no meio rural de Araçuaí, o traço comum que une todos os trabalhadores rurais, quer sejam proprietários ou não, são as suas formas de produzir e a pobreza, maior ou menor.

Mesmo assim, ainda há diversidade de situações. Por exemplo, há localidades onde a migração dos homens para outros Estados é bem maior. Gravatá é uma destas localidades, que visitei, e lá encontrei várias mulheres cujos maridos haviam ido para São Paulo trabalhar:

"...Nós moramos aqui no Gravatá. Temos terra própria. Não sabemos o tamanho exato... A minha tem meia quarta¹⁰⁶. Nossos mari-dos estão em São Paulo trabalhando prã conseguir um dinheirinho prã nós pudê tocar a roça. A situação aqui é muito difícil. Plantamos o milho, a manaíba e o feijão. O que planta não dá pro ano todo. Depende, tem ano que dá e ano que não dá." (mulheres de pequenos proprietários de Gravatá).

Segundo elas, (umas 10 senhoras) estavam tomando conta da roça e tocando o trabalho como podiam, pois seus maridos estavam em São Paulo no corte da cana, tentando conseguir algum dinheiro para não ter que vender a terra.

¹⁰⁶No Vale a medida de superfície é o alqueirão mineiro = 48.400m^2 ou 4,84ha; 1/4 do alqueire é igual 12.100m^2 ou 1,21ha. Assim sendo, meia quarta é igual a 0,605ha.

2.2 - Posseiros e "herdeiros"

No Vale, como em Araçuaí, existe ainda um importante número de posseiros, conforme dados já apresentados, quando falei sobre estrutura agrária.

Os dados, porém, não traduzem a realidade completa e, sim de uma forma um pouco distorcida, pois vários dos pequenos produtores que entrevistei, ao serem questionados se eram proprietários, responderam que sim, mas à medida que fomos conversando, acabavam informando que ainda não tinham o título de posse da terra. Outros, por serem herdeiros, ou futuros herdeiros, de posses de bens de seus pais, já se sentiam proprietários de terras mesmo sem o título. Assim, sempre respondem que são herdeiros de propriedades e não de posses, pois sentem que a terra é deles e como tal a representam.

No momento da pesquisa estavam preocupados em conseguir o título, que a Ruralminas ia oferecer de graça (informação deles), porque estavam com medo de serem expulsos.

A necessidade de um documento que prove a legalidade da posse da terra, em Araçuaí, começou a ser sentida quando, a partir de 1977, a Cia. Arqueana de Mineração recomeçou o trabalho de sondagem do subsolo e, a presença das reflorestadoras nas cidades vizinhas. Isto tem levado muita gente a querer ser dono das terras dos posseiros, para guardá-las como reserva, para especulação, pois sabem que as companhias de mineração e reflorestamento tem comprado terras. Existe também um boato espalhado na região, aliás de interesse das companhias, que elas tinham autorização do governo para entrar e pegar as terras sem documento. Assim, é que depois de vários anos trabalhando a mesma terra, os posseiros sentiram-se ameaçados no que têm de mais importante, que é a posse da terra, seu instrumento de trabalho. O medo de dizer que são posseiros, ou não têm documento é mais do que justificado, visto que são ameaçados de todas as formas, inclusive, com a ajuda da polícia. Acredito que por esta razão

isso, em nenhum momento da entrevista foi mencionada a palavra posseiro. Aliás, o fato de não terem ainda o título de posse da terra, não os faz pensar que não são proprietários. Todos diziam "somos proprietários" ou "herdeiros". Na verdade eles já ocupam as terras por vários anos e até por gerações. Só agora, ou seja a partir da década de 70, é que os "proprietários" sem documentos começaram a sentir a necessidade de lutar para conseguir a legalidade das terras. Para eles a terra é deles, que vivem nelas uma vida inteira, trabalhando com a sua família, para sobreviver. Eles a sentem sua.

Martins traduz muito bem a maneira de sentir do posseiro face a essas situações:

*"...A luta do posseiro põe em confronto o que é legítimo e o que é legal. Para ele, a sua situação de ocupante da terra, mesmo sem documento e sem direitos, sujeitos a despejo, é situação legítima, legitimada pela concepção de que a terra é destinada ao trabalho e à ocupação dos necessitados. Não legítima é a terra vazia ou, até mesmo ocupada indevidamente e improdutivamente com pastagens extensivas, de baixa produtividade. Mas, para o juiz, os tribunais, a polícia, o governo, a ocupação não é legal, está fora da lei. É nesse confronto que as lutas pela terra ganham a sua dimensão política. É uma luta que só se resolverá com um novo direito que consagre como legal aquilo que agora é apenas legítimo."*¹⁰⁷

A situação dos posseiros de Araçuaí, porém, tem um caráter um pouco diferente dos posseiros de outras áreas como a Amazônia em que a ocupação é mais recente e a expul

¹⁰⁷MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Op. cit., p. 95.

são é mais comum. Em Araçuaí, os posseiros já ocupam a terra por longos anos, o que torna o processo de expulsão muito mais dolorido, pois trata-se de arrancar as pessoas de suas casas, casas em que viveram toda uma vida.

Os posseiros, por terem no geral menos terra e viverem em maior insegurança, na sua estratégia de reprodução econômica devem combinar maior número de atividades. O depoimento que segue é ilustrativo disso:

"Sou proprietário, tenho 15ha. O INCRA veio medir a minha terra. Mas ainda não recebi o título não. Moro aqui há muito tempo. Eu planto: arroz, mandioca, algodão, feijão, milho, mamona e cana. De tudo um pouquinho. Faço tudo isto pra tirar o pão nosso de cada dia. Trabalho também de garimpeiro, oleiro e na lavoura. Pago camarada a dia quando tenho dinheiro. O terreno é muito bom, mas nem sempre dá. Quando tá nas crises e não chove, não dá. Este ano tou comprando tudo. Trabalho ainda pros outros a dia no garimpo." (posseiro - Gravatã).

Neste relato, é importante ressaltar que o garimpo é uma atividade exercida como fonte complementar de renda do pequeno produtor. Ele trabalha no garimpo de duas formas diferentes, como autônomo e como assalariado, parte de suas estratégias para sobreviver. O garimpo é uma atividade que propicia uma renda monetária, pois é uma atividade inteiramente mercantilizada.

Outro posseiro também fala de sua terra e seu trabalho:

"...sou proprietário. Tenho pouca terra. Não sei quanto. Estou esperando o título da terra. Planto milho e cana. A cana pra fazer cachaça pra vendê. O milho pro gasto. O Banco nunca me ajudou. O Banco é bom e é

ruim, assim: empresta rindo e recebe com raiva. Se a gente toma dinheiro prã plantã, a lavoura não dá e prã pagã, o Banco vai tomar o pedacinho de terra da gente."
(posseiro - Gravatã).

Com estes depoimentos, fica claro que para o posseiro sobreviver, tem que diversificar os seus trabalhos. Fica confirmado, também, que eles percebem a terra em que vivem como sendo sua, embora tenham que lutar muito para garantir isto.

Quando o posseiro é um "herdeiro", a situação a apresenta características diferentes das que já vimos. Muitos deles já receberam a herança. Trata-se de casos em que o acesso à posse da terra não se deu pela ocupação de áreas "livres", nem pela compra do "direito", mas pela herança da posse da família. Outros, são herdeiros sem a posse efetiva. Vivem e trabalham na futura posse juntamente com os pais.

Os "herdeiros" vivem, também, da conjugação de diferentes atividades, visto que as áreas das terras já são pequenas e têm que dividir mais ainda para todos os "herdeiros". A divisão da posse se dá mais em função das roças de cada um do que da área propriamente dita. O depoimento a seguir dá uma idéia do parcelamento que acontece nesta situação:

"Tenho terra própria, herança minha. São 37ha. Tenho 14 filhos. 9 filhos moram aqui na roça e cada um planta um pedaço prã si. Planto milho, arroz e mandioca. Produzo só prã o consumo. Tenho uma tenda para fari - nha e vendo no mercado. Vendo também manga prã ajudã, de Cr\$7.000 a Cr\$8.000 o milheiro (1983). Não tem água, busco no rio Jequitinhonha." (Posseiro "herdeiro" - Barra Bariguda).

Estes outros relatos também mostram o parcelamento da terra:

"Planto na terra do pai, as mesmas coisas que ele. É tudo em família, só que a produção não dá pra gente viver. Trabalho por dia em outros lugares pra ajudar. Trabalho também como pedreiro". ("herdeiro" da Barra da Barriguda).

"Trabalho na terra do meu pai. Planto a minha roça com manaíba, feijão e arroz. Muitas vezes o que planto não dá por causa da seca. Este ano estamos comprando tudo. Só não compro a farinha. Trabalho a dia pra outras pessoas na roça mesmo." (posseiro do Curuto).

As situações se repetem. A terra é pouca e ainda tem que ser dividida, mas é melhor do que nada. É o que disseram, pois sempre é possível conseguir alguma coisa.

Pode-se perceber que a produção não é suficiente para atender às necessidades de cada família, principalmente por causa do parcelamento, que diminui ainda mais a área. Por isso, estes posseiros também conjugam várias atividades, inclusive o trabalho assalariado por dia, na agricultura e em outras atividades, como a de pedreiro.

Uma coisa é comum em todas as situações: a necessidade que têm de se virar para sobreviver.

A situação destes camponeses que moram em suas terras ou que será sua herança um dia, lhes dá maior segurança em relação aos outros (parceiros, arrendatários) em que esta possibilidade é mais remota. Esta certeza ou esperança de conseguir a terra que já trabalhou, dá a esses trabalhadores uma sensação de liberdade e de poder dispor do seu tempo como quiserem. Se quiserem trabalhar fora hoje, trabalham. Se não, não trabalham. Já com os que não

têm terra e nem possibilidades imediatas de conseguir, não podem perder sequer um dia de trabalho. Cada dia é importante, pois não têm certeza do amanhã, se vão poder continuar ou procurar outro lugar para o eterno recomeçar.

Nenhum destes pequenos produtores (arrendatários, parceiros, posseiros, pequenos proprietários) usam corretivos do solo, adubos, não têm irrigação, ficam dependendo da chuva para fazer a terra produzir. Mesmo assim, tem que se levar em conta que a terra é usada continuamente, o que prejudica a produção. O que sobra, ou seja, o excedente de suas produções levam à cidade para vender na feira, que em Araçuaí acontece duas vezes por semana.

Por causa das secas, o que mais produz é a mandioca, com a qual fazem a farinha. Este é um produto que todos têm, e como consequência nunca conseguem um bom preço por elas.

Um posseiro disse o seguinte:

"...todos os produtos sobe de preço. Como nós todos temos farinha, faz tempo que ela custa a mesma coisa. É o preço mais baixo. Agora o que a gente tem que comprar sempre está subindo". (posseiro do Curuto).

Em 1983, com recursos do PRODEVALE, foram instaladas em 3 localidades, tendas de fazer farinha de mandioca, para a exploração coletiva dos pequenos produtores em Araçuaí. A mandioca é a cultura que mais se adapta ao clima da região. O objetivo era terminar com a intermediação na produção da farinha, alimento básico da região.

Acontece que não existe nenhuma cooperativa e nenhuma forma de levar este produto para ser comercializado para outros municípios, pois o pequeno produtor não dispõe de um meio de transporte adequado, ou seja um carro.

Para ir à cidade, alguns vêm à cavalo, outros

vêm caminhando, carregando a sua carga. Por isso vendem a quem quiser comprar no mercado local, pelo preço que for oferecido. Muitas vezes, segundo eles, o que apuram com a venda de seus produtos não é suficiente para comprar as coisas que necessitam, inclusive a semente para o plantio, uma vez que o que colhem nem sempre dá para a despesa.

Todos percebem que por causa exatamente de suas precárias condições de produção e de sua subordinação nas relações de mercado, dificilmente terão possibilidades de melhorar. É a vida moldando os trabalhadores rurais, fazendo-os sentirem-se fracos, aceitando a sua subordinação econômica e incapazes de mudar a ordem das coisas.

2.3 - Parceiros

Os parceiros têm as suas atividades básicas fundadas no trabalho familiar. Dependem do fazendeiro para ter acesso à terra. Acesso este, que está cada vez mais difícil, pois hoje os fazendeiros não querem mais admitir a presença destes trabalhadores em suas terras, alegando que com o Estatuto do Trabalhador Rural, eles ficam prejudicados.

Assim, quando estes trabalhadores conseguem a terra para plantar, têm que aceitar todas as condições impostas pelo fazendeiro. Uma das situações em que o fazendeiro entrega a terra a alguns destes camponeses, é quando ele precisa limpar ou aumentar os pastos. Neste caso, o camponês recebe a terra, desmata, prepara o solo e planta.

Logo após a colheita, o terreno deve ser devolvido com o capim plantado, para formar o pasto. Em função do capim, alguns cultivos são proibidos por terem o seu ciclo maior, o que iria prejudicar os pastos como este caso:

"...eu planto o milho, o feijão e o arroz; a mandioca não pode porque demora mais pra colher e tem que plantar o pasto..." (parceiro - Gravatã).

As formas de parceria variam dependendo da situação. Quando o parceiro recebe uma área da fazenda, que nunca foi trabalhada, e que as dificuldades são maiores, alguns fazendeiros dispensam o pagamento em produto, exigindo apenas o capim. Se a terra é virgem, o parceiro precisa fazer a derrubada da mata, para depois limpar e só então plantar. O fazendeiro neste caso economizou o trabalho de derrubada, de limpa e plantio do capim. Quando a entrega da terra para parceria não está diretamente ligada ao aumento ou limpa de pastos naquele momento, as condições do fazendeiro são maiores. Neste caso ele define qual parte do terreno será cedido, tamanho da área, tipos de cultivos permitidos, período que poderão ficar no terreno, formas de divisão da produção e as condições em que deverá estar a terra na época da devolução.

As formas mais comuns são a "meia" e a "terça", que são definidas a partir do combinado sobre o que o fazendeiro vai ou não fornecer e sobre o estado da terra.

Configura-se aí uma forte relação de dependência dos parceiros, que precisam da terra para plantar, e ficam sujeitos à vontade dos fazendeiros. Para o fazendeiro é sempre vantagem ter este tipo de trabalhador em suas fazendas. É interessante notar que os parceiros falam das dificuldades do trabalho e quando perguntados se não achavam que estavam sendo explorados, disseram que não, pois como não têm terra tem que aceitar o que o fazendeiro quiser. Devido às grandes dificuldades que enfrentam, e o pouco que conseguem em suas roças em parceria esses trabalhadores obrigam-se a lançar mão de outras formas de trabalho, como a empreitada e o trabalho a dia, para completar a sua renda.

Vejamos o depoimento seguinte, que nos mostra como são conjugadas as atividades:

"...não tenho terra e trabalho a meia na terra de um fazendeiro, e tenho que deixar o capim quando acaba a colheita. No período entre o plantio e a colheita, eu trabalho de empreitada ou à dia..." (posseiro de Curuto).

É que para sobreviver, também o parceiro tem que se virar como puder, pois só a roça não é suficiente para fornecer a renda mínima indispensável à sua reprodução familiar. Embora, segundo eles a diária é uma "tutaméia"¹⁰⁸, não dá para quase nada.

2.4 - Arrendatários

Os arrendatários, diferentemente dos parceiros, são os que têm melhores condições econômicas e mesmo sem terra própria, podem pagar a renda em dinheiro. Porém, encontrei entre os pequenos proprietários alguns que também necessitam arrendar mais um pedaço de terra para completar a sua.

Os arrendatários também têm que associar várias atividades, para garantir o sustento da família. Este depoimento dá uma visão das virações desta família para so - breviver:

"...não tenho terra, moro na terra do avô, mas é bem pequeno. Planto milho e feijão, mas só colhi milho este ano. (1983). Tudo mais é comprado. Arrendo um pedaço de terra prá plantá a manaíba (mandioca) e fazê fari

¹⁰⁸No dicionário a palavra aparece escrita assim: Tuta-e-méia, porém, o significado é o mesmo empregado na região ou seja: ninharia, quase nada, preço mil, pouco dinheiro.

nha. Trabalho sô com a família, tenho 6 filhos, e quando tenho necessidade troco dia. Prã plantã eu roço, queimo e planto usando a enxada e a foice. Para ajudã nas despesas ainda trabalho a dia e vendo lenha que é o que mais garante o sustento..." (arrendatário Curuto).

E, mesmo com todas estas atividades ele disse que está sendo difícil viver, pois as secas são muitas e o que plantam não dá. Muitas vezes não têm dinheiro para comprar a semente, pois o pouco que colhem, eles comem e ainda vendem, mesmo não sendo excedente, para comprar outras coisas mais necessárias.

Este outro também conjuga atividades para sobreviver:

"...não tenho terra. Arrendo um pedaço de terra onde trabalho com minha família, e para completar trabalho a dia para os grandes fazendeiros. Plantio o milho, o feijão, o arroz de sequeiro e a manaíba que é a mais segura de dá. O que planto é para despesa. Vendo também as mangas (frutas) do quintal para conseguir mais um dinheirinho. A terra é boa se chovê dá..." (arrendatário Gravatã).

Bem, as situações se repetem. É quase a mesma coisa o que todos falam. As mesmas dificuldades, as mesmas virações para sobreviver. Entre as várias entrevistas que fiz, não encontrei nenhum que não precisasse trabalhar em outras atividades para completar a renda da casa. Quando não é o pai que sai, são os filhos, para trabalhar como assalariados.

2.5 - Assalariados

Embora haja trabalhadores assalariados totalmente desprovidos de terra, em Araçuaí eles não são muitos, como acontece nos municípios em que o reflorestamento já foi implantado. A maioria dos que existem trabalham na companhia Arqueana e não estão ligados à agricultura. Os outros, em número bem menor, trabalham sobretudo na pecuária.

O vaqueiro é um trabalhador assalariado permanente e que surgiu em função de modificações na pecuária. Os fazendeiros ao contratar o vaqueiro, não se preocupam em atender os dispositivos legais, pagam o que querem e como querem, mesmo que assinem a carteira. É o que denuncia uma funcionária do sindicato:

"...nenhum fazendeiro paga diária correspondente ao salário mínimo. É uma raridade acontecer. Tem fazendeiro que assina a carteira do vaqueiro só pra constar, mas não paga..."

Mas não é só o vaqueiro que é usado na pecuária, existem outros trabalhadores temporários. De fato, é sobretudo o caráter do trabalho temporário que interessa analisar, pois é o mais comum entre os trabalhadores rurais. A maior oferta de trabalhos temporários na pecuária se deu também, em razão das mudanças ocorridas nas relações de agregado que existia nas fazendas. Em Araçuaí, a figura do agregado é muito antiga, embora quase não exista mais nas fazendas, pois o processo de expulsão tem-se intensificado.

Segundo informações do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araçuaí, uma das razões para a expulsão dos agregados é o medo que os fazendeiros têm da legislação ser aplicada, pois o agregado pode ser caracterizado como trabalhador assalariado. Do outro lado, uma maior especialização em pecuária extensiva das fazendas reduz a necessidade de mão-de-obra permanente e aumenta a sazonalidade do

trabalho, que pode ser suprida pela abundante oferta de trabalhadores temporários.

A expulsão dos agregados das fazendas em Araçuaí, conforme informações, acontece das mais variadas formas e todas bem camufladas, pois os fazendeiros não querem pagar o que devem a eles, de acordo com o que determina a lei. Com estas manobras os fazendeiros conseguem que os agregados saiam de suas terras sem ter que desembolsar um só tostão. Veja o depoimento de um ex-agregado:

"...não fomo mandado embora não. O fazendeiro primeiro proibiu a gente de plantã, depois de cortã lenha, de criã animais, nem galinha. Nós sô podia morar na casa. Assim, a gente teve que mudã. Porque prã morar na roça sem terra num dã. Não tem terra prã trabalhã, não tive condição de ficar na roça..."

Outra forma usada para expulsar, conforme informações, é a venda da fazenda. O novo proprietário, que pode ser da mesma família do dono, diz que não comprou a fazenda com os agregados. Assim, as formas vão variando e a expulsão acontecendo sem que o trabalhador recorra à justiça ou ao sindicato para exigir os seus direitos. Para todos os efeitos os agregados saíram "espontaneamente".

Alguns dos ex-agregados conseguem ficar à meia em outros lugares, ou trabalhar em regime de assalariamento na região. Outros fazem parte dos que saem do Vale em busca de emprego, engrossando o êxodo rural.

Estas formas de mudanças na pecuária revelam como o capital vem se alastrando, aprofundando e completando as formas de expropriação e expulsão dos trabalhadores rurais.

A incorporação do trabalhador assalariado temporário pelos fazendeiros pode se dar por empreitada ou

trabalho a dia e está condicionado à época em que se faz a limpa das mangas¹⁰⁹ nas fazendas ou ao aumento das pastagens.

A situação é muito boa para o fazendeiro que facilmente pode burlar os encargos estabelecidos pela legislação trabalhista. Esta forma de contrato, mais uma vez, vem prejudicar os trabalhadores que se vêm privados dos benefícios sociais a que têm direito. Segundo denúncia do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçuaí, os fazendeiros nunca pagam as diárias conforme o salário mínimo e sim, bem abaixo dele.

Ao saber desta informação sobre o valor da diária, perguntei a um trabalhador diarista por que aceitavam esta situação a resposta foi a seguinte:

"...tem muita gente sem emprego aqui. Se eu não pegá, outro pega e eu tenho uma família pra criã."

Este depoimento mostra-nos a dificuldade que os trabalhadores rurais têm para discutir ou não aceitar o preço oferecido pelos fazendeiros, que se aproveitam da abundância de mão-de-obra para manter a situação econômica destes trabalhadores sempre precária.

Vê-se que os trabalhadores temporários são super explorados. Isto contribui para piorar cada vez mais as suas condições de vida. A diária, como foi dito, não é suficiente para a sua reprodução. As consequências são que muitas vezes os trabalhadores rurais não têm condições físicas de sair para o trabalho. Esta situação leva a um círculo vicioso: se não trabalham não ganham e não comem e se não comem não trabalham. Esta situação só é possível

¹⁰⁹ "Mangas" é um termo regional usado para designar partes dos pastos que são cercados, com o objetivo de separar os animais; como as vacas dos bezerros, os animais de cargas, as novilhas, etc.

vel porque os trabalhadores combinam o trabalho assalariado com o trabalho em regime familiar nas lavouras em suas terras - próprias, de posse ou herdadas - ou em terras de outros, como parceiros ou arrendatários.

Interessante notar que entre as estratégias de reprodução dos trabalhadores rurais há também uma pequena produção artesanal. Esta atividade ganhou nova dimensão após a criação da Associação dos Artesãos. Abriram uma cooperativa para a comercialização de seus produtos. São famosos os trabalhos de artesanato de Araçuaí. Eles vendem os trabalhos na loja da cooperativa, aos turistas que aparecem e, ainda, levam às feiras nas cidades vizinhas. Esta atividade tem sido o complemento da renda familiar, em alguns casos e, em outros passou a ser o único rendimento monetário da família.

A análise da inserção dos trabalhadores rurais na produção e das suas estratégias de sobrevivência nos mostra as suas péssimas condições de trabalho e vida. Esta situação tem por trás, como sua determinante, o próprio modo de desenvolvimento que, ao mesmo tempo, integra o Vale na expansão capitalista e mantém, aprofundando a exclusão econômica de grande parte de sua população. As estratégias econômicas dos trabalhadores rurais, analisadas neste capítulo, são reações à forma específica de concretização deste desenvolvimento em Araçuaí.

A partir das relações econômicas de que fazem parte e de seus modos de vida, fica mais fácil entender a participação social e política, bem como a educação dos trabalhadores rurais.

CAPÍTULO V

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO

O processo de organização dos trabalhadores rurais de Araçuaí será melhor entendido a partir da visão geral do quadro mais específico das composições de forças e relações dominantes lá existentes. Araçuaí é um município onde, com base no latifúndio pecuário, os fazendeiros detêm grande poder não só econômico como também político. Por controlarem grandes áreas de terra, eles subordinam os trabalhadores rurais a seus interesses.

Os trabalhadores rurais, por sua vez, sentem-se fracos diante dos fazendeiros, chegando mesmo a se sentirem devedores deles.

Politicamente, os fazendeiros têm um poder quase inconteste. Muitos deles, são descendentes dos antigos "Coronéis" de Araçuaí e controlam a política local quase como antigamente. Só que eles, hoje, moram na cidade e vão às fazendas nos fins de semana. Influem na política local, lançando os candidatos para prefeito, têm os seus deputados, não só a nível estadual como federal, o que aumenta a sua área de interferência. Estes deputados, acabam sendo os seus representantes. As nomeações para Delegado, Juiz, Diretores de Escolas são feitas após ouvir os políticos majoritários da localidade. Assim, os fazendeiros acabam indicando, permitindo ou não determinadas nomeações. Mesmo concordando com as nomeações, se por acaso, não ficarem satisfeitos com os trabalhos deles, pedem a sua exoneração ou transferência.

Este quadro existente em Araçuaí assemelha-se muito ao do Vale como um todo, onde as antigas forças políticas dominantes continuam existindo, o que faz com que a sociedade seja mais conservadora. Os fazendeiros, ainda hoje, devido à dependência que os trabalhadores rurais têm em relação a eles, conseguem ter

muitos dos votos de cabrestos que existiam antes.

Não posso deixar de mencionar também a presença da Igreja em Araçuaí, que é da ala mais avançada e faz um trabalho bem significativo através das comunidades eclesiais de base e da pastoral da terra.

A organização dos trabalhadores rurais é uma tentativa de fazer frente à sua cidadania condicionada pela estrutura fundiária do município e pelo poder que ela implica. São gerações inteiras de trabalhadores rurais que vêm sendo dominados, o que torna mais difícil ainda tomar uma posição de confronto junto aos fazendeiros, e mesmo às companhias de mineração. É nesse contexto que devem ser vistas as tentativas de organização dos trabalhadores rurais, quer seja em associações, sindicatos ou mesmo em partido.

Num período recente não se registram conflitos de massa abertos em Araçuaí. A situação é tensa e há mobilizações no sentido de retomar e criar novas organizações.

1. Sindicato dos Trabalhadores Rurais

1.1 - Origem

Em Araçuaí existe um Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com 6.672 sindicalizados¹¹⁰, cuja origem remonta aos anos 60.

Este período caracteriza-se por intensas lutas e pela emergência dos setores populares no cenário político. No campo, as lutas recrudesce em torno da reforma agrária, tornando-a uma questão nacional. Há uma crise do bloco hegemônico e um processo de reordenamento de várias forças

¹¹⁰Dado fornecido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, de Araçuaí, em outubro de 1983.

políticas. As ligas camponesas, o PCB e a Igreja disputavam a hegemonia na organização dos camponeses e trabalhadores rurais.¹¹¹ Cada uma dessas forças tinha propostas próprias de enfrentamento da reforma agrária. O PCB disputava com a Igreja a fundação dos sindicatos dos trabalhadores rurais num primeiro momento, e depois o reconhecimento dos mesmos junto ao Ministério do Trabalho.

Segundo Martins, para a Igreja, só a fixação do homem à terra poderia conter o êxodo e a proletarização. Transformar os trabalhadores rurais em pequenos proprietários seria a única forma de salvá-los do comunismo. As propostas portanto, de reforma agrária saídas dessas interpretações, são muito mais, no sentido de criar uma classe de camponeses que impedisse a entrada do comunismo no país.

No Vale do Jequitinhonha, também, existiam alguns movimentos dos trabalhadores rurais, como é o caso de Malacacheta.

Em Araçuaí, à época, estava um bispo da ala progressista, Dom José Maria Pires. Além das propostas formuladas por setores da Igreja em nível nacional, o bispo era muito preocupado com as condições de vida do homem do campo no Vale. Sugeriu, por isso, a criação de uma cooperativa para os trabalhadores rurais. As cooperativas eram vistas pela Igreja como uma das formas eficazes para enfrentar a questão agrária.

Pelas informações obtidas, através de entrevistas, a proposta de criação da cooperativa em Araçuaí era armazenar os produtos excedentes colhidos nas roças, para depois conseguir comercializá-los. Na visão das pessoas que trabalhavam juntos com a Igreja local, os pequenos produtores, ao trazerem seus produtos para a cidade, não con-

¹¹¹A este respeito ver MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981 e MEDEIROS, Leonilde Servollo de. *A questão da reforma agrária no Brasil - 1955-1964*. São Paulo; USP, 1983. (Dissertação de Mestrado).

seguiram impor os seus preços aos compradores. Pelo contrário, eram eles que definiam os preços, explorando ao máximo os trabalhadores rurais. A cooperativa foi criada em 1960 tendo como preocupação básica a organização dos pequenos produtores para a comercialização dos seus produtos.

Após 1964, com a mudança na conjuntura nacional, ainda conforme depoimentos, a Igreja observou que só a cooperativa não poderia resolver problemas mais graves que existiam para os trabalhadores rurais como: a expropriação, a expulsão, a exploração de sua força de trabalho. Foi, então, que começou o trabalho para transformar a cooperativa em sindicato, aproveitando os associados que já existiam. Foram quatro anos de luta e, em 1968, conseguiu-se o reconhecimento do sindicato, com a orientação da Igreja e o apoio da FETAEMG.

O sindicato funcionou em seus primeiros anos sob a orientação da Igreja, que via nele não só um órgão de representação, reivindicação e defesa, mas também de promoção social dos trabalhadores rurais.

Não é fácil para os trabalhadores rurais de Araçuaí se organizarem para defender seus interesses. Uma agente da Igreja disse que nos primeiros tempos o sindicato funcionava muito bem, e que procurava orientar os trabalhadores. Na ótica dela, houve uma mudança na forma de atendimento e no encaminhamento da ação sindical, quando a Igreja deixou de orientá-lo:

"...O sindicato naquela época passou a funcionar plenamente. A partir daí no 1º domingo de cada mês havia missa para os lavradores e depois havia reunião no salão da Igreja. Nestas reuniões davam orientações sobre o sindicato e alertavam os associados para trazerem os outros trabalhadores para o sindicato, mostrando a importância de ser sindicalizado. Quando a Igreja orientava da

va orientações sobre os direitos do trabalhador rural, havia palestra, olhavam o lazer. Desfilavam no 7 de setembro. Nesta época o pessoal ficava mais no sindicato havia mais confiança, amizade e liberdade. Hoje as orientações são mais em favor de grande fazendeiro, chegando muitas vezes a ameaçar o trabalhador rural." (entrevista realizada em 1983 com agente pastoral).

A parte final deste depoimento, em que se comenta que o sindicato passa a atuar em favor do grande fazendeiro, tem que ser relativizada. Pelo que pude perceber existem opiniões divergentes a respeito da atuação do sindicato, dependendo da ótica de cada parte. Na verdade, o sindicato como representante dos trabalhadores rurais ainda é fraco.

1.2 - Limitações político-institucionais e perspectiva

A política do governo em relação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi a de manter o seu atrelamento ao Ministério do Trabalho (desde 1963). Mais tarde, com a criação do FUNRURAL, aprofundou este atrelamento. Esta política veio esvaziar os sindicatos de Trabalhadores Rurais de sua função de defender e representar os trabalhadores, em favor de uma função assistencialista. Esta situação desviou os sindicatos da sua função e, pela falta de dinamismo, favoreceu a permanência de diretorias "pelegas". Além disso, para dar a assistência social, os sindicatos passaram a depender de verbas e de favores políticos.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçuaí sofreu essas influências, com o seguinte agravante: a estrutura política local e o poder dos fazendeiros.

Um ex-agregado afirma que o sindicato não representa os trabalhadores rurais e que fica ao lado do rico:

"...o sindicato ainda é pelego. O sindicato foi prã o rico. O pobre fala a verdade o rico vem com a mentira e cobre a verdade que o pobre falou e o sindicato aceita. Ele não promove nenhum curso prã orientã o trabalhador quanto a seus direito. O sindicato precisa educã os associados."

Segundo este agregado, quando ele foi expulso da terra, procurou o sindicato para que ele defendesse os seus interesses e não conseguiu nada. A diretoria acabou concordando com as justificativas do fazendeiro.

Realmente, em certos momentos, os fazendeiros exercem pressão junto à direção do sindicato, quando este propõe encaminhar a causa à justiça, propondo que seja feito um acordo. E, alguns trabalhadores rurais acabam preferindo fazer o acordo, pois temem que se entrarem na justiça acabam, não só perdendo a causa, como também o pouco que receberiam se fosse feito o acordo. Lógico que a importância que recebem é sempre inferior ao que têm direito, mas segundo eles é melhor do que ficar sem nada.

Um agente da Igreja diz também que o sindicato de Araçuaí não está a serviço do trabalhador rural e sim do fazendeiro:

"...o sindicato em Araçuaí está a serviço do grande e não do trabalhador. Sô atua pa-ra o trabalhador na assistência médica e dentária. Esta, arrancando dentes e aquela dando receitas sem nem olhar direito o dente."

No entanto, uma funcionária do sindicato diz que os fazendeiros procuram persuadir os trabalhadores rurais para não se sindicalizarem; o que esvazia um pouco a afirmativa anterior.

"...Os fazendeiros não deixam os trabalhadores rurais sindicalizar orientando a eles

que o sindicato não é bom é barra pesada. Que a assistência médica pelo FUNRAL é direito do trabalhador independente de ser ou não sindicalizado. Assim, muitos desistem do sindicato pois precisam do emprego e agente não consegue convencê-los a ficar no sindicato, o que torna o nosso trabalho mais difícil."

Este depoimento levou-me a perceber, que a interferência dos fazendeiros nos sindicatos não é total; caso contrário, não haveria necessidade de tentar impedir que os trabalhadores se sindicalizem. Conforme alguns depoimentos o sindicato nem sempre deixou de exercer suas funções por ser dominado, mas por falta de competência do pessoal da diretoria.

A partir de 1980, a Igreja volta a se preocupar novamente com o sindicato e propõe a realização de um trabalho conjunto. O país passou por uma mudança conjuntural, há maior abertura, um processo de redemocratização, e a Igreja por parte de alguns de seus setores mais progressistas propõe fazer um trabalho mais voltado aos trabalhadores rurais. Neste momento, também em Araçuaí, o bispo é da linha progressista e faz o seu plano de Pastoral 1983-1985 voltado para dar assistência aos trabalhadores rurais. Conta para isto com o trabalho das Ceb's e CPT. Para a Igreja é importante que o sindicato recupere o seu espaço e cumpra as funções junto aos trabalhadores rurais. Por isso, ela tem levado o pessoal do sindicato a participar de todos os eventos, encontros, congressos que envolvam os trabalhadores rurais. Juntamente com o pessoal do sindicato, vão também representantes das Ceb's, CPT. Segundo informações do pessoal da Igreja, ao levar os trabalhadores rurais a participar dos acontecimentos fora de sua localidade, o objetivo é, de um lado, ajudá-los a entender que não estão sozinhos e que em muitos outros locais do Estado e do Brasil estão acontecendo as mesmas

expulsões e expropriações, mesmo que de forma diferente. O outro, é para sentirem a importância de se unirem e se organizarem como classe, para terem força e fazer valer os seus direitos.

O fato da Igreja voltar a trabalhar junto do Sindicato parece que está incomodando os fazendeiros. É o que se pode constatar deste depoimento:

"...O fazendeiro não tem utilizado mão-de-obra de pessoas sindicalizadas e, principalmente de quem procura a Igreja..." (Assistente social da Igreja).

Esta postura dos fazendeiros, em não aceitar para trabalhar o sindicalizado e ou os que procuram a Igreja, tem sido uma arma muito forte de pressão contra os trabalhadores rurais. Os empregos em Araçuaí já são bem poucos e as fazendas ainda têm sido, mesmo temporariamente, um local de trabalho. Muitos trabalhadores têm desistido do sindicato em função do trabalho. Uns passam a procurá-lo apenas para o atendimento médico, enquanto que outros ainda não o conhecem. É o que ficou evidenciado com os seguintes comentários:

"...sou sindicalizado. O sindicato ajuda a gente quando precisa tratã." (pequeno produtor-Curuto).

"...Eu sou do sindicato e gosto muito. Ele dá assistência médica." (pequeno produtor-Barra da Barriguda).

"...O sindicato é bom e favorece o tratamento e dá guia pro hospital." (pequeno produtor - Gravatã).

"...não sou do sindicato. Não conheço o sindicato." (pequeno produtor-Curuto).

"...não sou do sindicato. Não sei prã que serve o sindicato. Nunca ouvi falã." (pe - queno produtor - Gravatã).

Estes depoimentos mostram que o sindicato ainda tem muito que crescer, e que os trabalhadores rurais precisam trabalhar muito para torná-lo um sindicato autêntico.

Pode-se perceber, no entanto, pelos vários depoimentos que não é fácil para os trabalhadores se organizarem.

A sua condição de subordinados, bem como a falta de outras opções de emprego no local, dificulta a sua organização para defenderem seus interesses. Embora existam algumas lideranças entre os trabalhadores rurais, que estão procurando tornar viável o trabalho do sindicato.

2. Sindicato Regional dos Garimpeiros de Araçuaí

Em Araçuaí existe também um Sindicato Regional dos Garimpeiros. Ao procurar analisar este sindicato, o meu objetivo era verificar mais uma forma de organização dos trabalhadores rurais, visto que em Araçuaí, alguns conjugam o trabalho das lavouras com o garimpo. E, era interessante ver que importância tinha este sindicato para eles, e como os representavam.

Bem, para começar, este sindicato tem uma estrutura bem diferente da dos trabalhadores rurais. Ele é um sindicato regional, abrangendo vários municípios além de Araçuaí. Foi criado em 1972 e tem a sua sede no Rio de Janeiro.

Pelo que pude deduzir das informações dadas pelo secretário do sindicato, e que não foram muito esclarecedoras, é que o mesmo deve ter sido fundado por algum

grupo com o objetivo de controlar a produção e comercialização de pedras preciosas nesta parte do Vale. A existência deste sindicato justifica-se por existirem na região muitas lavras. O número de garimpeiros sindicalizados é de apenas 677 (em 1983), visto que este sindicato visa especificamente os garimpeiros que vivem exclusivamente do garimpo e não aqueles que conjugam as atividades de garimpo com a lavoura, como complemento de suas rendas. Eles, segundo o mesmo secretário, deveriam fazer parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Disse também, que o pequeno número de sindicalizados deve-se ao fato da maioria dos garimpeiros de Araçuaí e da região serem clandestinos.

Pareceu-me pois, que o sindicato tem como objetivo principal a comercialização das pedras preciosas e não atender prioritariamente ao pequeno garimpeiro. Embora, ao defender o direito do garimpeiro em Araçuaí e na região, conforme carta do Delegado Regional do Sindicato ao Governo mineiro, já mencionada anteriormente, a defesa é principalmente dos interesses do sindicato.. Enquanto existem os pequenos garimpeiros autônomos, o grupo do sindicato tem a matéria prima, as pedras preciosas e semi-preciosas, oferecida quase de graça. Essas pedras depois de trabalhadas, lapidadas, são comercializadas e inclusive exportadas pelo Sindicato. Conforme o Delegado do Sindicato, as pedras de Araçuaí são de ótima qualidade, já reconhecidas internacionalmente.

Foram mencionados ainda, alguns trabalhos desenvolvidos pela direção do Sindicato junto aos garimpeiros como:

"...orientamos os garimpeiros na venda de pedras, mas nem sempre eles atendem, embora a maioria já esteja mais consciente. No entanto, o atravessador está atrapalhando o serviço do sindicato, ficando o garimpeiro prejudicado. A maioria dos garimpeiros são clandestinos e por isso não procuram o sindicato

to e não conseguem chegar até ao exportador. Muitos dos garimpeiros são pistoleiros perigosos, e ex-presos. Eles usam a picareta, a pá, bateia, alavanca, peneira e enxada para trabalhar. Tenho conseguido fazer com que eles tomem mais cuidado no trabalho para evitar acidentes, como também mostrar o perigo de bebidas alcoólicas e armas nas minas, que só causam problemas. Muitos garimpeiros conjugam o garimpo com a agricultura, por isso sindicalizam no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pois só há pouco tempo foi estendido ao garimpeiro a assistência pelo FUNRURAL.

Parece que uma das preocupações do sindicato é com o atravessador, que acaba sendo um concorrente do grupo que está por trás do sindicato. O mesmo Delegado ainda informou que um dos motivos para a grande presença do atravessador na região, é a falta de fiscalização do governo, visto que até o posto da receita federal de Araguaí foi desativado. Quem sai ganhando são os atravessadores que vendem as pedras por grandes fortunas, e não o pequeno garimpeiro.

Bem, como as localidades que visitei não eram da área de mineração, e que aliás não era a minha preocupação, só encontrei um pequeno produtor que disse ser do sindicato dos garimpeiros:

"...sou do sindicato dos garimpeiros. O sindicato ajuda na doença. Trabalho para outros no garimpo. O sindicato também atua junto dos patrões pra resolver problemas de pagamento..." (pequeno produtor-Gravatã)

Este depoimento mostra que quando necessário o sindicato interfere em favor dos garimpeiros.

Mas, no quadro geral, o que pude deduzir foi que este sindicato é uma organização que não tem muito a ver com os trabalhadores rurais. Para estes, ele pouco significa. O sindicato existe muito mais em função da comercialização e visa o garimpeiro autônomo que se dedica exclusivamente, ao garimpo e não apenas como uma atividade complementar de suas roças, como é o caso dos pequenos produtores.

3. Participação Política

3.1 - Rupturas na organização política tradicional

A organização política própria dos trabalhadores rurais de Araçuaí é iniciativa de alguns líderes mais ligados ao trabalho da Igreja. Aproveitando a conjuntura política nacional, o clima de redemocratização, eles vi-ram que uma alternativa de participação política no município seria através de um partido que fosse criado por eles e que realmente os representassem. Este partido, seria o instrumento através do qual poderiam travar uma disputa mais clara com os grupos dominantes. Viam nele a possibilidade de ter vez e voto e começar a questionar os partidos dos "grandes" que sempre mandaram em Araçuaí. Os partidos políticos existentes são muito fechados, pertencendo a dois grupos dominantes onde os trabalhadores rurais não tinham a oportunidade de participar a não ser dando o seu voto a quem os fazendeiros indicassem.

Poel em um depoimento explica o que significa esta iniciativa dos trabalhadores no quadro político de Araçuaí:

"...A política, em Araçuaí, toda vida foi brigas entre dois grupos de elite, que faziam os pobres brigarem entre si a favor deles. Mas agora eu vi, pela primeira vez, além desta já folclórica luta tradicional, fortíssima e que ocupava todo o cenário po

lítico lá, vi um pequeno grupo de gente que não conseguiu eleger um vereador, infelizmente, por que isso é duro prá eles e faltou mais organização, mas vi um grupinho pequeno, do povo escolher candidatos próprios. ... é o povo que se liberta da opressão porque o sistema de política, que faz os pobres brigarem entre si é horróroso!...¹¹²

A importância dessa organização não está, especificamente, no partido em si, mas principalmente nas articulações que foram feitas, entre os trabalhadores rurais, a associação dos artesãos, o grupo de lavadeiras, Irmandade do Rosário e o Coral Trovadores do Vale para juntos lutarem por uma nova alternativa de participação.

Por trás destas associações, está todo um trabalho da Igreja que vem se empenhando em ajudar os trabalhadores rurais a se organizarem, através do trabalho das comunidades eclesiais de base, da pastoral da terra, de cursos, encontros etc. A Igreja tem se empenhado também para que estes trabalhadores participem dos vários movimentos populares não só em Araçuaí, mas também fora.

3.2 - Organização do PT

Para mostrar como surgiu a idéia da organização do partido político dos trabalhadores rurais e artesãos de Araçuaí, vou utilizar as informações de Poel¹¹³ e de Maria Lira Marques, que foi a líder do movimento. Esta lí-

¹¹²POEL, Frei Francisco Van der. V.ap. FIGUEIREDO, Carlos. *Me ajude a levantar - Depoimentos de Maria Lira uma mulher do Jequitinhonha*. Belo Horizonte, Editora As Próprias Custas S/A. Dezembro, 1983. p. 17.

¹¹³Para falar do partido político estou utilizando as informações contidas no livro de: Figueiredo Carlos. *"Me ajude a levantar - Depoimentos de Maria Lira, uma mulher do Jequitinhonha"*. Editora As próprias Custas S/A. Belo Horizonte, dezembro de 1983.

der faz parte da associação dos artesãos, é integrante do Coral Trovadores do Vale e acabou sendo presidente do partido dos trabalhadores.

Sobre política ela diz o seguinte:

*"Política, eu tinha até raiva, porque o que a gente via aqui era os pobres brigando entre si em proveito dos ricos, os mandões dominando e deixando todo mundo sem vez... agora chegou a vez da gente mas tem que começar pela base, eu sou base. Mesmo sem ter aquele jeito, tática, a gente aprende, tem que enfrentar. Se é pra por um presidente, pode ser eu mesma. Sem saber, pra lutar, e pode ser outro também, mas não um grande, que já tem séculos de domínio."*¹¹⁴

Este depoimento mostra como é percebida a dominação exercida sobre eles, pelos ricos da cidade, no caso, os políticos e fazendeiros.

Esta líder conta que a opção pelo PT surgiu após um encontro de movimentos populares da região realizada em Teófilo Otoni, no qual, de Araçuaí, foram representantes do lavradores, do Coral Travadores do Vale, da Irmandade do Rosário, da Associação dos Artesãos, do grupo das lavadeiras. Neste encontro estiveram presentes representantes de todos os partidos, mas o partido mais aceito foi o PT. Ela ingressou no PT, porque achou que era o partido de base e pelas suas propostas, sendo ela da base, filiou-se a ele. Chegando em Araçuaí resolveram fundar o Partido juntamente com um ex-agregado, e puseram mãos à obra; mas enfrentaram muitos problemas pois, não tinham experiência alguma em política. E segundo ela:

¹¹⁴ Id., ib., p. 50 e 51.

"...filiar pessoas no PT, não tive problemas, a parte burocrática, dos papéis é difícil, porque você vai no fórum e os funcionários atendem a gente mal ou não atendem.

...Esperança a gente tem e está em nossa luta toda, está em tudo, a gente quer melhorar. Não é fácil. As pessoas que viveram todo o tempo sob o domínio é duro, tá muito enraizado, não vão mudar de um dia pra outro não ...tem que haver um trabalho de base muito bem feito e que é lento, tem que ser lento. Primeiro conscientização, porque não é fácil desenraizar preconceitos de uma pessoa, "inda" mais aqui em Araçuaí."115

Por este depoimento pode-se perceber que o trabalho não foi fácil e que mesmo assim foram em frente. Segundo ela, muitos trabalhadores, mesmo percebendo os problemas da vida que levam deixaram de se filiar ao PT por medo de represália, como perder o emprego ou não conseguir trabalho nas fazendas, e que ela entendia esta posição das pessoas. Muitos destes trabalhadores eram casados, tinham filhos e não podiam arriscar. Disse ainda, que foram ameaçados e que o Delegado tomou o nome dela e do ex-agregado dizendo que "ia mandar prá Secretaria de Segurança, e que tinha dó de nós." Apesar de tudo não desistiram e foram em frente.

Pode-se ver por este comentário, que mesmo sendo um partido embrionário, sem grandes representações, não era bem aceito pela classe no poder. Tanto é que as pressões logo se fizeram ouvir pelas estruturas locais, como é o caso do Delegado. Mas, apesar das várias pressões que sofreram, eles não desistiram, foram vencendo obstáculo, por obstáculo. Durante a campanha, chegaram a fundar um jor -

¹¹⁵Id., ib. p. 51 e 52.

nalzinho - Informativo do Partido dos Trabalhadores, denomina do "O Porta-Dor". Este jornal contou com a ajuda de Poel, no grupo de redação. O partido lançou como prefeito um pequeno lavrador da comunidade de Tesouras, escolhido democraticamente por todos os seus membros.

3.3 - Aprendizagem política

O Porta-Dor em seu nº 2 e 3 publicou o seguinte:

"...O PT nasce das péssimas condições de vida dos trabalhadores. Ele nasceu da vontade e da consciência dos trabalhadores sem rabo preso com os ricos...

...é preciso votar no PT e com muita convicção. Por isso vai aqui um verso:

Palmatória quebra dedo

Chicote deixa vergão

Cassetete quebra costela

Mas não quebra opinião.

PT. Saudações!"¹¹⁶

Este jornal procurava informar, com uma linguagem simples os acontecimentos políticos do município, inclusive fazendo uso da cultura popular, através de versos para melhor se comunicar. Este verso mostra que os trabalhadores também são capazes de resistir e tomar decisões. Tanto é que trabalharam o máximo chegando até as eleições, independentemente das várias pressões e ameaças que receberam. O resultado das eleições não foi nada bom para eles, o que era de se esperar, pois não tinham infra estrutura para competir no mesmo nível que os partidos antigos do município. Não chegaram sequer fazer um único vereador. Mas, terá que levado em conta que além de ser um partido embrionário,

¹¹⁶ O Porta-Voz. Informativo do Partido dos Trabalhadores. Araçuaí. Minas Gerais, nº 2, outubro de 1982 e nº 3, novembro de 1982.

não tinham recursos econômicos e tiveram que lutar contra todo um aparato existente em favor dos antigos partidos.

É muito interessante o que a presidente do PT local disse ao fazerem a avaliação das eleições:

*"...Dos que mexeram com o PT, bem conscientes, ninguém ficou triste porque não ganhou as eleições. A gente não tinha o traquejo político, a mínima idéia de política, o que a gente possuía idéia é desse sofrimento todo que está aí, realmente sabemos de fio a pavio, pois somos nós que guentamos" as consequências. Daqui prá frente ficou de a gente continuar a luta do PT. Foi o que decidimos em nossa reunião de avaliação das eleições."*¹¹⁷

Este depoimento mostra que certas lideranças de trabalhadores de Araçuaí estão acordados e dispostos a continuar a luta, independente de ter ganho ou não as eleições.

Para completar as informações sobre esta experiência política dos trabalhadores de Araçuaí, vou transcrever o que me disse um ex-agregado que passou a ser Delegado do partido. Ele fala sobre a sua experiência participando de um partido político.

"...A maior alegria em minha vida foi achar o PT e entrar no PT. Até hoje. Foi a maior alegria que eu já tive, a maior satisfação dentro de minha vida. Porque eu enxerguei um caminho certo prá viver e dois dias de vida que eu tiver é com mais alegria, mais liberdade e com mais segurança dentro de minha vida. ...é que, dentro do PT, nasceu

¹¹⁷FIGUEIREDO, Carlos. *Me ajude a levantar*. Op. cit., p. 51 & 53.

uma ampla sociedade do povo, nascido do próprio povo e se todo mundo viver nesta sociedade, aí vai-segarar. O rico não vai tomar do pobre, o pobre só vai dar ao rico aquilo que pode dar, não o que o rico quer, porque o querer do rico é que o pobre dá ele tudo, até o couro! Então, vai ter que viver unidos, nem explorado, nem explorador. É a única saída que enxerguei...

...a política é um troço um pouco complicado mas traz um sentido prã cabeça da gente, uma idéia de que a gente é uma pessoa igual aos políticos..."

Este trabalhador é analfabeto, só assina o nome e lê algumas palavras como ele disse morrendo de rir. Disse que quando precisa ler um documento vai lá na Igreja, ou procura alguém de confiança para ler para ele e explicar tudo direitinho. Só de saber assinar o nome já lhe garantiu o lugar de Delegado que é o mais importante de sua vida.

Assim, aos poucos, pequenos grupos de trabalhadores de Araçuaí e outras partes do Vale vão conquistando o seu espaço e, o partido político próprio parece ser o caminho escolhido. Mesmo que não tenham representatividade junto aos outros partidos políticos de Araçuaí, é no entanto, um avanço para quem por toda uma vida só soube atender as determinações dos patrões, sem ter vontade própria. Só participando é que os trabalhadores rurais, os artesãos, irão aprender como lutar para conseguir seus direitos e se verem livres do jugo dos fazendeiros e das grandes empresas.

Com isto, quero mostrar não a importância do partido político em si, mas das brechas que os trabalhadores rurais vão conseguindo para cada vez mais conquistar o seu espaço, com direito a participar politicamente nas decisões maiores.

De tudo que foi visto neste capítulo, pode-se concluir que os trabalhadores rurais não têm muita facilidade para se organizarem em Araçuaí. Pesa muito contra eles não só suas precárias condições econômicas, a dependência que têm em relação aos fazendeiros mas principalmente, a herança de gerações inteiras que viveram subjugadas e que não é fácil apagar assim todo um passado. As tensões sociais que acompanham as transformações da região repercutem em Araçuaí na forma de ruptura das alianças e práticas institucionais e políticas vigentes. A retomada e ou criação de novas organizações com o apoio claro de agentes pastorais da Igreja, abre perspectivas mais amplas de mobilização e participação dos setores populares de Araçuaí, em especial dos trabalhadores rurais. Mas vale ressaltar, a importância que têm as articulações que foram feitas por alguns grupos de trabalhadores para terem condições de enfrentar os grandes partidos.

Ficou evidenciado também, que em suas práticas de vida, estava sendo necessário dominar o saber elaborado, para entender as comunicações escritas e se defender quando necessário. Acredito que essas dificuldades vão fazer com que os trabalhadores rurais passem a exigir mais e melhor educação para eles e para seus filhos.

CAPÍTULO VI

EDUCAÇÃO NA VIDA DOS TRABALHADORES RURAIS

A educação dos trabalhadores rurais de Araçuaí foi analisada a partir das suas condições de trabalho e vida, bem como de suas representações.

A educação neste trabalho é enfocada como uma prática social - ação humana social e historicamente determinada.

Este enfoque justifica todo o trabalho anterior, que parte de uma visão histórica, da ocupação e formação do Vale procurando definir as suas determinações. Procurei conhecer as principais atividades econômicas da região e de Araçuaí, assim como a forma pela qual os trabalhadores rurais se inserem na produção. A forma pela qual os homens produzem a sua vida material, vai depender dos meios de vida já encontrados e que têm de reproduzir.

Como afirma Marx:

*"Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem."*¹¹⁸

Conhecendo o que os trabalhadores rurais de Araçuaí produzem e como produzem para sobreviver, em especial as relações sociais que se estabelecem entre eles e os grandes proprietários e empresas, é mais fácil entender como é dado o processo educativo e como é transmitido o conhecimento entre os trabalhadores rurais. Percebe-se pois, o que significa a educação na vida deles, em suas representações e quais as suas reivindicações em termos de educação.

¹¹⁸ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1979, p. 27 & 28.

Estes trabalhadores rurais vivem com suas famílias em localidades muitas vezes isoladas, o que os leva a manter uma visão de mundo bem voltada para suas próprias existências. Mantêm quase inalterados seus valores, crenças, religião, cultura popular, enfim os seus diferentes saberes, todos eles em função de suas formas de vida. Devido à peculiaridade de sua visão de mundo, toda esta bagagem cultural passa a ser questionada à medida que o seu ambiente começa a ser invadido e eles são inseridos num contexto bem mais amplo. As mudanças que vêm ocorrendo em Araçuaí têm provocado alterações nas relações sociais de produção nos valores dos trabalhadores rurais, nos seus códigos de trabalho. Antes, por exemplo, a palavra dada correspondia a um contrato de trabalho e, hoje, não é suficiente. Apareceu a necessidade de conhecer e dominar outros códigos como a leitura, a escrita, base para entender os novos contratos de trabalho, as novas relações de compra e venda, os cálculos dos salários, os endereços para viagem, as cartas para a família, enfim, a todas alterações com que têm se deparado.

Só que estes trabalhadores estão tendo dificuldades para enfrentar estas novas situações. Os seus conhecimentos são mais ligados aos seus trabalhos, são conhecimentos que vêm passando de gerações em gerações para garantir a sua produção e reprodução enquanto trabalhadores rurais. A apropriação de novos conhecimentos, adequados aos seus interesses, depende das novas relações sociais em que se inserem e da própria organização e força dos trabalhadores rurais para influir nas propostas e ações educacionais.

O meio rural, não só de Araçuaí como de todo o país, nunca ocupou o lugar de destaque nos planos governamentais, principalmente no que se refere à educação. Porque mais e melhor educação é sempre resultado de lutas, de relação de forças. Apesar das lutas, os trabalhadores rurais não conseguiram força política capaz de fazer valer seus interesses educacionais.

A partir da década de 70, começa a aparecer nos Planos Nacionais e Setoriais de desenvolvimento econômico e social, como meta prioritária, a educação para o meio rural. A educação aí prevista é planejada como parte dos programas de desenvolvimento regional integrados. Os programas especiais de educação acabam atendendo a uma minoria dos trabalhadores rurais, assim mesmo, quase sempre em caráter experimental. Quando acaba a vigência de execução do programa, a região é deixada e pouco se aproveita do que foi feito. Desta forma, a educação funciona exatamente como os projetos desenvolvimentistas, ou seja, dela está excluída a maioria da população, principalmente os trabalhadores rurais.

Com as mudanças ocorridas na agropecuária de Araquá, os trabalhadores rurais têm visto que, para se engajarem nas novas formas de produção e se reproduzirem precisam mais do que os seus antigos conhecimentos e começam a reivindicar mais e melhor educação. Mas para fazer com que suas reivindicações sejam aceitas, os trabalhadores rurais têm que lutar muito. Na análise feita sobre as organizações destes trabalhadores rurais, ficou evidenciada a grande dificuldade que eles têm para se fazerem representar, devido às suas condições econômicas, à dependência aos grandes fazendeiros e à força econômica e política dos grupos dominantes locais. Somente quando conseguirem fortalecer as suas organizações é que terão chances de serem atendidos.

1. Caráter educativo do próprio trabalho

Na reprodução dos trabalhadores, os conhecimentos que se referem ao seu mundo de trabalho são fundamentais. A criação e a socialização de tais conhecimentos dependem do desenvolvimento técnico, da divisão do trabalho e das relações sociais em que se dá o próprio processo de trabalho.

Num meio rural como de Araçuaí o trabalho é ainda predominantemente artesanal. Por isto, é através do próprio trabalho que se aprende não só a produzir, mas também, os conhecimentos fundamentais para a vida do trabalhador. As experiências consequentes da produção e reprodução de suas vidas definem o que devem conhecer, como aprender e com quem vão adquirir os conhecimentos ou saberes que lhes são necessários. Sem dúvida, as mudanças em curso por modificarem as condições de trabalho modificam também as condições de educação dos trabalhadores rurais.

Os depoimentos dos trabalhadores rurais vão nos mostrar como eles aprendem, onde e com quem, para se reproduzir no meio rural:

"...Aprendi a plantã com meu pai. E ele aprendeu com meu avô. Até aqui ninguém ensinou nada diferente não...". (produtor de Curuto).

Este relato nos mostra como os conhecimentos necessários à produção da vida destes trabalhadores rurais vêm sendo passados por gerações inteiras sem sofrer modificações ou interferência de alguma instituição.

"...Aprendi a plantã vendo os outros e meu pai a plantã. São sei do jeito deles. Nunca aprendi outras formas não..." (produtor de Gravatã).

Este outro produtor, mesmo sendo de uma outra localidade, confirma que aprendeu a plantar vendo o pai e os outros. Mostra que técnicas e métodos de plantar são fruto de experiências da vida no campo. Continuam trabalhando como sempre estiveram os seus antepassados.

Os depoimentos nos fazem questionar os vários programas que estão sendo desenvolvidos não só em Araçuaí, como em vários municípios do Vale. E como vimos, alguns deles são destinados, especificamente, aos trabalhadores rurais.

O relato que segue explicita melhor esta forma de aprendizagem pelo trabalho.

"...Ninguém me ensinou a plantã. É olhando mesmo os nossos pais e a inteligência da gente. Deus primeiro e a gente mesmo..."
(proprietário do Gravatã)

É interessante observar que aqui a aprendizagem deu-se pela observação e o fazer do produtor. Para ele, além de observar, o que ajudou, foi a sua inteligência.

Os comentários a seguir mostram como são transmitidos os conhecimentos:

"...Aprendi a plantã olhando e com os pais. Os meus filhos também estão aprendendo comigo. Ajudam a plantã".
(Posseiro - Barra da Barriguda)

"...Eu uso os métodos antigos de plantã que aprendi com meus pais e estou ensinando pros meus filhos..." (Pequeno proprietário - Barra da Barriguda).

Com estes comentários fica evidente que nas três comunidades o processo de aquisição dos conhecimentos necessários à sua inserção na produção, os trabalhadores rurais de Araçuaí, adquirem no próprio processo de trabalho. É a educação no trabalho, é o aprender fazer fazendo, um processo dinâmico e que está ligado diretamente às suas reais necessidades de produzir e reproduzir.

O caráter educativo do próprio trabalho vem sendo discutido por vários educadores.¹¹⁹ A respeito desta aprendizagem no próprio trabalho Manacorda faz a seguinte

¹¹⁹ Alguns educadores têm discutido no Brasil o caráter educativo do próprio trabalho como ARROYO, Miguel, RODRIGUES, Neidson e FRIGOTTO, Gaudêncio - *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1984.

análise:

*"...a aprendizagem artesanal nunca foi uma escola, foi sempre o próprio trabalho no ofício; nunca foi o lugar destinado às crianças ensinadas por adultos especialmente qualificados para isso, mas, pelo contrário, a admissão de crianças no lugar que corresponde aos adultos."*¹²⁰

Mas não é só a aprendizagem para o trabalho que cabe destacar. É necessário reconhecer nesse processo a formação do trabalhador como tal. Ainda segundo Manacorda, as crianças e os jovens das classes subordinadas:

*"...não têm um lugar adequado para a sua formação, o que não quer dizer que não recebam nenhum tipo de preparação. Na realidade, recebem uma formação, mas não no seio de um lugar especialmente destinado para jovens, ou escola; recebem-na na aprendizagem, no directo e permanente contacto com os adultos, numa imediata participação da sua vida e actividade. Trata-se, pois, de uma verdadeira e autêntica formação pelo trabalho que, também aqui, pode processar-se no seio da família."*¹²¹

Assim, é que a educação tem acontecido no meio rural de Araçuaí, onde a criança é chamada a participar de todas as atividades desde cedo, junto com os pais. Principalmente nos últimos anos, em que a migração dos homens, pais de família, tem se tornado mais intensa, os filhos têm assumido com as mães as tarefas que os pais faziam. A aprendizagem vai acontecendo no próprio processo de trabalho, diariamente. É pois, no interior destas relações sociais, que

¹²⁰ MANACORDA, Mário Alighiero. *Marx e a pedagogia moderna*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975, p. 156.

¹²¹ Id., ib., p. 156.

vão se recriando e transmitindo os conhecimentos fundamentais dos trabalhadores rurais de Araçuaí.

Atualmente, com as modificações que vêm ocorrendo no meio rural, com a maior penetração do capitalismo, a través das empresas e incentivos proporcionados pelo Estado em seus programas desenvolvimentistas vão aumentando as expropriações e expulsões de camponeses e trabalhadores, ocasionando transformações nas próprias relações internas da família. Estas transformações tornam necessários outros conhecimentos para fazer face às novas situações.

2. A busca da escola

Pelo que foi visto nos capítulos anteriores, a organização dos trabalhadores rurais de Araçuaí ainda é muito fraca para competir com a força e prestígio político dos fazendeiros. Daí, a educação escolar que é oferecida aos trabalhadores rurais ser muito mais resultado de conveniências políticas dos fazendeiros, que de luta dos trabalhadores. Nestas circunstâncias, a educação oferecida aparece como uma concessão, um favor dos fazendeiros aos trabalhadores rurais e que será cobrada depois. É mais uma maneira de subjugar os trabalhadores rurais aos interesses dos fazendeiros. Pelo que foi analisado, vimos que a forma como os trabalhadores produzem, e as atividades que fazem para os fazendeiros, não exigem maiores conhecimentos do que eles já têm, como saber plantar as roças e cuidar do gado. Por isso, a educação oferecida atende plenamente às necesidades dos fazendeiros. A estes não interessa mão-de-obra alfabetizada, nem às companhias de mineração que utilizam poucos funcionários qualificados.

A escola ainda é, para a maioria dos trabalhadores rurais, o único lugar onde podem ter acesso ao conhecimento elaborado. Mas ela não tem conseguido realizar o seu papel. Com isto, as chances dos trabalhadores de se apro-

priarem de parcelas de um saber sistematizado que é reproduzido pela instituição escolar são mínimas.

2.1 - A escola como esperança

Os trabalhadores rurais têm sentido que a escola será o lugar onde eles vão aprender os conhecimentos necessários para se inserirem numa realidade diferente da rural. A escola passa a ter para eles um destaque todo especial.

Nos depoimentos colhidos ficou claro que para eles a escola é uma esperança, é como se ela fosse uma passagem para uma vida melhor. Os pais acham que se os filhos frequentarem a escola eles terão melhores oportunidades de emprego e, conseqüentemente, uma vida mais fácil do que a deles. Por isso, apesar das dificuldades e das distâncias, eles procuram manter a criança na escola. Mas o aluno da escola rural, é desde cedo, um trabalhador. Está inserido no processo de trabalho desde pequeno, ajudando a família. O tempo destinado às atividades escolares é bem pequeno, uma vez que a prioridade é o trabalho produtivo necessário à reprodução familiar. É evidente que por trás desta esperança na escola está toda uma ideologia difundida pelas classes dominantes, e que acaba levando os trabalhadores rurais a sentirem que suas baixas condições de vida são devidas ao fato de não saberem ler e escrever e não por causa da estrutura econômica e social do país. Há também, nesta esperança, um misto de reivindicação e denúncia das condições de escolarização das classes subalternas.

Para entender melhor o que significa a esperança que os trabalhadores rurais depositam na escola apesar de sua precariedade é bom ter presente a análise de Savianni:

"...o domínio da cultura constitui instrumento indispensável para a participação política das massas. Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus

*interesses, que servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação... o dominado não se liberta se não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação."*¹²²

A escola que é oferecida no meio rural tem as suas condições bem precárias de funcionamento. A qualidade do ensino oferecido pode ser questionado tendo em vista os professores que nela atuam. Em Araçuaí, a maioria dos professores são leigos, têm no máximo o 3º e ou 4º ano do 1º grau, assim mesmo, feitos nas mesmas escolas onde ensinam. Pode-se perceber, portanto, as limitações dessas professoras ao ter que ensinar. Lógico, que a culpa não está na professora, mas na política de educação vigente, que não valoriza o professor principalmente no meio rural. Isto faz com que o habilitado procure outro lugar para trabalhar e fique apenas o leigo, que é escolhido por critérios políticos e não por condições mínimas de trabalho.

Esta situação pode ser explicada, como vimos, pela falta de força política e representação destes trabalhadores rurais, para conseguir uma melhor educação. O que se ensina nas escolas rurais não é suficiente para prepará-los para enfrentar as modificações que vêm ocorrendo, sobretudo quando têm que sair de sua localidade. Os conteúdos são mínimos e transmitidos de forma precária.

Um indicador da qualidade do ensino que é oferecido em Araçuaí, pode ser percebido pelos depoimentos de trinta e cinco professoras da zona rural que lá trabalham

¹²² SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1978, p. 59.

Ao realizar a entrevista com as professoras rurais, perguntei o que elas gostariam que fosse acrescentado ou modificado no programa que é sugerido pela Secretaria de Educação, para o meio rural, tendo em vista as condições reais de vida daquela população, a resposta foi:

"...não temos o programa da zona rural e nem da urbana. O ensino é dado seguindo livros da zona urbana, comprados por nós. Os alunos não têm. A escola deveria ensinar mais as quatro operações, a ler, escrever carta, bilhete, preencher cheque e passar telegrama..."

Esta afirmação veio denunciar algumas coisas e confirmar outras. Por exemplo, os programas de ensino para o meio rural foram elaborados em número suficiente para todas escolas e professoras da zona rural, independente da escola ser municipal ou estadual (nesta época eu coordenava a Equipe de Currículos da Diretoria de 1º Grau). Para comprovar o recebimento dos programas pela escola foi exigido um recibo. É verdade que há muita mobilidade das professoras da zona rural, mas pelo menos os volumes destinados à escola deveriam existir.

Quanto à segunda parte, é bem reveladora das condições das professoras. O que elas acham que deveria ser ensinado é exatamente aquilo que deveriam estar ensinando. Quanto ao cheque, elas estavam participando de um curso de treinamento e receberam as diárias em cheques. Para a maioria foi a maior dificuldade, pois nunca haviam entrado em um Banco. Mas, a carta, o bilhete, as quatro operações já deveriam ser rotina no trabalho delas. E, no entanto, parece que as mesmas não estavam em condições de

ensinar nem mesmo isto.¹²³

Estas professoras reclamaram também das péssimas condições físicas das escolas, como da inexistência de materiais necessários para dar aulas (o giz, por exemplo). Segundo elas, a maioria das escolas não têm as condições mínimas para a educação acontecer. Não tem mobiliário, água, filtro e luz ou mesmo fossa. É de se perguntar como podem ser ensinados, por exemplo, os princípios mínimos de higiene, se a escola é a própria negação destes princípios.

As escolas estão quase sempre em terrenos dos fazendeiros, que pela extensão da fazenda faz com que a escola fique longe da morada das crianças. Porém, percebe -

¹²³ Estas professoras estavam terminando um curso de treinamento de 40 horas. A partir das conversas com elas questiono a validade do curso ministrado. Ao perguntá-las se haviam gostado do curso, responderam que sim. Havia recebido muitos materiais, livros apostilas, mas não haviam entendido muito bem o que foi falado. Pode-se concluir que não houve comunicação entre as professoras que vieram dar o curso e as que assistiam.

O que observei em Araçuaí me leva a questionar como deveriam ser realizados os referidos cursos, uma vez que fica patente a necessidade de melhorar o nível de conhecimentos das professoras rurais. Foram dadas várias condições, entre elas uma pareceu bastante viável, foi a de que o pessoal que viesse dar os cursos, antes de planejá-lo deveriam primeiro conversar com os professores e saber suas necessidades para então trabalhar naquilo que foi solicitado. Pelo depoimento vimos que os professores rurais estão necessitando dos conhecimentos mais elementares, de conteúdo. Muitos cursos são mais voltados para as técnicas, métodos, mas que perdem a importância pois não há como aplicar métodos e técnicas onde não há conteúdo. Outra sugestão é de que os cursos fossem dados na localidade onde existe a escola e não na sede do município, pois para muitas professoras é um grande sacrifício se deslocar para a cidade, levando os filhos pequenos. Tudo isso sem falar que ficam completamente deslocadas, o que já influi diretamente na aprendizagem. Há ainda uma outra forma de trabalhar com estas professoras, que seria treinar alguém mais capacitado da própria localidade, a qual se encarregaria de transmitir às demais o curso, visto que falam a mesma linguagem, já se conhecem, o que irá facilitar o trabalho e aumentar as possibilidades de um melhor aproveitamento do curso. Finalmente poder-se-ia pensar em organizar módulos contendo os cursos, com uma linguagem acessível a elas, tendo como vantagem, que cada professora avançaria conforme seu ritmo.

se que aos poucos começam a aparecer as reivindicações por mais escolas, mais séries e que sejam localizadas onde realmente necessitam dela. Esta conquista vai depender das próprias condições de organização dos trabalhadores.

2.2 - Ler, escrever e contar: o saber da escola

A mais simples função da escola elementar de ensinar a ler, escrever e fazer contas não está sendo cumprida em Araçuaí. E, no entanto, é o que os pais mais esperam que os filhos aprendam:

"...a escola é boa. Só tem o 3º ano e estamos querendo o 4º ano. Faz muita falta aprender a ler e escrever. Só sei assiná o nome. Meus filhos estão na escola. Não ter uma leitura fica muito difícil viver..." (pequeno produtor - Curuto).

Percebe-se que não é questionada a qualidade do ensino. O que realmente os pais querem é que seus filhos aprendam a ler e escrever. O simples fato dos filhos aprenderem a ler e escrever para eles é uma garantia futura de uma vida melhor. Só o 3º ano oferecido já não está satisfazendo e começam a exigir a ampliação das séries. Ao mesmo tempo, condicionam as suas dificuldades de viver ao fato de não ter uma leitura:

"...a escola é boa. Mas tenho reclamações da professora que falha muito. Sei lê e escrever alguma coisa. Os filhos estão na escola. Saber ler vai ajudar muito na vida, pois hoje quem não sabe lê tem que cultivá o chão..." (produtor-Gravatã).

Como é sempre um sacrifício que os pais fazem ao mandar os filhos para escola e por acharem a mesma muito importante, começam também a reclamar da assiduidade da pro

fessora. Com as falhas da professora os alunos vão demorar mais para aprender. Embora, não falem nada do que é ensinado e de sua qualidade.

As exigências dos trabalhadores rurais quanto à escola são quase as mesmas em todas as três localidades visitadas:

"...a escola é boa. Só é muito longe. Meus filhos estão na escola prá ter uma vida melhor que a da gente..." (produtor-Curuto).

"...Não sei lê nem escrever. Mas meus filhos estão na escola. Faz falta lê e escrever, porque se eu fosse uma pessoa que soubesse lê e escrever as coisas poderiam ser melhor prá mim. Ter outra cultura, outro trabalho. Ser um bom empregado. Eu gostaria que meus filhos aprendessem a leitura e a escrever. Na escola só aprendem a lê e a escrever. Tirando a leitura tá bom." (produtor-Gravatã).

Vê-se que o nível de exigências deles é muito pouco. Isto reflete muito a sua visão de mundo, as condições de trabalho e as modificações que estão sendo introduzidas no seu meio, levando-os a precisarem de ler e escrever. Alguns começam a reivindicar escolas mais próximas para seus filhos:

"a escola é distante daqui. Está precisando uma escola aqui e que tenha 4º ano e mais. Sabê lê e escrevê o nome é muito importante..." (produtor-Barra da Barriguda).

"...Tenho treis filhos na escola. Gosto da escola mas, seria melhor se tivesse uma escola mais perto pois as crianças tem que andar mais de 6km. Sei lê e escrever muito pouco. Quem não sabe lê, andar é difícil."

Se não sabe nome de nada fica difícil achã que a rua é a mesma..."(produtor-Gravatã)

Quando o produtor diz que se não sabe nome de nada fica difícil achã que a rua é a mesma, ele estava comentando sobre a necessidade de viajar, de sair de Araçuaí e das dificuldades que enfrentam para encontrar um simples endereço. Se ele fosse capaz de ler era mais fácil viajar para outros lugares com mais segurança, pois se não sabe ler, o "andar é difícil".

2.3 - Questão política da busca da escola

O ler e escrever é o que os trabalhadores rurais de Araçuaí mais esperam que as escolas ensinem. Nisto consiste a questão política da busca da escola pelos trabalhadores, como bem lembram Mari e outros:

"...o que pode significar "ler e escrever" como meta maior da escola? ...julgamos que a expectativa dessas populações quanto a "ler e escrever" não corresponde apenas a um adestramento ilustrativo de leitura. "Ler e escrever" é um instrumento político que permite: defender-se dos contratos, dos acordos, das certidões e das escrituras; ser capaz de interpretar leis, receituários, instruções (nos pacotes de inseticidas, de adubos); não ser enganado nas trocas, nas compras, nas vendas; enfim, "ler e escrever" é uma forma de rompimento com os limites fatalísticos de um certo símbolo..."¹²⁴

¹²⁴MARI, Hugo; GALERY, Ivana Versiani; ALMEIDA, Laura Beatriz Fonseca. Proposta para o ensino de leitura e redação em escolas de 1º Grau. In: *Cadernos CEDES*, nº 11. São Paulo, Editora Cortez, 1984, p. 20.

O saber ler e escrever torna-se um instrumento necessário para os trabalhadores se defenderem e afirmarem seus próprios interesses. A luta por escola deve ser vista nesta perspectiva. Mas ela não acaba na existência da escola. Os trabalhadores devem ainda lutar para que através da escola não se reproduza uma vez mais a segregação e a diferenciação social. Aqui é bom lembrar a análise de Snyders:

"...O capitalismo exige que a escola lhe forme trabalhadores que se saibam vulneráveis; espera-se devido à sua formação restrita que não venham a revelar-se exigentes em matéria de salários, proporcionar-lhes-ão o mínimo possível de instrumentos intelectuais que os ajudariam a questionar o sistema - a começar pelos que nascem directamente da qualificação dentro do trabalho. Resumindo, tanto a quantidade como a qualidade da mão-de-obra formada são determinadas pelos interesses a curto prazo dos monopólios... Papel seletivo, papel segregativo da nossa escola, seleção na base social, seleção que vai eliminar a imensa maioria dos filhos de operários e de camponeses..."¹²⁵

Embora a cada momento os trabalhadores rurais precisem de uma melhor educação, a escola não lhes têm oferecido as condições de acesso ao saber que lhes permita, como cidadãos, fazer valer melhor seus direitos. O ensino na escola rural tem sido feito de forma precaríssima. Os conhecimentos - como ler, escrever e contar, tão necessários nas novas relações sociais, onde o código escrito domina e é percebido como condição mínima para o exercício da cidadania - não são adequadamente desenvolvidos e defi-

¹²⁵SNYDERS, Georges. *Escola, classe e luta de classes*. Portugal, Moraes Editores. Lisboa, 1981, p. 100 e 101.

nidos pela escola rural. Nisso reside uma segregação escolar, cujo significado social e político está no fato de representar mais uma forma de submissão e dominação dos trabalhadores rurais de Araçuaí. Os trabalhadores rurais têm compreendido como é importante adquirirem estes conhecimentos, para se defenderem nas novas relações comerciais e jurídicas que estabelecem com o capital. Mas suas reivindicações por escola assumem as mais diversas formas e, por falta uma melhor organização social e política, não constituem um conjunto coerente. Sobre este assunto é interessante lembrar a análise de Mello:

"...A reivindicação dos dominados não se manifesta organizada e explicitamente enquanto tal. Há que lê-la na rebeldia, na passividade, na agressividade e na apatia das crianças pobres, que desafiam a proposta curricular e programática da escola básica. Há que lê-la sobretudo nos índices de fracasso escolar..."¹²⁶

Vimos pelos depoimentos que também em Araçuaí, as manifestações estão acontecendo de forma bem desarticulada e com muita passividade. Não foi constatado nenhum movimento mais organizado das localidades para reivindicar mais e melhor educação.

Em Araçuaí existem cinquenta escolas na zona rural, onde o índice de reprovação na 1ª. série foi de 68,50%¹²⁷, em 1983. Este índice revela que mais da metade das crianças não conseguiram passar para o segundo ano, o que faz com que muitas crianças por repetirem demais a mesma série acabam saindo da escola. E muitas saem sem conseguir apren

¹²⁶MELLO, Guiomar Namo de. *Magistério de 1º grau. Da competência técnica ao compromisso político*. São Paulo, Editora Cortez, 1984, p. 48.

¹²⁷Dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Diretoria de 1º Grau, 1984.

der um mínimo de leitura, quando muito aprendem a assinar o nome.

A reprovação pode ser indicador de que a escola não está atendendo aos interesses das crianças. Pelo que vimos, além das péssimas condições das escolas, as professoras não têm condições de fazer um trabalho de boa qualidade. As aulas são desenvolvidas seguindo livros didáticos que elas conseguem comprar sem nenhuma preocupação de verificar se o conteúdo do mesmo dizem alguma coisa da vida e do interesse das crianças desse meio rural. Como elas não têm condições de produzir o seu próprio material, a escola fica cada vez mais alienada da problemática vivida por seus alunos, o que leva ao desinteresse e mesmo ao abandono das escolas.

Os alunos quando vão para a escola estão realizando um sonho de seus pais, pois para eles, a escolarização é vista como um instrumento de melhores condições de luta pela vida, pois vai possibilitar a seus filhos terem melhores empregos e, conseqüentemente, uma vida mais fácil. Só que a escola, como está funcionando, dificilmente poderá fornecer aos trabalhadores rurais os conhecimentos e instrumentos necessários para dominarem o saber letrado.

Para a educação nunca existe verba e quando existe não é empregada onde e como deveria ser. Porém, a educação que existe atende em parte às solicitações dos trabalhadores rurais por educação e os mantém no estágio de ignorância necessária e útil aos interesses dos grupos dominantes locais.

Embora a escola seja vista pelos trabalhadores rurais como esperança, um instrumento capaz de resolver os seus problemas, é impossível conferir à educação escolar os poderes necessários para superar as contradições já existentes, e as que vão surgindo com as novas formas de acumulação capitalista no campo. Pelo contrário, a escola rural como está, vai aprofundando cada vez mais a divisão en

tre as classes, pois ela vem reproduzindo as desigualdades da sociedade, em vez de contribuir para diminuí-las ou mesmo eliminá-las. E como diz Saviani:

*"...a educação, por desconhecer os determinantes inerentes à sociedade que a engendra, acabará por cumprir a função de legitimadora da desigualdade."*¹²⁸

Para que os trabalhadores rurais tenham escola que atenda aos seus interesses ainda é necessário muito trabalho e organização para reivindicar e conseguir melhorar o nível da educação oferecida pelo Estado e Prefeitura no meio rural. Embora tenha que ficar claro para o trabalhador rural, como afirma Rossi, que:

*"...Não é afinal na educação que se encontrará a solução para os problemas da desigualdade e miséria, cuja solução não se poderá obter sem alterar a distribuição da riqueza e da renda, pela alteração das relações sociais de produção."*¹²⁹

3. Segregação dos Trabalhadores através da Extensão Rural

A EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - consta nos programas de desenvolvimento regional, voltados para os pequenos produtores de Araçuaí e outros municípios do Vale, como o órgão executor que tem como função:

¹²⁸ SAVIANNI, Dermeval. *Educação do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo, Editora Cortez, 1983, p. 83.

¹²⁹ ROSSI, Wagner G. *Capitalismo e educação*. São Paulo, Editora Moraes, 1980, p. 37.

*"...ampliar seu quadro técnico na região, responsabilizando-se pela colocação em cada distrito ou povoado, selecionado pelo Programa, de um técnico agrícola de nível médio que prestará assistência aos agricultores, em grupo ou individualmente, estimulando a adoção de técnicas regionais racionais de cultivos e atuando ainda como agente de disseminação do uso do crédito agrícola, instruindo os lavradores no preparo das propostas a serem encaminhadas aos postos do Banco do Brasil, orientando estes mesmos lavradores para que façam uso racional do crédito e servindo ainda como fiscal do próprio Banco, informando-o sobre a situação dos mutuários e de suas lavouras."*¹³⁰

Embora todas estas funções estejam definidas no papel, na prática a EMATER não privilegia os pequenos produtores na sua ação em Araçuaí. Pelo contrário, dificilmente, os pequenos produtores e trabalhadores rurais das localidades visitadas têm acesso à educação embutida na extensão rural.

A EMATER é mesmo ignorada em uma das localidades. A EMATER nada representa para os trabalhadores rurais de Araçuaí, entrevistados, pois não lhes ensina nem o que deveria ser a sua especificidade: o saber técnico para trabalhar na terra. Os depoimentos a seguir são ilustrativos:

"...Aprendemo a plantar com os pais, por enquanto ninguém nos ensinou nada não. O moço da EMATER falou para plantar em leira, mas não veio ninguém prá mostrá como fazê, não."

¹³⁰ SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE MINAS GERAIS. CODEVALE. *Programa de desenvolvimento rural do Vale do Jequitinhonha*. PLANRURAL. Belo Horizonte, 1979.

Só falaram. Ai plantamo do nosso jeito mesmo." (pequeno proprietário da localidade do Curuto - 1983).

Este depoimento mostra que houve apenas uma conversa sobre uma alternativa para plantar, mas que não foi executada por falta de uma orientação mais completa ao produtor. Os dois outros depoimentos revelam que a EMATER ainda não chegou na localidade:

"...O que sei aprendi com meu pai. A EMATER e a CODEVALE nunca ajudou nada não. (pequeno produtor da localidade de Gravatã).

"...nunca aprendi outras forma de plantã não. A EMATER e a CODEVALE não chegaram até aqui. (pequeno produtor da localidade do Gravatã).

Como nos programas se fala do atendimento ao meio rural de Araçuaí e não se define que localidades serão ou não trabalhadas, fica uma interrogação sobre até que ponto está a EMATER, realmente preocupada em atender os pequenos produtores, quando se sabe que ela sempre esteve a serviço dos grandes fazendeiros.

Um outro depoimento fala que a EMATER vai começar a ensinar, porém um trabalho concreto feito com orientação e assistência direta não foi constado. Veja os depoimentos que seguem:

"...aprendi a plantar com o Pai. A ASSOCIAR e a EMATER vão começar a ensinar outra forma de plantã, mais ainda não ensinou não." (pequeno proprietário da localidade do Curuto).

"...aprendi a plantã olhando os pais. A ASSOCIAR e a EMATER tem dado algumas instruções de como plantã, prá usá a plantadeira". (pequeno proprietário da localidade da Barra da Barriguda).

Estes depoimentos mostram que não houve nenhuma mudança nos hábitos e maneiras de plantar destes trabalhadores. As suas formas de plantar e cultivar a terra ainda são as mesmas ensinados pelos pais. São formas tradicionais e antigas de produzir, em que o trabalho manual é dominante. É no interior das relações sociais estabelecidas, no dia a dia da vida destes trabalhadores, que se processa e se transmite o conhecimento para o trabalho e a vida. Todos os depoimentos mostram que aprenderam olhando e com os pais. O que vem mostrar a importância que assume a unidade de trabalho familiar no meio rural, como a instituição educativa mais importante para a transmissão ou reprodução do "saber fazer".

Assim, uma das funções da EMATER que é a de prestar assistência ao pequeno agricultor não está acontecendo. É sabido que ela trabalha com os grandes proprietários. Para estes, mesmo estando definido "no papel" que será assistido, perde para o grande que continua a ter para si todos os trabalhos da EMATER.

Outra função da EMATER seria a de "disseminação do uso do crédito agrícola". Também aí não aconteceu. Pelas entrevistas, apenas um número reduzido de pequenos proprietários tiveram acesso ao crédito bancário pela primeira vez. Assim mesmo estão com medo de não conseguirem pagar o banco.

Porém, o outro lado da função da EMATER, aconteceu, que é o de fiscal do Banco do Brasil, informando-o sobre as precárias condições dos trabalhadores rurais. Impedindo que estes trabalhadores tenham oportunidade de conseguir o crédito que poderia muitas vezes dar a eles condições de melhorar as suas vidas.

O trabalho que tem sido executado pela EMATER em algumas localidades rurais é com os jovens, através da organização do Clube 4S, ou junto ao posto de saúde, levando vacinas para as crianças nas épocas de vacinação.

No mais, os trabalhadores referem-se a alguns técnicos como pessoas muito boas, mas que ainda não ensinaram a eles nada. Disseram que vão começar.

Quando a seca é intensa, a EMATER faz mais um trabalho assistencialista junto aos trabalhadores rurais, levando pipas de água conforme informações colhidas na área.

Os trabalhadores têm conhecimento de que a EMATER trabalha com os grandes proprietários, que são os mais fortes.

Levando em conta que a extensão rural foi planejada como uma forma de educação técnica para acontecer fora da escola, na medida em que os trabalhadores rurais dela não participam, devo concluir que ela é mais uma forma de exclusão e segregação.

4. Educação para Organização e Participação Social

Pelo que foi visto no capítulo anterior, em Araçuaí os trabalhadores têm certa experiência de organização e lutas sindical e política. O próprio processo de constituição do sindicato e do partido, por mais frágil e limitado que seja, é em si mesmo um processo educativo. Participar de encontros, reuniões, assembléias, discutir em grupos sobre a própria situação, reivindicações e propostas, são tudo formas de se educar politicamente.

Na realise anterior já mostrei, dado o quadro de relações políticas da região, a importância da intervenção da Igreja junto aos trabalhadores rurais de Araçuaí. A Igreja é por definição uma instituição que faz parte do campo ideológico-cultural da sociedade, e, por isto, é uma das grandes agências educacionais. Mas, no caso específico de Araçuaí cabe destacar que a Igreja, identificada com a proposta de trabalho educacional que privilegia

a conscientização e participação do "povo", acaba estimulando a organização dos trabalhadores rurais para lutar por seus interesses. Este trabalho educacional da Igreja torna-se particularmente importante devido à falta de outras alternativas no quadro político e institucional local.

Em todas as localidades visitadas, a Igreja está muito presente na vida dos trabalhadores rurais. Ela se faz presente através do Padre que celebra missa e dos dirigentes de culto que são orientados para atenderem às comunidades rurais na ausência do mesmo. Sem falar que é a Igreja que eles procuram quando têm algum problema para resolver, como já vimos pelas citações anteriores.

A Igreja contava em 1983, com 38 Comunidades Eclesiais de Base, sendo 21 na zona rural. Estas, são a grande prioridade Pastoral da Diocese. No plano de Pastoral de Araçuaí, o objetivo geral da ação é:

"...Caminhar junto com o Povo, numa atitude de escuta às suas aspirações, descobrindo seus valores culturais, formando com ele uma consciência crítica frente à realidade. E, assim, a partir da "opção preferencial pelos pobres", proclamada em Puebla, à luz da prática (práxis) de Jesus Cristo, contribuir para a construção de uma sociedade justa e fraterna, na busca de uma NOVA TERRA: a liberdade total em Jesus Cristo, o Reino de Deus..."¹³¹

Assim, através das CEBs, a Igreja tem procurado estar junto dos trabalhadores rurais. Este é um trabalho que exige tempo e dedicação. Conforme um agente pastoral:

¹³¹ Igreja de Araçuaí. Plano de pastoral, 1983-1985. p. 4.

"...o trabalho é difícil de ser realizado, pois o povo é por natureza muito desconfiado. E de tanto sofrer e esperar por dias melhores acabaram se tornando muito resignados com a sua situação. Tem um outro problema que é a falta de pessoas na Diocese para trabalhar. Os padres são pouquíssimos e as pessoas em condições de trabalhar também..."

Mesmo com estas dificuldades, a Igreja tem alcançado os trabalhadores rurais, como se pode ver pelos depoimentos:

"...A Igreja é boa e dá muita orientação quanto aos direitos da gente..." (produtor Barra da Barriguda).

"...A Igreja celebra missa e dá orientação sobre os direitos da pessoa..." (produtor Barra da Barriguda).

Foi interessante observar que embora os trabalhadores rurais falem que a Igreja orienta quanto aos direitos deles, os mesmos não têm bem claro o que são esses direitos. O que se pode deduzir que a submissão em que vivem já está tão arraigada que eles não percebem as causas das condições de suas vidas. Os trabalhadores rurais falam com muito interesse da Igreja no meio deles. Tem-se que levar em conta que o pessoal de Araçuaí é muito religioso, principalmente no meio rural. Eles vivem intensamente as festas religiosas, as barraquinhas, onde todos se unem para celebrar os seus Santos padroeiros. Foi comum em todas as entrevistas os trabalhadores dizerem que o trabalho da Igreja é importante e o quanto os tem ajudado, inclusive, em mutirões, como se vê em um dos depoimentos a seguir:

"...A Igreja celebra missa e culto. Tem curso para dirigente de culto..." (Curuto)

"...A Igreja celebra missa e orienta os cultos. Ela ajuda no mutirão..." (Curuto)

"...A Igreja está presente nas missas e cultos. Estamos precisando construir uma Igreja pois, para assistir missa tem que andar 1km. Tem reuniões na escola e o padre disse prá gente ficar mais vivo..." (Gravatã).

A Igreja tem procurado trabalhar principalmente na zona rural, que é a mais prejudicada com os projetos de desenvolvimentistas. A conscientização só acontece mesmo à medida que os produtores são diretamente atingidos. Antes da expropriação e expulsão, os trabalhadores rurais não conseguem enxergar as consequências que advirão com a implantação das empresas capitalistas na região. Tanto é que Dom Enzo, Bispo de Araçuaí, diz em sua carta pós-eleitoral que:

"...Temos orientado os trabalhadores para que procurem se organizar, pois só unidos terão força de lutar para sair da situação precária em que se encontram. O povo tem de tomar consciência de que é ele que deve unir-se em movimentos sadios e populares, tomar iniciativas, trabalhar, criar, exigir pacificamente a solução de seus problemas. É ele que deve assumir o papel de uma nova liderança que saiba sacudir e despertar para o bem comum, as velhas lideranças..."¹³²

Para realizar estes objetivos, segundo informações, a Igreja tem procurado orientar os dirigentes de bases, utilizando-se de folhetos, curso e mesmo dos boletins de culto, onde os temas e fatos reais sobre os problemas da

¹³²Bispado de Araçuaí. Carta pós-eleitoral. Novembro, 1982, p. 9.

terra são discutidos, tanto a nível de comunidade, como no município e toda Diocese. Procuram divulgar também os fatos acontecidos a nível de Estado e do País.

Mas, segundo o entrevistado, é um trabalho muito difícil e que requer muita paciência, pois o pessoal não enxerga o real, a exploração que estão sofrendo. Para a maioria dos trabalhadores tudo se justifica pela amizade, bondade de alguns fazendeiros porque ajudou em alguma necessidade e pelo compadrio. Os agentes da Igreja têm orientado os trabalhadores a procurar a justiça, a requererem seus direitos. Mas isso só para os que acreditam, pois a maioria tem medo da ameaça dos fazendeiros. Em Araçuaí, os trabalhadores ainda não têm muita prática de lutar por seus direitos. Agora é que estão começando a aprender a reclamar.

A Igreja tem procurado, também, como já demonstrei uma maior aproximação com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Com este trabalho, a Igreja, conforme depoimento de uma agente:

"...está procurando fazer com que o nosso trabalhador rural participe das reuniões, congressos de sua classe fora daqui, pois assim, quem sabe vendo e ouvindo outros companheiros falar aprendam mais do que conosco. Outro fator que prejudica o trabalho da Igreja é que os fazendeiros não chamam para trabalhar aqueles que procuram nossas orientações. O trabalho tem que ser feito utilizando de todos os recursos possíveis. Além da missa, reuniões, temos os boletins de culto, o nosso jornal, fazemos boletins informativos, textos e cartilhas sempre com orientações sobre os direitos do homem do campo, o que podem exigir, como e onde exigir..."
(agente da Igreja).

Por este depoimento pode-se perceber claramente o trabalho educativo da Igreja para a organização e a participação social.

Ela também está sendo sempre a mediadora entre os trabalhadores, fazendeiros, empresas e até entre os trabalhadores e o Estado, principalmente, na questão da apropriação das terras no Vale. A Igreja de Araçuaí tem sido atuante em todas estas situações. É através da Igreja e no seu interior que os trabalhadores se constituem como um ator coletivo, solidário e consciente de seus interesses. Como diz Martins:

*"A Igreja é o espaço mais adequado para agasalhar relações sociais comunitárias, que se desenvolvem nos momentos e situações de maior tensão, no enfrentamento com grileiros, policiais, jagunços, no enfrentamento com a aliança entre o poder público e o poder privado para expulsar ou para expropriar o trabalhador. São relações que marcam profundamente as lutas sociais no campo e os movimentos sociais que elas geram..."*¹³³

A Igreja está preocupada, também, com o problema de saúde desta população. Com a implantação do serviço médico pelo FUNRURAL, o pessoal da roça todo quer consultar o médico. Este era uma figura muito distante a quem eles não tinham acesso. Agora todos podem ter, mas a qualidade da assistência médica deixa muito a desejar. Além disso, tem outro fator importante a considerar que é a receita. O doente vai consultar, e como foi dito por alguns entrevistados, o médico, sem maiores exames, vai receitando os remédios que a maioria não pode comprar. Com isto, o pessoal não toma o remédio receitado por falta de dinheiro e ficam esperando arranjar meios para comprá-los. Ao mesmo

¹³³MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Op. cit., p. 17.

tempo, abandonaram o uso dos remédios caseiros à base de plantas medicinais encontradas na região, que até então servia. Para tentar fazer com que o homem do campo volte a usar os seus remédios que são os que estão a seu alcance, a Igreja contratou pessoas especializadas para fazerem uma pesquisa na região, junto com os moradores, para identificar as plantas medicinais ali existentes e o seu uso. A época da pesquisa o material estava sendo organizado e a Diocese pretendia lançar um livro contendo informações sobre todas as plantas e suas utilidades para distribuir na região, principalmente na zona rural. Pretendem também desenvolver todo um trabalho educativo para divulgar e incentivar, novamente, o uso dos remédios caseiros que já eram conhecidos deles e são de graça.

A continuidade do trabalho educacional da Igreja de Araçuaí, em especial no que diz respeito à organização dos trabalhadores depende muito da evolução da situação e das lutas dos próprios trabalhadores. Mas, no momento, ignorar a intervenção educacional da Igreja é se privar de entender práticas educacionais da maior importância na vida dos trabalhadores rurais.

- x - x - x -

Da análise que foi feita neste capítulo, pode-se concluir que as práticas educativas dos trabalhadores rurais de Araçuaí são muito atreladas às suas condições de vida. O que eles são, como vivem, produzem e reproduzem determinam as formas mais imediatas de educação e as condições de acesso à outras práticas educacionais e os saberes que comportam.

As modificações na agropecuária de Araçuaí, que vêm alterando as relações sociais em que se inserem os trabalhadores rurais, levam-os a perceber a necessidade de mais e melhor educação, especialmente escolar e política.

A educação que é oferecida nas escolas, porém, atende muito mais aos interesses dos fazendeiros e outros grupos econômicos, do que aos trabalhadores rurais.

Devido às suas condições econômicas, à fraca organização de seu sindicato, fica muito difícil para os trabalhadores rurais conseguirem fazer valer as suas reivindicações, que não têm peso algum frente ao poder econômico e político dos grandes fazendeiros.

Dadas as condições imediatas de vida, merece destaque a educação informal que é feita no próprio trabalho, através da observação e dos ensinamentos de pais para filhos. E a escola como se apresenta não fornece, aos filhos dos trabalhadores rurais e a eles mesmos, conhecimentos suficientes que possam servir de instrumento de luta em defesa de seus direitos. No entanto, há uma esperança na escola.

A Igreja tem desenvolvido um trabalho político-educacional junto aos trabalhadores rurais. Mas para que eles consigam avançar na aprendizagem da organização e da participação é necessário que suas próprias organizações adquiram autonomia e desenvolvam práticas educacionais correspondentes. Só com uma organização melhor, os trabalhadores rurais irão conseguir uma educação que realmente atenda a seus interesses e lhes forneça conhecimentos necessários para se defender face aos grupos dominantes. A educação também é, sempre, o resultado de lutas e pressões, do confronto de diferentes propostas de produção, sistematização e difusão do saber entre as diferentes classes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar a pesquisa para a dissertação, o meu objetivo foi procurar entender a educação dos trabalhadores rurais de Araçuaí. Ao invés de investigar as formas e a lógica interna, optei por uma análise em que as diferentes práticas educacionais são vistas a partir de e em relação com o processo de produção e reprodução social dos trabalhadores rurais. A educação passou a ser enfocada como parte do conjunto de práticas e representações como expressão de uma totalidade concreta de trabalho e vida dos sujeitos que se educam. Posso afirmar que por este caminho vi aspectos fundamentais da educação dos trabalhadores rurais de Araçuaí, normalmente não consideradas nas análises de cunho mais pedagógico e institucional.

Esta pesquisa não esgota o problema formulado, dada a complexidade e a minha própria capacidade para levar adiante a tarefa. Por isto, não pretendo formular conclusões. Nestas considerações finais, no lugar de conclusões, proponho-me a fazer um balanço do caminho percorrido, destacando os aspectos essenciais do problema e avaliando a própria opção teórica e metodológica feita para a análise da educação no meio rural.

Um primeiro aspecto a destacar é que Araçuaí, como parte do Vale do Jequitinhonha é "produto" de um processo histórico de desenvolvimento espoliador de recursos naturais e excludente socialmente, que mantém a região subordinada à acumulação capitalista extra-regional e marginalizada economicamente. Este tipo de desenvolvimento, aliado à estrutura fundiária e econômica de Araçuaí, reforça cada vez mais a dependência local dos trabalhadores rurais aos fazendeiros e aos outros grupos econômicos e os obriga a buscar outras formas de inserção econômica na luta pela sobrevivência.

Os trabalhadores rurais de Araçuaí têm como uma

das bases de sua sobrevivência a agricultura produzida com base na unidade de produção familiar, em terras próprias, posses, "herança", em parceria e arrendamento.

A outra base é a venda da própria força de trabalho, através do assalariamento, tanto a dia como por empreitada, na localidade ou em caráter sazonal em outras regiões do Estado e fora, principalmente, em São Paulo. Cabe salientar também que estas bases estão ficando cada vez mais estreitas, obrigando um importante contingente de trabalhadores a migrarem definitivamente. O outro lado desse processo, em Araçuaí, é a reprodução de uma estrutura agrária concentrada e a preservação do poder dos latifúndios.

Um segundo aspecto a salientar é que a intervenção do Estado, legitimando-se com um discurso de erradicação da pobreza, está articulado aos interesses dominantes e é, hoje, responsável pelo aguçamento das contradições deste processo de desenvolvimento. Aumentam as expropriações e expulsões dos trabalhadores rurais, das mais variadas formas, inclusive, fazendo uso de violências, com a ajuda, muitas vezes, do aparato policial e até mesmo da justiça.

Como aspecto fundamental cabe destacar também que, em suas contradições, este mesmo processo de desenvolvimento ao expropriar os trabalhadores de seus instrumentos de trabalho, tem provocado, embora de uma forma bem sofrida e não generalizada, a consciência dos seus próprios interesses e a vontade de lutar. A percepção da necessidade de se organizar, bem como, de se associar à outras categorias de trabalhadores em Araçuaí para fundar um partido político é demonstrativo de que os trabalhadores rurais começam a se desenvolver e conquistar espaços. Deve-se ter presente que nesta prática política está também imbutida uma prática educativa. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais é muito fraco. O trabalho educativo desenvolvido pela Igreja abre novas perspectivas de dinamização do sindicato, com força e legitimidade suficiente para fazer valer os inte-

resses dos trabalhadores..

A educação dos trabalhadores rurais de Araçuaí define^{se} no quadro de trabalho e vida em que estão inseridos.

Uma das práticas mais importantes na vida destes trabalhadores, pois está diretamente ligada à sua luta pela sobrevivência material, é o aprendizado do saber trabalhar a terra. Sendo um trabalho predominantemente artesanal, não especializado, o saber fazer a ele referente é obtido no próprio trabalho, trabalhando e observando os pais e o mais velho, seguindo os seus conselhos. A extensão rural, como prática educativa para o trabalho, não tem nenhuma importância na vida dos trabalhadores analisados.

A escola e o saber que ela pode propiciar são uma esperança para os trabalhadores rurais de Araçuaí. Por isso buscam a escola para os filhos. Eles a vêem como o local onde os filhos vão aprender os conhecimentos necessários para melhor enfrentar os serviços fora da roça, ou seja, na cidade, onde pensam encontrar a saída para resolver os seus problemas econômicos. Para eles o fato de saber ler e escrever é garantia suficiente de conseguir um bom emprego e uma vida mais fácil do que a deles.

No entanto, a escola elementar do meio rural de Araçuaí está completamente divorciada da vida dos trabalhadores, não tem as mínimas condições físicas, pedagógicas e de recursos humanos para funcionar e não cumpre sequer uma das suas funções mais simples que é ensinar a ler e escrever. Por isso, na esperança e na busca da escola pelos trabalhadores há um misto de reivindicação e denúncia das condições de ensino que existe no meio rural.

Na análise das práticas educacionais mais importantes na vida dos trabalhadores rurais de Araçuaí, é necessário destacar a ação pedagógica da Igreja. Ela consegue alcançar grande número de trabalhadores através das comunidades eclesiais de base, da pastoral da terra, levando

mensagens através dos boletins utilizados nos cultos, dos boletins informativos e também com a sua ação junto ao Sindicato de Trabalhadores Rurais. É um trabalho político-educativo por excelência e que atinge a maioria desses trabalhadores rurais. A importância dessas práticas reside no fato de se proporem a desenvolver e a difundir conhecimentos, valores e atitudes referentes à própria situação e interesse dos trabalhadores rurais, à sua organização como classe e à sua participação social e política.

De maneira bem sintética, são estes os aspectos essenciais do problema que julgo necessário destacar. Não considero que isto seja uma análise acabada, mas ela me permitiu ter outra compreensão da educação no meio rural e ter uma nova postura enquanto profissional da educação.

De toda forma, o fundamental a reter aqui e a aprofundar em futuras pesquisas é que a educação dos trabalhadores rurais - as diferentes práticas e sua hierarquia na vida, nas percepções e reivindicações dos trabalhadores é um resultado do processo de vida real e das relações de forças em que se inserem. A busca de saber é, também, uma luta social, e se define na luta social, no confronto entre interesses dominantes com as percepções e reivindicações dos grupos subalternos. A educação dos trabalhadores rurais de Araçuaí é, portanto, expressão do que eles são e de como lutam para defender seus interesses.

Para fechar estas considerações penso ser necessário um breve comentário sobre o enfoque teórico-metodológico que adotei. Partindo de uma concepção, em que a educação é vista como uma ação humana, social e historicamente determinada, obriguei-me a investigar as condições de trabalho e vida, mais que as condições pedagógicas da educação dos trabalhadores rurais. Na realidade acabei deixando de lado esse segundo conjunto de condições. Penso no entanto, que avancei na compreensão da educação.

Embora tenha tido dificuldades em realizar a análise

lise econômica e social, devido às minhas próprias limitações, tal análise me permitiu uma visão mais totalizadora dos sujeitos que se educam. Não é possível pensar em educação apenas nela mesma. É preciso reconhecer que a educação é sempre resultado de lutas pela difusão e apropriação do saber pelas diferentes classes.

Analisar a educação com este enfoque, no meio rural, implica em conhecer os trabalhadores rurais, suas condições econômicas, organização e as relações que eles mantêm entre si e com as demais classes dominantes. É necessário tentar ver a educação sob o enfoque dos trabalhadores rurais, mas também é preciso ver o outro lado da questão. Ver o que as instituições pensam oferecer em termos de educação. Este conjunto de aspectos foram apenas apontados na minha pesquisa, alguns com mais desenvolvimento, pois privilegiei a fala dos trabalhadores rurais sobre si mesmos e sua educação. Esta é sem dúvida uma limitação do meu trabalho, mas não inviabiliza o enfoque.

A análise das relações econômicas em que se inserem os trabalhadores evidencia o grau de sua autonomia ou dependência. O maior ou menor grau de dependência, bem como das experiências acumuladas facilitam ou limitam a organização dos trabalhadores para reivindicar os seus direitos, inclusive a educação, contra o poder econômico e as forças políticas dos grandes proprietários rurais e empresas.

Vale destacar ainda, a importância do trabalho como instrumento de aprendizagem dos trabalhadores rurais, de seus conhecimentos para viver como trabalhadores e que é passado de geração em geração. Este é outro aspecto que deve ser aprofundado nas análises sobre a educação no meio rural, pois pode oferecer subsídios quando se pensa em planejar a educação para os trabalhadores do meio rural. É preciso dar a devida importância às práticas desenvolvidas no dia a dia da vida dos trabalhadores rurais. O saber que

eles já possuem e reproduzem informalmente não pode ser ignorado no processo de produção e reprodução do saber através de práticas institucionalizadas,

A partir do enfoque adotado e da pesquisa realizada fica claro que, ao trabalhar com currículos e programas em uma Secretaria de Educação, é muita ingenuidade pensar que apenas listar conteúdos, sugerir ao professor atividades que se supõem adequadas ao meio rural, iria resolver o problema da educação. A educação é apenas parte de um todo e como tal deve ser vista, pois ao mesmo tempo que ela influi nas condições de reprodução social, ela é também condicionada pelo processo de produção e a organização social que lhe dá suporte. É preciso ter presente que ao planejar currículos e programas faz-se necessário conhecer tanto a luta dos trabalhadores por educação, suas reivindicações, suas necessidades mais imediatas, como as práticas educacionais concretas, formais ou informais, de que já participam. Caso contrário corre-se o risco de continuar oferecendo currículos e programas que, ao serem desenvolvidos, ignoram completamente a realidade do mundo dos trabalhadores, suas lutas e reivindicações. Por isso, acho que qualquer pessoa ao pensarem analisar a educação dos trabalhadores rurais deve sempre ter em vista que, partindo das condições econômicas e políticas dos trabalhadores rurais, ficará mais fácil entender a educação.

Por todas estas razões, considero fecundo o caminho percorrido na minha investigação, sabendo, porém, que muito resta a pesquisar e a refletir para entender a educação na vida dos trabalhadores rurais.

BIBLIOGRAFIA

A - ESTUDOS GERAIS

AFFANÁSSIEV, V.G. *Fundamentos da filosofia*. Moscovo, Edições Progresso, 1982.

AMIN, Samir e VERGOPOLOS, Kostar. *A questão camponesa e o capitalismo*. Lisboa, A regra do jogo, 1978.

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. (Org.). *Sociedade e política no Brasil pós 64*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

ANTUNES, Ricardo C. *O que é o sindicalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga M. e COUTINHO, Renata (Org.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

_____. *Desenvolvimento capitalista no Brasil nº 2*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

BORDENAVE, Juan E Diaz. *O que é comunicação rural*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *A questão política da educação popular*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

_____. *O que é educação*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

_____. *Educação popular*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

_____. *Casa de escola*. Campinas, Papirus, 1984.

BRANDÃO, José E. Jardim. *O Vale do Jequitinhonha e sua riqueza mineral*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1974.

CADERNOS do Cedes. *Concepções e experiências de educação popular -1*, São Paulo, Cortez, 1980.

_____. *Educação: a encruzilhada do ensino rural - nº 11*. São Paulo, Cortez, 1984.

_____. *Pesquisa participante e educação - 12*. São Paulo, Cortez, 1984.

CALAZANS, Maria Julieta Costa (Coord.). *Estudo retrospectivo da educação rural no Brasil*. Rio de Janeiro, IESAE/FGV, 1979.

CALAZANS, Maria Julieta Costa (Coord.). *Caracterização de programas de educação rural no Brasil*. Rio de Janeiro, IESAE/FGV, 1981.

CARR, E.H. *O que é história?* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

CARDOSO, Marina. *Caracterização sócio-econômica da região do Vale do Jequitinhonha e do município de Itamarandiba. Relatório de pesquisa*. FAPESP. Belo Horizonte, 1984 (mimeo).

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *O mito do método*. Boletim Carioca de Geografia, Rio de Janeiro, 1976.

DIOCESE DE ARAQUAÍ. *Carta-Pós Eleitoral. Busquemos nova terra*, 1982.

COSTA, Beatriz B. Para analisar uma prática de educação popular. In: *Cadernos de Educação Popular-1*. Petrópolis, Vozes, 1982.

CUNHA, L. Antônio C. da. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.

_____. *Uma leitura da teoria da escola capitalista*. Rio de Janeiro, Achiamê, 1980.

DIAS, Rosinha Borges. *Observações sobre as condições de vida e de trabalho dos moradores da região de Acauã, Alto Jequitinhonha*. Belo Horizonte, 1981. (mimeo).

EIAP/CPDA. *Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira*. Brasília, BINAGRI, 1979.

EIAP/CPDA-IESAE-FGV. *Trabalho rural e alternativa metodológica de educação*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1980, 2v. (2) relatório de atividades).

ESTADO do Rio Grande do Sul. *A questão da terra*. Seminário Nacional. Comissão de Agricultura e Pecuária. Assembléia Legislativa. Porto Alegre, 1981.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

FIGUEIREDO, Carlos. *"Me ajude a levantar". Depoimento de Maria Lira, uma mulher do Jequitinhonha*. Belo Horizonte, As próprias custas, 1983.

FILHO, Aires da Mata Machado. *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. Itatiaia, Belo Horizonte, 1985.

FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo, Moraes, 1980.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improduti-va*. São Paulo, Cortez:Auto Associados, 1984.

GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1983.

GARCIA, Pedro Benjamim. *Saber popular/educação popular*. In: *Cadernos de Educação Popular - 3*. Petrópolis, Vozes, 1983.

GOES, Moacyr. *De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964): uma escola democrática*. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1980.

GORZ, André. *Divisão social do trabalho e modo de produção capitalista*. Lisboa, Escorpião, 1980_a.

_____. (Org.). *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo, Martins Fontes, 1980_b.

GUTELMAN, Michel. *Structures et reformes agraires. Instruments pour l'analyse*. Paris, François, Maspero, Va. 1979.

GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Obras escolhidas*. São Paulo, Martins Fontes, 1978.

GRAZIANO DA SILVA, José. *O que é questão agrária*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

GRAZIANO DA SILVA, José e STOLCKE, Verena (Org.). *A questão agrária*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

_____. (Coord.). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1980.

GRAZIANO, Eduardo. *As condições de reprodução no Vale do Jequitinhonha: o processo de transformação atual*. Rio de Janeiro, 1982 (mimeo).

GRZYBOWSKI, Cândido; CALAZANS, Maria Julieta C e MOREIRA, Sônia Ribeiro (Coord.). *Educação popular no meio rural*. Rio de Janeiro, ANPED/CNPq, 1982.

_____. *Extensão e formação profissional rural*. Rio de Janeiro, ANPED/CNPq, 1982.

_____. *Meio rural e educação. Notas de Seminários -1*. Rio de Janeiro, Achiamê/ANPED/CNPq, 1981.

GRZYBOWSKI, Cândido. "Trabalhadores rurais e educação". In: Deptº de Economia Rural - FCA-Botucatu. *A mão-de-obra volante na agricultura*. São Paulo, CNPq/UNESP/Polis, 1982. p. 307.

_____. *Esboço de uma alternativa para pensar a educação no meio rural*. Rio de Janeiro, 1983. (mimeo).

_____. "A CPT e os colonos do Sul do Brasil". In: PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo, Edições Loyola, 1985, p. 248 a 273.

IANNI, Octávio (Org.). *Marx. Sociologia*. São Paulo, Ática, 1980.

_____. *O Estado e o trabalhador rural*. São Paulo, Contexto, (4):1-5, nov. 1977.

JUNIOR, Caio Prado. *A questão agrária*. São Paulo, Brasiliense, 1979.

KAUTSKY, K. *A questão agrária*. Porto, Portucalense, 1972, 2v.

KOWARICK, Lúcio. *Estratégias do planejamento social no Brasil*. São Paulo, CEBRAP, s.d. (Caderno nº 2).

LENIN, Vladimir Ilich. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*. São Paulo, Brasil, Debates, 1980.

LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil. O caso de Morro Velho*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1984.

MANACORDA, Mario Aligheiro. *Marx e a pedagogia moderna*. Lisboa, Iniciativas, 1975.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo, Hucitec, 1980.

_____. *O cativo da terra*. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981.

_____. *Sobre o modo capitalista de pensar*. São Paulo, Hucitec, 1982.

_____. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1984.

MARX, Karl. *O capital; crítica da economia política*. 6.ed. Livro 1, *O processo de produção do capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

_____. *O capital; crítica da economia política*. Livro 3, vol. 6, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

_____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____. *O 18 Brumário e Cartas a Kugehmann*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

MARY, Kar e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Trad. José Carlos Bruni e Marcos Aurélio Nogueira. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1978.

- MELLO, Guiomar Namó de. *Magistério de 1º grau: da competência técnica ao compromisso político*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1984.
- MOURA, Margarida Maria et alii. *A reprodução do pequeno produtor no Vale do Jequitinhonha mineiro*. Rio de Janeiro, (1º relatório de pesquisa) mimeo, 1978-1980.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDE - NE; Nordeste; planejamento e conflitos de classes*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- PAIVA, Vanilda. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo, Loyola, 1973.
- PAIVA, Delsy Gonçalves. *A ação das companhias mineradoras na região de Taquaral e arredores e os problemas sociais gerados*. Belo Horizonte, (mimeo), 1981.
- PLANO PASTORAL. *Diocese de Araçuaí*, 1983-1985.
- PISTRAK. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- POEL, Frei Francisco Van-der, OFM. *O rosário dos homens pretos*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1981.
- RELATÓRIO do trabalho de campo da pesquisa exploratória: *Proposta de inovação curricular para as escolas rurais de 1º grau*. Fase 3, vol. 1. Belo Horizonte. FUNDEP, 1983. (mimeo).
- RODRIGUES, Neidson. *Lições do Príncipe e outras lições*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1984.
- _____. *Estado, educação e desenvolvimento econômico*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1982.
- _____. *Por uma nova escola. O transitório e o permanente na educação*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1985.
- ROSSI, Wagner G. *Capitalismo e educação*. São Paulo, Moraes, 1980.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1975.

SALM, Cláudio L. *Escola e trabalho*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

SANDRONI, Paulo. *A questão agrária e o campesinato. A "Funcionalidade" da pequena produção mercantil*. São Paulo, Polis, 1980.

SAMPAIO, Carlos Augusto. *Filosofia de Mao Tse Tung*. Belém, Boitempo, 1979.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do distrito diamantino*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1976.

SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1983.

_____. *Escola e democracia*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1983.

SÉRIE: Brasil Sudene, Nordeste e educação. *Proposta para a educação no meio rural*. Recife, 1984.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos. Estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo, Duas Cidades, 1979.

_____. *O sindicato e a estratégia do capital*. Rio de Janeiro, Ensaio de Opinião, 11(2):17-31, 1979.

_____. *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

SNYDERS, Georges. *Escola, classe e luta de classes*. Lisboa, Moraes, 1981.

SOARES, Luiz Eduardo. *Campesinato: ideologia e política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

SZMRECSANYI, Tomás e QUEDA, Oriowaldo (Org.). *Vida rural e mudança social*. São Paulo, Editora Nacional, 1979.

VELHO, Otávio Guilherme. *A propósito de terra e igreja*. Rio de Janeiro, Encontros com a Civilização Brasileira, abr. 1980.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Bandel. *O campesinato: um trabalho para o capital*. Campinas, UNICAMP, 1979 (mimeo-versão preliminar).

WERTHEIN, Jorge e BORDENAVE, Juan Diaz (Org.). *Educação rural no terceiro mundo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

B - ESTUDOS E PROGRAMAS OFICIAIS

CETEC - Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais. Fundação João Pinheiro. *Projeto estudos integrados do Vale do Jequitinhonha: Estudos sócio-econômicos*. Relatório Final. Belo Horizonte, 1980.

CODEVALE. Fundação João Pinheiro. *Vale do Jequitinhonha. Diagnóstico preliminar*. Belo Horizonte, agosto de 1975, mimeo.

_____. *O Vale do Jequitinhonha e os programas governamentais do desenvolvimento sócio-econômico*. Belo Horizonte, junho de 1976, v. IV.

PROVALE I, II, III - s.ed. *Programa de Atendimento social do Vale do Jequitinhonha - MG. Educação, saúde e saneamento*. Belo Horizonte, 1977.

CODEVALE/SEPLAN. *Programa de desenvolvimento rural do Vale do Jequitinhonha*. PLANRURAL, Belo Horizonte, novembro de 1979.

FLORESTAL/ACESITA. *Informações básicas*. Belo Horizonte, 1980.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/SEPLAN. *Plano de desenvolvimento regional integrado do nordeste mineiro*. Belo Horizonte, 1979, mimeo.

_____. *Programa estadual de promoção de pequenos produtores rurais*. Belo Horizonte, 1980 - MG.II. Vols. 1, 2 e 13 (síntese e reflorestamento).

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS/SECRETARIA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA/INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS. *Atlas regional das atividades agropecuárias*. Região de Planejamento VII, Belo Horizonte, 1982.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa. *Proposta de inovação curricular para as escolas rurais do 1º grau*. Relatório de pesquisa exploratória. Município Itinga-MG. Belo Horizonte, junho de 1982, mimeo.

SEPLAN/MG: *Comportamento da economia mineira*. Período 1960-1977. Belo Horizonte, dezembro de 1978. Documento nº 1

- Aspectos globais e sínteses setoriais.

Documento nº 8 - Agropecuária

Documento nº 9 - Mineração

Documento nº 10 - Educação.

C - DADOS ESTATÍSTICOS

CODEVALE - *Divisão microrregional do Vale do Jequitinhonha segundo: IGA, IBGE, Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social*. Belo Horizonte, 1977.

_____. *Levantamento da estrutura fundiária e agrária do Vale*. Belo Horizonte, 1975.

_____. *Relatório de atividades*. Belo Horizonte, 1982.

IBGE - *Divisão do Brasil em Micro-regiões homogêneas*-1968.

_____. *Censos Demográficos de 1950 a 1980*.

_____. *Censos Agropecuários de 1950 a 1975*.

_____. *Sinopse preliminar do Censo Agropecuário de 1980*.

_____. *Geografia do Brasil - Região Sudeste - v. 3-RS* 1977.

METAMIG - *Relatório*. Belo Horizonte, 1976.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS/ SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO/METAMIG, Belo Horizonte, Ouro, 1981. *Atlas Regional das Atividades Agropecuárias*, 1981.

D - JORNAIS E BOLETINS

O Comércio - Arassuay-MG. A.1-3: nº 9 out/1908 e Jun/1911.

O Estado de Minas - *"A vida dos posseiros"*, Ano 1, nº 2 (jun/Jul). pp. 8-9. Belo Horizonte, 1978, 1982/84. (Mar-Maio-Jul) 1985.

"As florestas invadem e recuperam o campo". Agropecuário - 12.03.83.

Estado de São Paulo - *"O progresso chega ao Vale da Fome"*. Série de Reportagens de 28.9 a 4.9.1977.

GERAES. Ano IV, nºs 13 e 14. Vale do Jequitinhonha, Jul/Set. 1981.

Jornal do Brasil - Caderno B, p. 4. Rio de Janeiro, 6/5/80. *"Jequitinhonha, o Vale da miséria mais rico do Brasil"*.

Boletim Diocesano. *"Igreja Araçuaí"*. nº 48 (maio) 1983 a nº 59 (junho) de 1985.

ANEXOS

Tabela 1

Valor da produção animal e vegetal na microrregião Pastoril de Pedra Azul

Anos	Valor da Produção (mil cruzeiros)									
	Total Geral	Animal				Vegetal				
		Total	Grande Porte	Médio Porte	Aves e Pequenos Animais	Lavouras			Silvi- cultu- ra	Extra- ção Ve- getal
						Total	Perma- nentes	Tempo- rais		
1970	30.838	15.481	12.484	2.021	976	12.962	1.473	11.489	10	2.385
1975	165.013	117.773	105.225	9.245	3.303	41.500	5.966	35.534	-	5.740
1980	2.327.002	1.194.930	1.044.246	94.731	55.953	825.015	156.911	668.104	-	307.057

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário. Minas Gerais, 1970, 1975, 1980.

Variações no Rebanho Bovino
1974-1980

Municípios	Média Rebanho 1974/79	Média Rebanho 1979/80	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
Grupo 1	133.135	130.138	-2.997	-2,06
1 Porteirinha	86.038	83.973	-2.065	-2,40
2 Riacho dos Machados	21.297	17.813	-3.484	-16,36
3 Rio Pardo de Minas	25.800	28.352	2.552	9,89
Grupo 2	36.064	34.689	-1.375	-3,82
1 Botumirim	10.308	8.717	-1.591	-15,43
2 Cristália	4.050	3.683	-367	-9,06
3 Grão Mogol	21.706	22.289	583	2,69
Grupo 3	84.847	72.084	-12.763	-15,05
1 Bocaiuva	73.018	62.369	-10.649	-14,58
2 Itacambira	11.829	9.715	-2.114	-17,87
Grupo 4	132.136	147.986	4.150	2,73
1 Rubelita	47.324	41.708	-5.616	-11,87
2 Salinas	78.802	80.103	1.301	1,65
3 Taiobeiras	26.010	26.175	165	0,63
Grupo 5	875.124	851.307	-23.814	-2,72
1 Almenara	116.290	110.415	-5.875	-5,05
2 André Fernandes	20.629	22.077	1.448	7,02
3 Bandeira	23.380	26.375	2.995	12,81
4 Comercinho	26.618	28.509	1.891	7,10
5 Felisburgo	27.551	24.502	-3.049	-11,06
6 Itaobim	23.110	17.464	-4.646	-21,01
7 Jacinto	74.195	68.726	-5.469	-7,37
8 Jequitinhonha	119.440	85.796	-33.644	-28,17
9 Joazeiro	108.163	92.954	-15.209	-14,06
10 Jordânia	28.182	33.021	4.839	17,17
11 Medina	56.711	59.560	2.849	5,02
12 Pedra Azul	62.824	71.706	8.882	14,14
13 Rio do Prado	49.220	55.099	5.879	11,94
14 Rubim	67.251	73.635	6.384	9,45
15 Salto da Divisa	60.213	65.816	5.603	9,31
16 Santa Maria do Salto	12.347	15.650	3.303	26,75
Grupo 6	166.666	165.574	-1.092	-0,66
1 Araçuaí	62.660	59.895	-2.765	-4,41
2 Coronel Murta	21.060	25.010	3.950	18,76
3 Itinga	59.307	61.056	1.749	2,95
4 Virgem da Lapa	23.639	19.613	-4.026	-17,03
Grupo 7	112.968	105.001	-7.967	-7,06
1 Caraí	16.014	19.037	3.023	18,88
2 Malacacheta	72.929	62.181	-10.748	-14,74
3 Novo Cruzeiro	17.474	18.929	1.455	8,33
4 Padre Paraíso	6.551	4.854	-1.697	-25,90
Grupo 8	63.497	63.602	105	0,16
1 Berilo	13.040	12.250	-790	-6,06
2 Chapada do Norte	12.202	11.195	-1.007	-8,25
3 Francisco Badaró	18.526	16.000	-2.526	-13,63
4 Minas Novas	11.196	13.664	2.468	22,04
5 Turmalina	8.533	10.493	1.960	22,97
Grupo 9	42.305	45.265	2.960	6,99
1 Capelinha	9.918	6.976	-2.942	-29,66
2 Felício dos Santos	2.001	2.585	584	29,19
3 Felisberto Caldeira	1.394	1.543	149	10,69
4 Itamarandiba	24.806	28.874	4.068	16,40
5 Senador Modestino Gonçalves	4.186	5.287	1.101	26,30
Grupo 10	14.639	17.250	2.611	17,84
1 Carbonita	4.530	4.275	-255	-5,63
2 Diamantina	10.109	12.975	2.866	28,35
Grupo 11	36.517	39.661	3.144	8,60
1 Couto Magalhães de Minas	2.520	2.525	5	0,20
2 Datas	1.836	2.588	752	40,96
3 Rio Vermelho	13.703	18.600	4.897	35,74
4 Serro	18.458	15.948	-2.510	-13,60
Grupo 12	17.467	18.595	1.128	6,46
1 Santo Antônio do Jacinto	17.467	18.595	1.128	6,46
Região	1.735.365	1.691.152	-44.213	-2,54
Estado	18.753.273	19.647.335	894.062	4,76

Áreas de lavouras
Vale do Jequitinhonha - Minas Gerais
1970-1980

Discriminação	Vale do Jequitinhonha				Estado			
	Situação em:		Variações em 1975/80		Situação em:		Variações em 1975/80	
	1975	1980	Absoluta	%	1975	1980	Absoluta	%
- Lavouras Permanentes								
. Área (ha)	22.329	56.514	34.514	153,09	655.363	1.100.786	445.423	67,96
. Estabelecimentos (1)	12.403	18.781	6.378	51,42	137.542	198.317	60.775	44,18
. Participação das áreas de lavouras na área total dos estabelecimentos	0,44	1,02	-	-	1,47	2,37	-	-
- Lavouras Temporárias								
. Área (ha)	295.914	323.298	27.384	9,25	3.325.458	3.624.528	299.070	8,99
. Estabelecimentos	51.466	55.710	4.244	8,24	392.492	399.401	6.919	1,76
. Participação das áreas de lavouras na área total dos estabelecimentos	5,77	5,82	-	-	7,45	7,82	-	-
- Total de Lavouras								
. Área (ha)	318.243	379.818	61.575	19,34	3.980.821	4.725.319	744.498	18,70
. Estabelecimentos (2)	52.126	56.369	4.243	8,13	409.634	431.252	21.618	5,27
. Participação das áreas totais de lavouras na área total dos estabelecimentos	6,21	6,85	-	-	8,92	10,19	-	-
- Área com Reflorestamento (3)	48.884	322.386	273.502	559,49	474.715	1.447.641	972.826	204,93
. Participação na área total dos estabelecimentos	0,95	5,81	-	-	1,06	3,12	-	-
- Área Total dos Estabelecimentos	5.127.135	5.547.869	420.734	8,20	44.623.333	46.369.118	1.745.785	3,91
- Número de Estabelecimentos	55.471	58.384	2.913	5,25	462.700	479.302	16.602	3,58

FONTES: IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

IBGE - Censo Agropecuário, Minas Gerais, 1975; Sinopse preliminar do censo agropecuário, Minas Gerais, 1980.

(1) Não inclui estabelecimentos sem declaração de área

(2) Estabelecimentos com lavouras

(3) Esses dados se referem às áreas com reflorestamento incentivado que, aliás representa a grande totalidade.

Tabela 4

Área dos estabelecimentos segundo a utilização das terras
Município de Araçuaí - MG

Anos	Estabele- cimentos	Área (ha)									
		Total	Lavouras		Pastagens		Matas		Terras incul- tas	Terras irriga- das	Terras em des- canço e Pro- dutivos não uti- lizados
			Permanen- tes	Temporá- rias	Naturais	Artifi- ciais	Naturais	Reflo - resta - das			
1950	1.138	217.778	750	16.494	16.762	47.202	26.186	724	94.134	-	-
1960	1.286	158.203	406	14.471	33.318	44.219	27.162	517	27.307	-	-
1970	805	160.171	301	7.445	27.970	63.018	25.195	126	-	24	25.231
1975	1.406	190.355	450	11.590	68.904	49.362	32.488	-	-	-	15.701
1980	1.625	170.552	698	10.815	37.224	50.248	31.349	-	-	-	30.456

Fonte: IBGE. Censo Agrícola de Minas Gerais, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980.

Tabela 5

Vale do Jequitinhonha

Distribuição dos Estabelecimentos por Grupos de Área - 1970-1980

a) 1970

Microrregiões	Total		Menos de 10 (ha)		10 a menos de 100 (ha)		100 a menos de 1000 (ha)		mais de 1000 (ha)	
	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área
Alto Rio Pardo	9.174	611.446	2.280	12.915	5.581	185.214	1.254	304.485	59	108.833
Mineradora do Alto Jequitinhonha	2.825	384.979	273	1.805	1.757	68.861	742	198.724	53	115.589
Mineradora Diamantina	17.320	482.505	10.573	52.430	5.994	178.811	719	186.669	27	64.594
Pastoril de Pedra Azul	7.853	1.008.530	800	4.715	4.623	191.265	2.310	610.790	120	201.761
Pastoril de Almenara	4.747	1.243.706	143	975	2.255	115.814	2.089	645.438	220	481.479
T O T A L	41.919	3.731.166	14.069	72.840	20.250	739.965	7.114	1.946.106	479	972.256

b) 1975

Microrregiões	Total		Menos de 10 (ha)		10 a menos de 100 (ha)		100 a menos de 1000 (ha)		mais de 1000 (ha)	
	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área
Alto do Rio Pardo	12.040	986.047	3.062	17.869	7.442	220.300	1.429	360.742	107	387.137
Mineradora Alto Jequitinhonha	2.894	421.794	176	1.349	1.887	79.392	780	203.455	54	135.598
Mineradora Diamantina	19.465	742.012	12.004	62.131	6.511	190.801	870	235.166	65	253.915
Pastoril de Pedra Azul	9.920	1.149.008	1.232	7.127	6.002	226.960	2.552	683.866	134	231.055
Pastoril de Almenara	5.240	1.333.846	145	974	2.642	120.634	2.200	677.503	253	534.735
T O T A L	49.559	4.632.707	16.619	89.450	24.484	838.087	7.831	2.160.732	613	1.542.440

c) 1980

Microrregiões	Total		Menos de 10 (ha)		10 a menos de 100 (ha)		100 a menos de 1000 (ha)		mais de 1000 (ha)	
	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área
Alto do Rio Pardo	12.980	1.149.408	2.761	15.921	8.292	242.557	1.790	436.559	137	469.365
Mineradora Alto do Jequitinhonha	3.264	456.313	484	3.247	2.055	79.021	676	183.051	49	190.986
Mineradora Diamantina	19.487	938.982	10.161	60.490	8.275	224.802	999	267.902	68	385.781
Pastoril de Pedra Azul	11.670	1.146.546	2.358	12.904	6.685	234.713	2.493	679.368	133	219.554
Pastoril de Almenara	5.585	1.285.838	332	1.916	2.740	120.063	2.287	701.916	226	461.938
T O T A L	52.989	4.987.087	16.096	94.478	28.047	901.156	8.247	2.268.796	613	1.722.624

ONTE: IBGE. Censo Agropecuário de Minas Gerais, 1970, 1975, 1980.

Tabela 6

Área, Densidade Demográfica, População Total,
Urbana e Rural, do Vale do Jequitinhonha - 1980

Municípios	Área km ²	Densidade Demográfica (Hab/7 km ²)	P o p u l a ç ã o				
			Total	Urbana	Rural	% sobre o Total	
						Urbana	Rural
Almenara	2.344	16,65	38.833	23.555	15.278	60,66	39,44
André Fernandes	729	11,31	8.248	1.720	6.528	20,85	79,14
Araçuaí	2.326	13,15	31.394	12.913	18.481	41,13	58,86
Bandeira	499	12,37	6.172	1.829	4.343	29,63	70,36
Beirão	917	19,34	17.732	1.297	16.435	7,31	92,68
Bocaiuva	5.733	7,07	40.550	20.007	20.543	49,34	50,66
Botumirim	1.488	4,76	7.086	1.269	5.817	17,91	77,85
Capelinha	1.397	17,00	23.744	10.541	13.203	44,39	55,60
Carai	1.133	15,35	17.388	3.086	14.302	17,75	82,25
Carbonita	1.337	6,18	8.267	2.369	5.898	28,66	71,34
Chapada do Norte	764	19,32	14.759	1.189	13.570	8,06	91,94
Comercinho	612	15,26	9.341	1.458	7.883	15,61	84,39
Coronel Murta	851	9,77	8.317	3.502	4.815	42,11	57,89
C. Magalhães de Minas	631	4,95	3.124	1.990	1.134	63,70	36,29
Cristália	765	6,26	4.791	481	4.310	10,04	89,96
Datas	321	10,92	3.506	1.606	1.900	45,81	54,19
Diamantina	4.672	7,71	36.018	26.590	9.428	73,82	26,17
Felício dos Santos	303	14,93	4.525	738	3.787	16,31	77,04
Felisberto Caldeira	314	8,95	2.810	945	1.865	33,63	66,37
Felisburgo	708	7,27	5.144	2.781	2.363	54,06	45,93
Francisco Badaró	829	18,80	15.588	2.121	13.467	13,61	83,39
Grão Mogol	5.507	4,03	22.217	4.443	17.774	20,00	80,00
Itacambira	1.578	5,51	8.693	442	8.251	5,08	94,91
Itamarandiba	2.823	10,28	29.013	8.243	20.770	28,41	71,58
Itaobim	640	28,42	18.192	10.615	7.577	58,35	41,65
Itinga	2.813	8,47	23.823	4.069	19.754	17,08	82,91
Jacinto	1.102	10,94	12.054	4.641	7.413	38,50	61,49
Jequitinhonha	3.526	6,61	23.292	11.747	11.545	50,43	49,56
Joaíma	2.165	8,67	18.780	7.041	11.739	37,49	62,50
Jordânia	550	15,11	8.309	5.157	3.152	62,07	37,93
Malacacheta	2.117	17,38	36.798	9.762	27.036	26,53	73,47
Medina	1.477	15,41	22.764	11.172	11.592	49,08	50,92
Minas Novas	1.708	16,12	27.525	4.433	23.092	16,11	83,89
Novo Cruzeiro	1.616	19,32	31.222	4.920	26.302	15,76	84,24
Padre Paraíso	566	26,30	14.886	7.742	7.144	52,01	47,99
Pedra Azul	1.418	14,22	20.168	13.615	6.553	67,51	32,49
Porteirinha	3.249	14,19	46.088	11.492	34.596	24,93	75,06
Riacho dos Machados	1.039	8,66	8.999	1.029	7.970	11,43	88,56
Rio do Prado	976	13,76	13.429	4.887	8.542	36,39	63,60
Rio Pardo de Minas	6.756	6,35	42.888	4.868	38.020	11,35	88,64
Rio Vermelho	969	15,61	15.129	2.354	12.775	15,56	84,44
Rubelita	1.003	10,61	10.645	1.265	9.380	11,88	88,11
Rubim	983	12,45	12.243	7.177	5.066	58,62	41,37
Salinas	3.689	13,21	48.749	14.183	34.566	29,09	70,90
Salto da Divisa	794	10,60	8.416	4.909	3.507	58,33	41,67
Santa Maria do Salto	515	8,99	4.631	2.353	2.278	50,81	49,19
Santo Antônio do Jacinto	668	19,06	12.736	2.379	10.357	18,69	81,31
Senador Modestino Gonçalves	867	6,51	5.648	848	4.800	15,01	84,98
Serro	1.113	15,65	17.413	7.770	9.643	44,62	55,37
Taiobeiras	1.337	14,34	19.167	10.276	8.891	53,61	46,38
Turmalina	1.685	10,30	17.350	5.122	12.228	29,52	70,47
Virgem da Lapa	605	22,86	13.831	3.338	10.493	24,13	75,86
T O T A L	85.027	10,84	922.430	314.279	608.151	34,07	65,92

FONTE: FIBGE. IX Recenseamento Geral - 1980
Sinopse Preliminar do Censo Demográfico-Brasil
Dados fornecidos pela CODEVALE

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA SEGUNDO MUNICÍPIOS E CENSOS DEMOGRÁFICOS

MUNICÍPIOS	1.766	1.806	1.816	1.847	1.864	1.865	1.872	1.890	1.900	1.908	1.909	1.920	1.930	1.940	1.950	1.960	1.970	1.980
Araçuaí	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	26.258	44.347	49.604	- x -	- x -	85.663	- x -	66.905	23.842	27.773	30.313	31.394
Bocaiuva	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	23.838	34.192	- x -	- x -	29.160	- x -	32.431	30.892	26.433	35.416	40.550
Diamantina	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	44.220	15.974	42.414	46.572	- x -	60.000	69.445	- x -	49.540	40.780	46.546	34.541	36.018
Grão Mogol	- x -	- x -	- x -	- x -	24.744	53.005	62.136	56.402	- x -	- x -	- x -	67.290	- x -	30.172	32.631	38.577	20.329	22.717
Minas Novas	- x -	- x -	- x -	- x -	66.096	- x -	25.891(1)	72.411	84.990	- x -	- x -	51.741	- x -	54.492	48.720	64.362	25.070	27.325
Rio Pardo de Minas	- x -	- x -	- x -	- x -	17.676	- x -	- x -	28.730	33.940	49.256	- x -	47.619	- x -	50.680	18.476	20.063	17.655	42.888
Teófilo Otoni	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	13.222	15.038	- x -	- x -	- x -	- x -	36.260	33.334	43.571	42.276	36.798
Serro	58.794	77.690(2)	28.679	35.789	- x -	- x -	67.436	75.270	80.339	- x -	- x -	65.502	- x -	26.660	14.625	15.954	17.609	17.413
Itamarandiba	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	14.429	14.886	17.566	- x -	- x -	24.635	- x -	27.377	30.010	33.724	27.022	29.013
Salinas	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	8.998	26.145	- x -	- x -	53.666	- x -	48.154	53.539	50.472	15.993	48.749
Capelinha	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	20.569	- x -	28.617	35.021	18.646	19.646	23.744
Fortaleza (atual Pedra Azul)	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	19.121	- x -	17.650	21.932	25.062	18.845	20.168
Jequitinhonha	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	74.652	- x -	37.223	18.926	18.833	23.025	23.292
Medina	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	22.405	22.995	28.325	20.046	22.764
Porteirinha	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	20.686	25.570	41.614	41.748	46.088
Rio Vermelho	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	18.303	14.465	15.429	16.232	15.129
Vigia (atual Almenara)	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	66.772	30.534	41.560	40.426	38.833
Carajá	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	15.202	22.903	19.233	17.388
Comercinho	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	8.955	9.784	9.971	9.341
Itinga	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	18.992	21.575	22.703	23.823
Jacinto	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	19.574	24.368	14.202	12.054
Joãoima	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	22.540	21.697	19.132	18.780
Jordânia	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	10.718	10.395	10.550	8.309
Novo Cruzeiro	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	20.264	25.624	31.454	31.222
Rubim	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	22.866	11.668	13.697	12.243
Salto da Divisa	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	9.318	10.671	10.210	8.416
Turmalina	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	14.373	15.655	16.477	17.350
Virgem da Lapa	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	18.161	12.878	13.624	13.831
Coronel Murta	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	6.867	8.293	8.317
Rio do Prado	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	14.644	15.853	13.429	13.429
Taioberas	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	12.026	14.007	19.167
André Fernandes	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	8.188	8.248
Bandeira	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	7.469	6.172
Botumirim	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	7.047	7.086
Carbonita	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	6.969	8.267
Chapada do Norte	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	14.077	14.759
Couto de Magalhães de Minas	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	3.312	3.124
Cristália	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	4.764	4.791
Datas	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	3.993	3.506
Felício dos Santos	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	4.664	4.525
Felisberto Caldeira	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	2.799	2.810
Felisburgo	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	4.542	5.144
Francisco Baduró	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	14.510	15.588
Itacambira	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	8.298	8.693
Itaobim	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	15.519	18.192
Padre Paraíso	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	12.778	14.886
Riacho dos Machados	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	9.678	8.999
Rubelita	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	14.672	10.645
Santa Maria do Salto	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	5.409	4.631
Santo Antônio do Jacinto	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	13.341	12.731
Senador Modestino Gonçalves	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	5.689	5.648
Berilo	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	15.690	17.732
MAIACACHETA	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	- x -	36.260	31.334	43.571	42.274	36.798

VALE DO JEQUITINHONHA

Quadro nº 7

TAXA DE MORTALIDADE GERAL - 1980

MUNICÍPIOS	ÓBITOS POR LUGAR DE RESI- DÊNCIA DO FALECIDO	TAXA P/ 1000 HAB.
Almenara	264	6,8
André Fernandes	25	3,0
Araçuaí	163	5,2
Bandeira	22	3,5
Berilo	151	8,5
Bocaiúva	298	7,3
Botumirim	20	2,8
Capelinha	172	7,2
Caraí	65	3,7
Carbonita	45	5,4
Chapada do Norte	71	4,8
Comercinho	42	4,5
Coronel Murta	27	3,2
Couto Magalhães de Minas	14	4,5
Cristália	21	4,4
Datas	30	8,5
Diamantina	345	9,6
Felício dos Santos	23	5,1
Felisberto Caldeira	20	7,1
Felisburgo	33	6,4
Francisco Badaró	111	7,1
Grão Mogol	85	3,8
Itacambira	40	4,6
Itamarandiba	207	7,1
Itaobim	105	5,8
Itinga	58	2,0
Jacinto	85	7,0
Jequitinhonha	106	4,5
Joáima	92	4,9
Jordânia	49	5,9
Malacacheta	176	4,8
Medina	107	4,7
Minas Novas	136	4,9
Novo Cruzeiro	147	4,7
Padre Paraíso	101	6,8
Pedra Azul	157	7,8
Porteirinha	259	5,6
Riacho dos Machados	30	3,3
Rio do Prado	43	3,2
Rio Pardo de Minas	159	3,7
Rio Vermelho	117	7,7
Rubelita	41	3,8
Rubim	43	3,5
Salinas	212	4,3
Salto da Divisa	53	6,3
Santa Maria do Salto	30	6,5
Santo Antônio do Jacinto	25	1,9
Senador Modestino Gonçalves	36	6,4
Serro	178	10,2
Taiobeiras	109	5,7
Turmalina	86	4,9
Virgem da Lapa	83	6,0
TOTAL	5.117	4,7

FONTE: IBGE - Estatísticas do Registro Civil - 1980
Rio de Janeiro, 1981. V.7

VII - Ferragens Antônio Falci S/A. com sede em Belo Horizonte, 11.000 hectares, situados no município de Botumirim;

VIII - MOVEX S/A - Móveis, Ind. Comércio e Exportação, com sede em Belo Horizonte, 12.500 hectares, situados no município de Grão Mogol;

IX - Florestas Rio Doce S/A, com sede em Belo Horizonte, 400.000 hectares, situados no município de Grão Mogol;

X - Metalur Ltda., com sede em São Paulo, 25.000 hectares, situados nos municípios de Riacho dos Machados e Grão Mogol;

XI - ADIFLOR S/A., - Agro Industrial e Comercial, com sede em São Paulo, 10.711,60 hectares situados no município de Buritizzeiro;

XII - INTERFLORA - Florestamento e Reflorestamento, com sede em São Paulo, 50.000 hectares, situados no município de Rio Pardo de Minas;

XIII - Condecrer Ltda., S. C., com sede em São Paulo, 50.000 hectares, situados no município de Rio Pardo de Minas;

XIV - FLORESTAMINAS - Florestamentos Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte, 70.000 hectares, situados no município de São João do Paraíso;

XV - PROCEL - Empreendimentos Florestais S. C. Ltda., com sede em São Paulo, 18.000 hectares, situados no município de Rio Pardo de Minas;

XVI - PLANTA 7 - Serviços Rurais, com sede em Sete Lagoas, Minas Gerais, 40.000 hectares, situados no município de São João do Paraíso;

XVII - REPLASA - Reflorestamento e Planejamento Agro Indus
trial Sorocaba Ltda., com sede em Sorocaba, - São Paulo, 50.000
hectares, situados no município de São João do Paraíso.

Art. 2º - A alienação de que trata esta lei fica condiciona
da à prévia autorização do Senado Federal, nos termos do pará
grafo único do artigo 171 da Constituição Federal.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimen
to e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cum
prir, tão inteiramente como nela se contém.

Dada no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 2 de ou
tubro de 1975.

ANTÔNIO AURELIANO CHAVES DE MENDONÇA

Márcio Manoel Garcia Vilela.

Agripino Abranches Viana.

Dissertação apresentada aos Srs.:

Cândido Grzybowski
Cândido Grzybowski

Nome dos
Componentes da
banca examinadora

Maria Cloris Magalhães Almeida
Maria Clôris Magalhães Almeida

Maria Julieta Costa Calazans
Maria Julieta Costa Calazans

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, 05 / 05/1986

Newton Luccipara
Coordenador Geral de Ensino

Maria Julieta Costa Calazans
Coordenador Geral de Pesquisa